

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO**

CAROLINA CANEVA DA SILVA

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE, RECREAÇÃO E LAZER DA CIDADE
DE PORTO ALEGRE EM AÇÃO: PERCEPÇÕES DE UMA PRODUÇÃO
COLETIVA A PARTIR DO PROTAGONISMO DE MULHERES**

Porto Alegre

2023

CAROLINA CANEVA DA SILVA

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE, RECREAÇÃO E LAZER DA CIDADE
DE PORTO ALEGRE EM AÇÃO: PERCEPÇÕES DE UMA PRODUÇÃO
COLETIVA A PARTIR DO PROTAGONISMO DE MULHERES**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de mestra em Ciências do Movimento Humano.

Orientadora: Prof. Dra. Raquel da Silveira

**Porto Alegre
2023**

CIP - Catalogação na Publicação

Caneva da Silva, Carolina
AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE, RECREAÇÃO E LAZER
DA CIDADE DE PORTO ALEGRE EM AÇÃO: PERCEPÇÕES DE UMA
PRODUÇÃO COLETIVA A PARTIR DO PROTAGONISMO DE MULHERES
/ Carolina Caneva da Silva. -- 2023.
194 f.
Orientadora: Raquel da Silveira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa
de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano,
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Políticas Públicas de Esporte, Recreação e
Lazer. 2. Lazer. 3. Mulheres. 4. Etnografia. 5.
Sociologia Pragmática. I. Silveira, Raquel da, orient.
II. Título.

Carolina Caneva da Silva

As políticas públicas de esporte, recreação e lazer da cidade de Porto Alegre em ação: percepções de uma produção coletiva a partir do protagonismo de mulheres

Conceito Final:

Aprovado em 28 de novembro de 2023 .

BANCA EXAMINADORA:

Prof.Dr. André Luiz dos Santos Silva - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Fernando Henrique Silva Carneiro - Instituto Federal de Goiás (IFG)

Dr. Marco Paulo Stigger - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dra. Raquel da Silveira - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(Orientadora)

AGRADECIMENTOS

No percurso da minha formação acadêmica estive acompanhada de pessoas incríveis que me desafiaram e me proporcionaram momentos de aprendizagem, apoio e de carinho e merecem destaque nesta etapa final da dissertação.

Gostaria de iniciar os agradecimentos agradecendo a minha mãe, minha maior fonte de inspiração e a mulher mais sábia que passou em minha vida. Obrigada mãe por todos os momentos compartilhados, por nos mostrar a força dos coletivos e por nunca nos deixar esquecer que o ensino é a única forma de transformar o mundo. Agradeço também de agradecer a minha família que esteve ao meu lado me incentivando, respeitando meus momentos de isolamento, angústias e torcendo a cada nova conquista. E ao meu companheiro, Giovanni Benedetto, por ser minha fortaleza nos momentos mais desafiadores e por acreditar no meu trabalho e potencial.

Agradeço de forma especial ao grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física GESEF/UFRGS, que me acolheu ainda na graduação, e esteve ao meu lado durante boa parte do meu processo de formação, todos os debates, questionamentos, escutas e acolhimentos foram importantes para a produção desta dissertação. Sem vocês ela certamente não teria o significado que tem para mim hoje.

Gostaria de agradecer a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em especial a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude que autorizou a pesquisa nos espaços públicos da cidade. Agradeço especialmente a professora do Ararigóia que me recebeu sempre de braços abertos e me apresentou caminhos e pessoas que marcaram essa dissertação. Entre elas destaco a Prefeita da Praça do Ararigóia, que aceitou fazer parte desse meu transitar pelas políticas públicas de esporte, recreação e lazer. E por fim um agradecimento especial a coordenadora do Parque Alim Pedro que gentilmente compartilhou sua rotina, críticas e histórias e me acompanhou durante toda essa minha trajetória.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano e a CAPES pelo incentivo financeiro e suporte técnico.

Gostaria de dedicar um agradecimento à minha Orientadora Raquel da Silveira por estar sempre ao meu lado, nas alegrias e tristezas, por segurar minha mão sempre que o terreno pareceu incerto e por acreditar no meu trabalho e pesquisa. Obrigada por fazer parte da minha vida e formação. É realmente uma honra poder ter você como Orientadora e amiga. Finalmente agradeço a oportunidade de fazer parte de um coletivo de mulheres que se propuseram a trilhar juntas os caminhos da Pós-Graduação, Andressa e Janaina obrigada pelo apoio, torcida e escuta.

RESUMO

A extinção da Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer (SME), no ano de 2017, em Porto Alegre, colocou à prova a possibilidade de oferta dos serviços públicos de esporte, recreação e lazer da cidade. A ausência da SME e as rupturas nas políticas públicas dessa área resultaram em uma diminuição orçamentária, realocação de professoras/es, encerramento de projetos e fechamento de Unidades Recreativas. Essas mudanças trouxeram consequências significativas para o cotidiano das mulheres usuárias destes serviços, limitando suas possibilidades de fruição do lazer. A retomada da Secretaria no ano de 2021, agora denominada Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ), pautada por uma política gerencialista, alterou as dinâmicas dos espaços públicos de lazer da cidade. Isso levou as mulheres a buscar outras formas de garantir e manter seus direitos. Desta forma, a pesquisa tem como objetivo compreender de que maneira a rede das políticas públicas de esporte, recreação e lazer da cidade de Porto Alegre se mantém atuando a partir do protagonismos de mulheres. Esta pesquisa etnográfica baseia-se na observação participante, na produção de diários de campo, nos documentos produzidos por mulheres atuantes nos espaços de lazer estudados, nos documentos oficiais da Prefeitura de POA, na produção midiática relacionada ao tema da pesquisa e em entrevistas semiestruturadas com as agentes atuantes no Parque Alim Pedro, Parque Ararigóia e na Praça Walter Schultz. A análise dos dados foi realizada seguindo os preceitos teóricos da sociologia pragmática. Ao final da pesquisa foi possível compreender como as mulheres percebem as mudanças e injustiças em seu cotidiano e passam a agir, tornando visíveis seus argumentos, elaborando relatórios e novos repertórios de ação para aproximar elementos demonstram que sua causa não é um interesse particular, mas uma questão pública que afeta o cotidiano das demais pessoas. Ao seguir as políticas públicas executadas pela SMELJ, foi observado um distanciamento das políticas de cunho social, priorizando os interesses do setor privado através de suas parcerias público-privadas. A SMELJ passa a contar com o auxílio da Secretaria Municipal de Parceria para a gestão dos espaços públicos da cidade. Esse novo agente governamental coloca à prova a ação das agentes que já atuavam nestes espaços, levando-as a tecer críticas sobre essa nova forma de gestão e produzir um novo repertório de ação em busca do fortalecimento e restauração de redes, mobilizando

recursos e outras agentes. Por outro lado, a (des)(re)organização da gestão dos parques é utilizada como forma de argumentação pelas voluntárias que se inserem na rede pública-política e passam a atuar como Prefeitas de Praça. Concluo destacando que ao acompanhar as mulheres e as políticas públicas nos espaços públicos de lazer, compreendi que as políticas de esporte, recreação e lazer de Porto Alegre movimentam diferentes espaços, rotinas, relações e atuam dentro dos coletivos, alterando as dinâmicas e acordos entre as/os agentes.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Esporte, Recreação e Lazer; Lazer; Mulheres; Etnografia; Sociologia Pragmática

ABSTRACT

The extinction of the Municipal Secretariat of Sports, Recreation, and Leisure (SME) in 2017 in Porto Alegre tested the possibility of providing public services for sports, recreation, and leisure in the city. The absence of the SME and disruptions in public policies in this area resulted in a budget reduction, relocation of teachers, project closures, and the shutdown of Recreational Units. These changes brought significant consequences to the daily lives of women who used these services, limiting their possibilities of leisure enjoyment. The revival of the Secretariat in 2021, now named the Municipal Secretariat of Sports, Leisure, and Youth (SMELJ), guided by a managerial policy, altered the dynamics of the city's public leisure spaces. This led women to seek other ways to ensure and maintain their rights. Thus, the research aims to understand how the network of public policies for sports, recreation, and leisure in Porto Alegre continues to operate based on the leadership of women. This ethnographic research is based on participant observation, production of field diaries, documents produced by women active in the studied leisure spaces, official documents from the City Hall of POA, media production related to the research theme, and semi-structured interviews with agents active in Alim Pedro Park, Ararigbóia Park, and Walter Schultz Square. Data analysis was conducted following the theoretical precepts of pragmatic sociology. At the end of the research, it was possible to understand how women perceive changes and injustices in their daily lives and start to act, making their arguments visible, producing reports, and developing new action repertoires to demonstrate that their cause is not a private interest but a public issue affecting the lives of others. By following the public policies implemented by SMELJ, a distancing from socially-oriented policies was observed, prioritizing the interests of the private sector through public-private partnerships. SMELJ now relies on the assistance of the Municipal Partnership Secretariat for managing the city's public spaces. This new governmental agent challenges the actions of those already working in these spaces, prompting them to criticize this new management approach and develop a new action repertoire to strengthen and restore networks, mobilizing resources and other agents. On the other hand, the (dis)(re)organization of park management is used as argumentation by volunteers inserted into the public-political network, who start acting as Park Mayors. In conclusion, by following women and public policies in public leisure spaces, I

understood that the sports, recreation, and leisure policies in Porto Alegre activate different spaces, routines, relationships, and operate within collectives, altering dynamics and agreements among the agents.

Keywords: Public Policies on Sports, Recreation, and Leisure; Leisure; Women; Ethnography; Pragmatic Sociology

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 DA TEORIA CRÍTICA PARA A TEORIA DA CRÍTICA	14
1.2 CONSTRUINDO E LOCALIZANDO O PROBLEMA DE PESQUISA.....	19
2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	25
2.1 AS DINÂMICAS SOCIAIS E OS MOMENTOS DE CRISE.....	27
2.2 ENTRANDO EM CAMPO.....	30
2.2.1 O Parque Alim Pedro.....	32
2.2.2 O Parque Ararigóia.....	39
2.2.3 Percepções sobre os campos.....	48
2.3 O INÍCIO DAS RELAÇÕES: REDES EM CONSTRUÇÃO.....	51
3 (RE)CONSTRUINDO O CAMPO DA AÇÃO: HISTÓRIA, TRAJETÓRIA E ASSOCIAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE, RECREAÇÃO E LAZER DE PORTO ALEGRE.....	56
3.1 O FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES.....	59
3.2 DA POLÍTICA SOCIAL À GERENCIALISTA: UMA NOVA FORMA DE COMPREENDER OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER DA CIDADE DE PORTO ALEGRE.....	63
3.3 O CENÁRIO ATUAL E A RETOMADA DA SECRETARIA.....	67
4 PROCESSOS DE JUSTIFICAÇÃO, DISPUTAS, DENÚNCIAS E ACORDOS: AS POLÍTICAS EM AÇÃO E SUAS CONTROVÉRSIAS.....	79
4.1 ARTIGO 1.....	80
4.2 ARTIGO 2.....	81
4.3 ARTIGO 3.....	82
4.4 ARTIGO 4.....	83
5. PERCEPÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	90
APÊNDICE A: TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL	97
APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO.....	98
APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	102

1 INTRODUÇÃO

Convidada pelo grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF/UFRGS), participei, em 11 de fevereiro de 2019, da minha primeira reunião da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, Ciência e Tecnologia da cidade de Porto Alegre. Durante a reunião, foram discutidas questões relacionadas à precarização dos serviços de esporte, recreação e lazer na cidade. Foi o primeiro momento em que me deparei com uma mesa composta por cinco mulheres, incluindo representantes dos parques Ramiro Souto, Alim Pedro e Tesourinha, discutindo a aproximação das eleições e a necessidade de formar um coletivo para obter força política e garantir o retorno da Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer (SME), extinta em 2017¹. Desde então, todas as oportunidades que tive de participar de reuniões desse tipo foram aproveitadas com o objetivo de buscar inserção nesses diálogos e espaços, e apropriar-me de maneira mais efetiva dessa luta.

Essa experiência inicial inquietou-me sobre a atuação das mulheres em espaços e tempos de lazer, uma vez que a literatura tem destacado as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para usufruir do lazer. Conforme o Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional - Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas (PNUD, 2017)², as mulheres praticam menos atividades físicas e esportivas que os homens, devido à dupla jornada de trabalho (remunerado e não remunerado) e à tradição de colocar em segundo plano os direitos ao lazer desse grupo social, restringindo assim seus espaços e tempos de lazer. Segundo o mesmo relatório, essa situação se agrava quando olhamos para os marcadores sociais de classe, raça, gênero, orientação sexual e geração, já que isso afeta a apropriação dos espaços e tempos de lazer, gerando uma desigualdade de acesso mesmo aos serviços públicos oferecidos na área.

¹A Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer foi criada em 1993 e até 2017 desenvolveu um trabalho contínuo em praças e parques da cidade oferecendo atividades gratuitas para toda a população.

² Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional - Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas: 2017**. – Brasília: PNUD, 2017. 392 p.: il., gráfs. color. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/movimento-e-vida-atividades-fisicas-e-esportivas-para-todas-pessoas-relatorio-nacional-de-desenvolvimento-humano-do-brasil-2017>

De acordo com Goellner *et al.* (2010), essas desigualdades no acesso e permanência das mulheres nesses espaços e tempos de lazer, devido ao elevado tempo dedicado ao trabalho doméstico, estão vinculadas a fatores culturais. Segundo Bonalume e Isayama (2017), mesmo com os avanços trabalhistas e o crescente número de mulheres atuando no mercado de trabalho, as tarefas domésticas ainda estão sob a responsabilidade das mulheres. Para as idosas, esses fatores culturais são ainda mais evidentes, conforme pesquisa de Bonalume e Isayama (2017), uma vez que mesmo na velhice, elas ainda dedicam seu tempo livre às atividades domésticas e ao cuidado com outros, estabelecendo uma barreira para a fruição de seu lazer. No entanto, Rozendo, Justo e Corrêa (2010) observaram que é nessa fase mais avançada da vida, caracterizada por mudanças físicas e sociais, que as mulheres percebem a possibilidade de libertação das obrigações familiares, e passam a buscar novas vivências e relações em espaços de lazer. Para os autores, esses espaços fortalecem e ampliam a presença das mulheres idosas em espaços públicos, proporcionando o protagonismo.

Segundo Stigger (1998), esses locais proporcionam a participação de toda população em diálogos e debates corriqueiros das comunidades, além de momentos de reflexão e aprendizado que favorecem a 'apropriação crítica e criativa desse bem cultural', qualificando a população para os processos decisórios (p. 95). Esse foi um trabalho que a SME vinha proporcionando à população de Porto Alegre por meio das Unidades Recreativas e da atuação da/e professoras/es de Educação Física.

Isso nos remete ao cenário da reunião da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, Ciência e Tecnologia da cidade de Porto Alegre, onde essas três mulheres ressaltam a importância da SME para garantir seu direito ao lazer, uma vez que a Constituição Federal (1988) estabelece o dever do poder público de formular e implementar ações que assegurem o acesso de toda a população às práticas esportivas e de lazer³.

Neste período de debates, comecei a participar das reuniões do GESEF/UFRGS. Ao longo dos anos, o grupo vem desenvolvendo uma linha de pesquisa voltada para a trajetória das políticas públicas de esporte, recreação e

³ Ver artigos 6º e 217 da Constituição Federal em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf.

lazer da cidade de Porto Alegre. Isso se reflete em suas produções acadêmicas realizadas por alunas/os e professoras/es do curso de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na participação em ações sociais como o movimento realizado no processo de extinção da SME em 2017, além das atividades e pesquisas realizadas em parceria com o Centro de Desenvolvimento de Estudos do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede CEDES), entre outras iniciativas.

O envolvimento do grupo como um dos atores que compuseram a ação coletiva denominada #SOMOSTODOSETODASSME⁴ possibilitou uma importante produção acadêmica sobre disputas políticas, direitos sociais e participação comunitária, posteriormente publicados em livros, periódicos científicos, anais de eventos acadêmicos, dissertações e teses (Ignácio; Stigger, 2017; Bielawski, 2018; Ignácio *et al.*, 2018; Silveira *et al.*, 2018; Stigger *et al.*, 2019; Myskiw *et al.*, 2019; Silveira, 2020). Participar de um movimento em prol do lazer como um direito, descrevendo, analisando e ressaltando a potencialidade daquele coletivo, assim como os resultados e possibilidades desta disputa, foram essenciais para a produção acadêmica do grupo naquele momento. No entanto, a opção pela generalização dessas/es agentes deixou escapar as produções individuais, como as das mulheres idosas que, mesmo quando protagonistas, foram invisibilizadas.

Este processo de apagamento das construções individuais passa a ser problematizado pelo grupo, que no ano de 2021, momento em que ingresso no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, se propõe a uma virada metodológica, desafiando-se a olhar com outras lentes os fenômenos ditos sociais. Esses preceitos passam a guiar esta pesquisa que buscou olhar para o protagonismo das mulheres que atuam nos espaços públicos de lazer da cidade de POA. Desta forma este trabalho procura contribuir com os debates no campo das políticas públicas de esporte, recreação e lazer que se dedicam a estudar a ação de coletivos frente aos desafios do cotidiano.

1.1 DA SOCIOLOGIA CRÍTICA PARA SOCIOLOGIA DA CRÍTICA

A escolha por autores da Sociologia da Crítica, ou como costumamos denominar, Sociologia Pragmática, traz para GESEF/UFRGS o desafio de formular

⁴ Formação coletiva de agentes aliados ao esporte e lazer da cidade de POA, que lutou para a manutenção da SME no ano de 2017.

novas perguntas direcionadas à ação das/dos agentes, nos processos de engajamentos, na capacidade pessoal de construir seus próprios casos e na forma como as/os indivíduos/os justificam e sustentam suas críticas e denúncias, produzidas pelas/os próprias/os agentes, visando resolver conflitos e instabilidades de seu cotidiano.

Nesta linha de pesquisa, destaco os trabalhos de Myskiw *et al.*, 2023 e Silveira *et al.*, 2022 que apontam novas inquietações sobre o movimento social de 2017. Myskiw *et al.* (2023) analisaram o sistema actancial a partir da descrição do cenário, ajustes, julgamentos e acordos entre os atores frente às demandas do caso e da necessidade de denunciar uma injustiça. O engajamento dos atores mostrou-se possível, segundo as/os autoras/es, devido às construções relacionais que produziram um repertório capaz de mobilizar grupos de atores heterogêneos alinhados em um único objetivo.

O segundo trabalho intitulado “Women’s leading role in the political struggle for leisure: ethnographic study in Porto Alegre, Brazil”, de Silveira *et al.* (2022), teve como objetivo compreender a luta das mulheres pela manutenção da SME, a partir dos preceitos da sociologia pragmática. Conforme este estudo, é possível observar que as lutas históricas das mulheres por reivindicação de igualdade de direitos e a condensação de marcadores de opressão (mulher e idosa) proporcionaram a elas a percepção do risco de perder direitos já garantidos, influenciando no seu processo argumentativo, assim como nas articulações entre os diferentes sujeitos, na aprendizagem política e na condução do processo de luta.

Para Corrêa (2020), os novos rumos da sociologia passam a compreender a sociedade como uma instituição entre tantas outras, e as relações sociais deixam de ser vistas a partir das hierarquias, passando a ser compreendidas como um tipo de conexão diluída em todos os espaços e relações. Segundo o autor (Corrêa, 2020), o objeto de análise, para quem se propõe aos novos desafios sociológicos, deve levar em consideração a crítica social das/dos agentes “em ação” e a forma como as/os mesmas/os percebem e valorizam o significado de suas ações. Esse distanciamento da reprodução de uma sociedade estruturada também é apontado por Mello (2019) ao destacar que o objeto de análise da/do pesquisadora/or deve estar interessado na capacidade crítica das/dos agentes em momentos de crise, disputas e conflitos, que ocorrem em situações problemáticas do cotidiano.

Desta forma, a sociologia pragmática, ou sociologia da crítica, oferece ferramentas para pensar na empiria dos dados, possibilitando ao/à pesquisador/a identificar a dinâmica da ação, a forma como as/os agentes vão percebendo, através de suas vivências/experiências, as possibilidades de mediação, os riscos, a aproximação e o distanciamento de interesses e acordos, e a forma como eles vão ajustando suas ações durante no percurso da ação para superar os obstáculos que surgem ao longo do processo e produzirem um coletivo.

A perspectiva pragmática está interessada nas disputas, nas controvérsias, nos momentos de provação, instabilidade e tensão, onde as/os agentes tendem a refletir sobre seus atos, avaliar seus discursos e produzir provas para estabelecer acordos, mesmo que para isso seja necessário atuar de forma contraditória. Segundo Corrêa e Dias (2016) e Chateauraynaud (2018) a noção de prova na sociologia pragmática possui dois sentidos. O primeiro diz respeito ao momento de provação (*épreuve*), quando nos momentos de instabilidade os conceitos, princípios, normatividades são colocados à prova. O segundo refere-se ao restabelecimento da ordem, exigindo das/dos agentes a produção de provas (*preuve*) capazes de engajar outras/os agentes, resistir às instabilidades e provar o valor da sua causa.

Para Chateauraynaud (2018), é na elaboração de provas que ocorre o ajustamento coletivo das preensões, uma vez que elas vão sendo testadas durante os momentos de prova. Segundo o autor, as/os agentes têm a capacidade de perceber quais são as provas úteis e quais podem ser descartadas no processo de coletivização da causa, as provas estão em constante transformação e se renovam ao longo dos tempos através de novas experiências e aprendizagens.

Assim como as provas dependem da ação das/dos agentes e são perceptíveis quando se acompanha de perto as disputas, as relações de poder também só passam a fazer sentido nestas disputas na descrição e análise do caso. Segundo Chateauraynaud (2017), a noção de poder está relacionada com a capacidade do indivíduo de produzir provas capazes de capturar e mobilizar outras/os agentes e assim produzir um efeito em suas ações para que seus objetivos possam ser atingidos. Essa capacidade de agenciamento, presente nas relações cotidianas, é apreendida e situada, estando diretamente relacionada ao momento presente e à ação das/os indivíduos/os atuantes nas redes. Chateauraynaud (2017) destaca ainda a importância de não se pensar em uma rede como um simples processo de conexões, mais do que isso, ela é uma construção

que se estabelece a partir de conjunto de atividades que são constantemente postas à prova, aproximando e mantendo as conexões.

Deste ponto de vista, a produção de uma rede necessita de um trabalho específico, onde é necessário assegurar uma solidez nas relações, para garantir as/os agentes respondam quando necessário, para que permaneçam vinculados à rede e para que elas/eles exerçam um trabalho de condutividade, ativando outras/os agentes e recursos em benefício da causa. Para que se possa compreender e explicar os tipos de *captura* realizados para o estabelecimento destas redes, a/o pesquisadora/or não deve examinar apenas as ações das/dos agentes. Sendo assim, é necessário estar atenta aos procedimentos utilizados pelas pessoas e grupos para criar, reforçar ou anular as relações de poder, analisando a forma como essas ações tornam-se legítimas nos momentos de crise.

Boltanski (1984) nos lembra que, ao contrário das sociologias tradicionais ou sociologias críticas, onde os/as psicólogos/os estavam interessados nos grandes acontecimentos, aquelas/es que direcionam suas lentes para as operações críticas das/dos agentes entendem que todas pessoas dispõem de capacidades críticas. Elas acessam diferentes recursos para elaborar seus relatórios, documentos e provas capazes de engajar outras/os agentes em suas causas, resistindo às instabilidades no cotidiano de suas vidas.

Para o autor, a sociologia Pragmática, ou sociologia dos casos ou causas, não está interessada na ação individual, mas na formação dos coletivos que se organizam para lidar com os processos de injustiça. Isso exige um esforço por parte das/dos agentes para instituir um processo de justificação capaz de sustentar e defender suas denúncias, críticas e ações, contribuindo assim para a construção casos ou causas coletivas. Nesta perspectiva sociológica, as estruturas sociais, apontadas pela sociologia crítica, não se sobrepõem às pessoas, e estas não estão ligadas a elas especificamente. As estruturas sociais são efeitos de um processo de construção social pautado por acordos estabelecidos entre as pessoas a partir dos processos de coletivização, ou de (des)singularização das causas, que acabam por produzir efeitos na organização social.

A partir dos trabalhos de Myskiw *et al.* (2023) e Silveira *et al.* (2022) e dos ensinamentos de Boltanski (1984), Corrêa e Dias (2016) e Chateauraynaud (2017;2018), Mello (2019) e Corrêa (2020), passo a entender que para compreender as ações, críticas, agenciamentos e denúncias, é necessário que possamos

acompanhar e descrever as relações que possibilitam uma construção coletiva, formando assim uma rede de relações. Segundo Latour (2016), esta rede não pode ser estabelecida *a priori*, pela pesquisadora, ela deve ser produzida a partir da observação das interações, ações e (re)organizações que estabelecem vínculos entre as/os agentes da pesquisa em busca de objetivos comuns. Conforme o autor (Latour, 2016), para a descrição dessa rede, devemos seguir um fio condutor a partir da ação das agentes e dos elos que as fazem agir, levando em consideração que suas movimentações dependem da natureza dos vínculos e de sua capacidade de fazer ou não existir agentes humanos e não humanos⁵, atuando como actantes.

Sendo assim, nessa rede composta por actantes, as ações não acontecem dentro de estruturas pré-estabelecidas, elas são atravessadas e transformadas através da interação entre seus elos. Desta forma, toda ação exercida pelas agentes em busca de seus objetivos se caracteriza como nova, pois está atravessada por diferentes repertórios que influenciam nas ações futuras e estabelecem vínculos/relações. Para que possamos compreendê-las, é necessário prestar atenção às translações, aos caminhos percorridos pelas ações e idéias, à junção entre diferentes interesses em um único objetivo que, no caso desta pesquisa, estabelece a relação entre a política e a população. Segundo Latour (2016), essa rede não é um emaranhado de teias em busca dos mesmo objetivos, ela é composta por diferentes agentes e/ou coletivos que, em algum momento, aproximam idéias e objetivos para atingir um objetivo principal. Latour (2016) ainda destaca que, sempre que olhamos para os laços de uma rede, alguns dados nos escapam, pois é impossível dar conta de todas suas ligações. No entanto, devemos estar atentos ao fato que as/os agentes, humano e não humano, carregam consigo uma bagagem que é fundamental para nutrir não só a rede, mas as interações e ações dos demais membros.

Partindo desses princípios, os próximos capítulos desta dissertação trazem dados para possibilitar a identificação das relações e das/dos agentes que vem se vinculando e/ou se distanciando de uma rede que está em constante transformação, como a do esporte, recreação e lazer da cidade de Porto Alegre.

⁵ Para Latour (2005) os actantes são agentes capazes de intervir no fluxo da ação, mobilizando e produzindo efeito na rede em suas relações, podendo ser eles humanos ou não.

1.2 CONSTRUINDO E LOCALIZANDO O PROBLEMA DE PESQUISA

Porto Alegre tem passado por mudanças políticas que impactam as estruturas e abordagens das iniciativas de esporte e lazer. A criação da SME em 1993 marcou a promoção do bem-estar e qualidade de vida dos porto-alegrenses, contudo, sua extinção em 2017 e a criação da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ) em 2021 refletem uma ruptura na ação das políticas públicas da cidade, colocando *à prova* as possibilidades de fruição do lazer como um direito social.

Esse período de transição, entre a extinção da SME e a sua retomada em 2021, demonstrou que a trajetória dos serviços públicos de esporte, recreação e lazer da cidade é importante para a população, que tem se mobilizado para a manutenção das atividades e cuidado com os espaços públicos. Essa movimentação das/dos agentes que atuam e usufruem desse serviço, além de pesquisadoras/es e entidades esportivas também tem se mostrado potente no cenário político, possibilitando assim o retorno da Secretaria.

A continuidade de projetos e atividades, a ação de coletivos e agentes nos cenários públicos-políticos, e a invisibilidade da ação das mulheres nesses processos contribuíram para a construção das questões que nortearam esta pesquisa: (1) Quais são as ações, agenciamentos e denúncias, realizadas por mulheres que produzem a construção coletiva de uma rede alicerçada na participação popular?; (2) De que forma ação governamental pode (im)possibilitar a oferta de um serviço público de esporte, recreação e lazer para a sua população?

Partindo dessas inquietações escolhi iniciar a pesquisa procurando dar visibilidade às mulheres que atuaram no movimento #SOMOSTODOSETODASSME em 2017. Assim no trabalho “Somos Todas SME: A luta das mulheres por seus direitos ao lazer” (Silva; Hostyn; Silva, 2021), procuramos analisar a forma como as mulheres utilizaram o dispositivo midiático Facebook para realizar uma denúncia pública capaz de coletivizar sua causa contra o fim SME. Buscamos registros de debates públicos, manifestações e estratégias de engajamento que colocassem esse coletivo de mulheres à frente do movimento.

Contudo, ao final da análise das imagens e vídeos postados na plataforma digital, percebemos que este veículo não foi utilizado como arena de debate entre elas, diferente dos dias atuais, onde as mídias sociais tem demonstrado ser um

potente agente nas causas e disputas sociais. As publicações e imagens naquele momento foram utilizadas como um 'megafone', chamando a comunidade, registrando e comunicando as ações do movimento. Esse trabalho me aproximou dos debates realizados e também possibilitou a visualização de estratégias e possibilidades da participação popular que escaparam das pesquisas já realizadas sobre este evento.

No que diz respeito à segunda questão, a ação governamental e a (im)possibilidade da oferta de um serviço público de esporte e lazer, destaco que os debates acadêmicos (Santos, 2003; Molina, 2007; Amaral, 2005; Rodrigues; Marcellino, 2011; Forell; Stigger, 2016; Stigger *et al.*, 2019) demonstram que a ação governamental dos partidos aliados à plataforma de esquerda buscaram oportunizar e incentivar a ação participativa da população, durante suas gestões, através de projetos sociais, ação dos servidores da SME e dispositivos políticos, como o Orçamento Participativo (O.P.)⁶ e as Unidades Recreativas.

No entanto, as rupturas causadas pelas trocas de gestão e a proposta de uma nova política que se pauta pela parceria com o setor privado têm alterado as dinâmicas desses espaços públicos de lazer da cidade, limitando as possibilidades de fruição do lazer como um direito, especialmente nas áreas periféricas. Isso ocorre porque o setor privado passa a investir nas áreas centrais da cidade e em pontos turísticos devido ao seu alto valor comercial. Esse desinteresse comercial do setor privado nas periferias da cidade vem provocando na população um movimento de reorganização desses espaços, que ocorre através da ação dos coletivos que trabalham para garantir a continuidade do serviço público de esporte, recreação e lazer. Esse processo de resistência tem se mostrado potente para a manutenção do serviço, assim como tem provocado novas ações governamentais que visam capturar agentes e conexões para comprovar a eficácia de suas propostas.

Uma dessas estratégias governamentais ocorreu no ano de 2022, entre os meses de setembro e novembro. A III Conferência Municipal de Esporte e Lazer de Porto Alegre teve como objetivo, segundo as/os agentes envolvidos, a construção coletiva de propostas sistematizadas capazes de orientar a política pública da área,

⁶ Implementado em agosto de 1989, o Orçamento Participativo foi criado pelo governo da Frente Popular para que a população pudesse participar na definição de investimento e tomadas de decisões. Seu objetivo era discutir o orçamento da cidade em uma esfera pública com a população para estabelecer uma nova relação entre Estado e sociedade civil, que passam a pensar juntos sobre a melhoria das condições básicas através das políticas sociais e setoriais (Santos, 2003).

servindo de base para a criação de um Plano Municipal de Esporte e Lazer para os próximos 10 anos, com a definição de eixos, responsabilidades, metas e indicadores de avaliação. O evento foi organizado pelo Prefeito Sebastião Melo (MDB) e pela Secretária da pasta de esporte e lazer Débora Rios Garcia. Importa dizer aqui que os projetos da atual prefeitura, até o momento da Conferência, demonstram um distanciamento das ações da SME que priorizavam a participação popular no planejamento e organização dos espaços e serviços públicos de lazer.

Esta estratégia de captura demonstrou um esforço dos órgãos governamentais na direção de uma aproximação com agentes comunitários, servidoras/es públicos, membros de entidades esportivas, professoras/es e acadêmicas/os, que se reuniram para colaborar com a execução da proposta. Contudo, ela não contou com uma divulgação efetiva nas mídias, praças, parques e Unidades Recreativas, o que restringiu o público que acabou participando efetivamente da Conferência. Essa “falha” na divulgação, ou o desinteresse na divulgação por parte do governo, pode ter contribuído para a baixa adesão da população.

No período anterior à Conferência, ocorreram 10 reuniões denominadas de pré-conferências realizadas em diferentes pontos da cidade. No início de cada uma das reuniões, foram registrados os dados das/dos participantes, e no decorrer, suas propostas e demandas. Apenas 220 pessoas participaram do evento, sendo que 43 delas representavam a região noroeste, onde está situada a Unidade Recreativa⁷ do Parque Alim Pedro. A ausência de uma maior adesão da população ao evento, com exceção da região do Alim Pedro, demonstra o quão é importante o incentivo e a formação dos profissionais que atuam nas Unidades Recreativas, uma vez que esse número expressivo na região noroeste se deu devido ao trabalho e incentivo das/dos funcionárias/os do parque para que a população possa participar de forma efetiva dessa janela de debate político.

Entre as demandas solicitadas por aqueles que estiveram presentes no evento estavam o aumento no número de professoras/es para atuar em espaços públicos de lazer da cidade, a manutenção e construção de espaços de lazer, e

⁷ Administradas pela prefeitura de POA, especificamente pela Secretaria responsável pelo setor de esporte, recreação e lazer da cidade, as Unidades Recreativas oferecem um serviço de qualidade com atividades gratuitas de esporte, recreação e lazer ministradas por professoras/es de educação física. Além disso, essas/es professoras/es e servidoras/es exercem o papel de mediadoras/res entre o poder público e as comunidades, incentivando assim a atuação da participação popular na gestão da cidade.

uma maior divulgação das atividades ofertadas pela SMELJ. Durante esse período de aproximação com a população, foi possível perceber que as/os agentes governamentais que estavam presentes nas reuniões aproveitaram esses momentos para divulgar os trabalhos realizados pela SMELJ e suas/seus funcionárias/os, justificar e valorizar a atuação das/dos voluntários que contribuem para a manutenção das praças e parques da cidade.

O projeto de lei, até o momento desta escrita, não seguiu adiante. Contudo algumas demandas da população começam a ser atendidas no ano de 2023, ano anterior à eleição para a prefeitura da cidade. Entre elas, está a ampliação da divulgação das atividades realizadas pela Secretaria em canais digitais como as mídias sociais e site da Prefeitura de POA e da própria Secretaria, a oferta de um número maior de profissionais via estágio de formação, a promessa de um concurso para a contratação de professoras/es, além da presença constante da Secretária atuando nos locais de lazer procurando solucionar as demandas cotidianas das comunidades com a ajuda das parcerias com a iniciativa privada.

Partido de um contexto onde se estabelece uma ruptura nos serviços públicos de esporte, recreação e lazer, capaz de movimentar agentes governamentais e não governamentais para a estabilização do sistema, e compreendendo que as mulheres vem atuando de forma contínua na manutenção dos serviços, esta pesquisa tem como objetivo **compreender de que maneira a rede das políticas públicas de esporte, recreação e lazer da cidade de Porto Alegre se mantém atuando a partir do protagonismos de mulheres.**

Os objetivos específicos construídos ao longo da pesquisa, através de um processo etnográfico que levou em consideração as inquietações das mulheres, foram: (1) compreender os modos de justificação presentes em um *corpus* de textos acadêmicos quando versam sobre mulheres, lazer, política e envelhecimento; (2) compreender de que maneira as denúncias, ações e estratégias realizadas pela coordenadora do Parque Alim Pedro vão mantendo a estrutura das atividades e a gestão pública do espaço mesmo após as mudanças na política pública da cidade, destinadas aos espaços de lazer; (3) compreender de que maneira as políticas públicas de esporte e lazer da cidade de POA em ação, possuem agência nas atuações das professoras, gestoras e comunidade do parque Ararigbóia; (4) compreender de que forma as associações dos elementos heterogêneos que compõem as atuais políticas públicas de esporte, recreação e lazer da cidade de

Porto Alegre proporcionam as mulheres 'Prefeitas de Praça' a construção de redes de associações e justificam suas ações e críticas da ação política a partir de suas trajetórias no lazer.

Para compreender quem são as mulheres e de que maneira elas, nos momentos de incertezas, tornam visíveis seus argumentos, elaboram relatórios, repertórios de ação e aproximam elementos baseados em princípios de justiça, demonstrando que a sua causa não é um interesse particular, mas que ela tem valor e afeta o cotidiano das demais pessoas tornando-se assim uma questão pública, direciono meu olhar para as mulheres do Parque Alim Pedro e do Parque Ararigbóia. A escolha destes dois parques se deu pela marcante participação da população usuária desses espaços no planejamento e organização das políticas públicas de esporte, recreação e lazer da cidade de POA, assim como no movimento social que lutou pela permanência da SME, e por se manterem atuantes na mobilização de agentes para a garantia de seus direitos ao lazer.

A organização desta escrita procurou atender aos objetivos propostos para a pesquisa e foi organizada de forma que a/o leitora/leitor pudesse percorrer os processos, inquietações, ações e trajetória das políticas públicas de esporte recreação e lazer da cidade de Porto Alegre, assim como as ações e o protagonismo das mulheres que passei a seguir durante o trabalho de campo.

O capítulo 2, denominado 'Percurso Metodológico', propõe trazer os dados sobre as escolhas metodológicas que guiam esta pesquisa, assim como a descrição do percurso, as aproximações, os distanciamentos e as informações sobre os parques e sobre as redes que se estabelecem nos mesmos.

O capítulo 3 '(re)construindo o campo da ação: história, trajetória e associações das políticas públicas de esporte, recreação e lazer de porto alegre', apresenta fatos históricos que foram acionados durante a pesquisa pelas agentes como elementos norteadores das suas críticas e ações. Além disso, aborda o cenário atual das políticas públicas de esporte, recreação e lazer do município, percebido pela maioria das mulheres entrevistadas como uma ação de desmonte e enfraquecimento do serviço público prestado anteriormente.

O capítulo 4, intitulado 'Processos de justificação, disputas, denúncias e acordos: as políticas em ação e suas controvérsias', busca fornecer elementos para mostrar os processos contínuos de transformação das políticas públicas de esporte e lazer, partindo das ações e protagonismos das mulheres. Este capítulo está

dividido em 4 artigos que atendem os objetivos específicos construídos ao longo da pesquisa⁸. O artigo 1 apresenta os dados de uma pesquisa bibliográfica realizada no início da investigação para compreender os modos de justificação presentes em um conjunto de textos acadêmicos que abordam mulheres, lazer, política e envelhecimento. O artigo 2 procura compreender como as denúncias, ações e estratégias realizadas pela coordenadora do Parque Alim Pedro contribuem para manter a estrutura das atividades e a gestão pública do espaço mesmo após as mudanças na política pública da cidade destinadas aos espaços de lazer. O artigo 3, tem como objetivo compreender como as políticas públicas de esporte e lazer da cidade de POA em ação, possuem agência nas atuações das professoras, gestoras e comunidade do Parque Araribóia. E por fim, o artigo 4 buscou compreender de que forma as associações entre os elementos que compõem as políticas públicas de esporte, recreação e lazer da cidade permitem às mulheres 'Prefeitas de Praça' construir redes de associações e justificar suas ações e críticas à ação política com base em suas trajetórias no lazer.

O capítulo final da dissertação, intitulado 'Percepções Finais', busca reunir as informações construídas durante o processo de campo, e aparentemente separados até o momento final da pesquisa, trazendo dados produzidos a partir do trabalho etnográfico para compreender que a rede das políticas públicas de esporte, recreação e lazer da cidade de Porto Alegre estão em constante busca de estabilidade, agindo sobre o cotidiano das indivíduos e sendo transformada pelas ações, críticas e resistências das mesmas.

⁸ Os artigos que compõem esta dissertação foram suprimidos deste texto para garantir a originalidade do texto, elemento obrigatório para a submissão em periódicos científicos. Contudo as problematizações e reflexões sobre os elementos presentes nos artigos transitam na análise do trabalho.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo se caracteriza como uma etnografia. A etnografia como forma de estudo no lazer e esporte já vem sendo utilizada pelo grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF/UFRGS) há 20 anos. Nessa trajetória, as pesquisas tiveram como foco de investigação a compreensão da diversidade cultural em diferentes projetos em espaços públicos e privados da cidade de Porto Alegre (Myskiw; Mariante; Stigger, 2014), onde acontecem as atividades de esporte e lazer da população porto-alegrense. Ao buscar elementos que possibilitaram a compreensão das lógicas de sociabilidade que ocorriam no universo esportivo e “de lazer”, Marco Paulo Stigger, fundador do GESEF/UFRGS trouxe para o grupo a oportunidade de olhar “de perto e de dentro” (Magnani, 2002) esses fenômenos. Stigger (2015) relata que a construção coletiva do grupo e suas produções acadêmicas, foi se aprimorando ao longo dos anos a partir das pesquisas etnográficas que dialogam sobre esporte e lazer.

Ao me aproximar de uma das linhas de pesquisa do GESEF/UFRGS que estuda as políticas públicas que atuam no lazer, percebi que, para atingir o objetivo dessa pesquisa, precisaria agir de maneira diferente do que simplesmente olhar e estar em um grupo específico. O que importa neste estudo são as relações e as construções de redes/vínculos que se estabelecem em diferentes espaços do lazer. Conforme Marcus (2001) nos anuncia, senti a necessidade de me aproximar de um fazer etnográfico incorporado em um sistema maior que do que apenas um espaço físico, comunidade e parque, como já visto em etnografias ‘mais tradicionais’. A proposta desta etnografia é seguir a circulação das ações, dos objetos e dos agenciamentos, investigando as conexões que se transformam e são transformadas através da ação das sujeitas envolvidas.

Como já mencionado anteriormente, desde a graduação tenho participando como integrante do GESEF/UFRGS, nos movimentos em prol da SME e da construção de políticas públicas de esporte, recreação e lazer que atendam às necessidades da população de forma equitativa. Políticas que resistam às trocas de gestões e que se preocupam não apenas com os espaços físicos de lazer, mas também com a qualidade dos serviços oferecidos à população. Foi durante o período de extinção da SME que percebi o protagonismo das mulheres idosas nos debates e movimentos para a manutenção, e como elas foram invisibilizadas nos

trabalhos acadêmicos produzidos pelo grupo. Naquele momento, o grupo entendeu que a escrita de um movimento coletivo aciona um imperativo de grandeza importante para a denúncia pública da perda de direitos, mas que havíamos deixado escapar questões importantes, como o protagonismo das mulheres.

Para Abu-Lughod (2018), quando escrevemos de forma generalizada, deixamos escapar os dilemas específicos com os quais mulheres, índios e negros se deparam. Segundo a autora, é necessário fugir dos processos generalizadores, onde todos são descritos dentro de uma mesma cultura ou coletivo, propondo uma escrita das particularidades e das construções individuais. A autora ressalta ainda que, para se fugir desses processos generalizadores, é importante que a análise dos dados empíricos do trabalho de campo e a produção textual estejam atentas à forma como cada indivíduo/o experiência e se relaciona com o mundo, incluindo a pesquisadora.

A relação da pesquisadora com seu campo de estudo, sua bagagem teórica e as experiências e relações anteriores são fatores que devem ser levados em consideração durante o percurso etnográfico. Para Strathern (2014), não existe uma forma neutra de escrita, uma vez que a mesma acontece a partir do viés da pesquisadora. Todo o processo científico, incluindo escuta e escrita, é atravessado por quem nós somos, a partir do lugar que observamos, das relações que estabelecemos e dos nossos posicionamentos.

Apoiada nos ensinamentos de Abu-Lughod (2018) e Strathern (2014), destaco que, apesar de buscar uma simetria na construção dos dados deste trabalho etnográfico, compreendo que minha identificação como mulher, branca, heterossexual, com posicionamento político vinculado à esquerda e militante do lazer como direito, compôs esta pesquisa. Do mesmo modo, compreendo que, ao participar da ação como um elo da rede nos processos de campo, vou vivenciando com as mulheres da pesquisa, através da observação participante, processos de aprendizagens que passam a me constituir e a produzir as lentes que utilizo para observar o campo, assim como na análises dos dados empíricos.

Cabe destacar aqui que, ao falar de mulheres, assim como Abu-Lughod (2018), compreendo essas como indivíduos em construção e não como seres naturais que estão inseridas dentro de uma mesma cultura. Visto que todas nós, mulheres, vivenciamos, nos relacionamos e somos afetadas por diferentes

constrangimentos sociais, que atravessam nossas trajetórias no lazer, na política, na maternidade e nas demais esferas da vida.

As justificativas para tornar essa afetação visível se dão pela necessidade de explicitar que a ação da pesquisadora transformou, assim como foi transformada, pelas relações estabelecidas com as mulheres durante a pesquisa. Por fim, ao partir dos preceitos da sociologia pragmática (Boltanski, Latour e Chateauraynaud) e apoiada em Strathern (2014) e Abu-Lughod (2018), destaco que esta pesquisa buscou o distanciamento dos conceitos-chaves, característicos do antigo modo de etnografar, por entender que a dinâmica da sociedade contemporânea e as suas relações heterogêneas exigem uma produção de conhecimento pautada na ação, movimentação e circulação das agentes e de suas redes.

2.1 AS DINÂMICAS SOCIAIS E OS MOMENTOS DE CRISE

Entre as diferentes dinâmicas que atravessam nosso cotidiano, este trabalho rastreou aquelas relacionada aos processos políticos, visto que a cada quatro anos um novo governo é eleito em Porto Alegre⁹. Essas mudanças nas estruturas governamentais acarretam uma série de variações, instabilidades e incertezas no cotidiano em nos acordos já estabelecidos pelas/os agentes, exigindo dos governantes e da população uma (re)organização social. À vista disto, passo a compreender as políticas públicas de esporte, recreação e lazer como um objeto a ser seguido, algo em aberto e em movimento que atravessava os tempos e espaços de lazer das mulheres, proporcionando uma série de variações, instabilidades, incertezas em seu cotidiano.

Esses momentos de instabilidade, segundo Corrêa e Dias (2016), são momentos de mudanças da ordem social, onde as disputas estão em jogo, e oferecem às/os pesquisadoras/es a possibilidade seguir o fluxo das ações, formas de engajamento, as novas associações e os relatórios produzidos pelas/os agentes para o restabelecimento da ordem social. Para Latour (2000), estar atenta a esses momentos de crise, onde os saberes já constituídos são postos à prova, é uma forma de observar as/os agentes utilizando suas competências criativas e suas

⁹ Depois dos governos da Frente Popular que atuou na cidade de forma contínua entre os anos de 1989 até 2004, não houve outros processos de continuidade governamental.

capacidades de engajar outros sujeitos a partir dos conhecimentos práticos e técnicos adquiridos em situações anteriores, no lugar de mediadoras/es.

A escolha pelo *lócus* da pesquisa deu-se devido à intensa participação das mulheres idosas representantes de dois parques da cidade de Porto Alegre na luta por seus direitos sociais ao lazer no movimento de 2017: o Parque Alim Pedro e o Parque Ararigbóia. Essa participação indica que esses espaços são importantes meios de mobilização e atuação dessas mulheres, proporcionando debates e conexões importantes para suas ações políticas. A delimitação do campo na fase inicial da pesquisa foi uma estratégia para estabelecer um ponto de partida para imersão em campo, a primeira ponta do fio de uma rede que foi se construindo e se deslocando ao longo da pesquisa.

O Parque Alim Pedro foi inaugurado em 27 de fevereiro de 1950 e está situado no centro do bairro Passo da Areia, conhecido usualmente como Vila do IAPI, na Avenida dos Industriários, s/n. Construído pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) durante os governos de Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra¹⁰, a Vila do IAPI destinava-se à classe operária. Seu projeto inovador para a época preservou as características do terreno para que o mesmo pudesse valorizar os espaços de lazer e convivência da comunidade, através de um paisagismo dotado de importantes massas de vegetação (Custódio; Costa, 2014).

A maior área de lazer do bairro é o Parque Alim Pedro, que possui uma Unidade Recreativa administrada pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude (SMELJ), oferecendo atividades gratuitas de esporte, recreação e lazer para a população. A estrutura onde esta Unidade Recreativa está situada conta com uma pequena construção que abriga duas salas, uma para professoras/es e outra para as/os usuárias/os, dois vestiários, um campo de futebol, duas quadras poliesportivas, duas pracinhas para as crianças, uma pista para caminhada e duas quadras de beach tennis.

O trabalho exercido pelas/pelos funcionárias/os do espaço aproxima a comunidade e estabelece uma relação de cuidado e pertencimento que contribui para a manutenção do parque e das atividades ali realizadas. Segundo Trentini e Venuto (2009), a administração do parque promove diferentes atividades para movimentar e ocupar o espaço como forma de legitimar a participação comunitária e

¹⁰ A Vila do IAPI é um bairro planejado e sua construção iniciou no ano de 1946 e teve sua inauguração em 1954 (Custódio; Costa, 2014).

a atuação do poder público nas “rédeas” da organização do espaço. Esta estratégia tem se mostrado eficaz, ao longo dos anos, para evitar que o parque passe por um processo de privatização.

O Parque Ararigóia está localizado no bairro Jardim Botânico, na cidade de Porto Alegre, RS, e a escolha por esse *locus* deu-se devido a importância da ação participativa de suas/seus usuárias/os e funcionárias/os na cogestão das políticas públicas de esporte, recreação e lazer na cidade. Segundo Forell (2014), a participação da comunidade na gestão das atividades desenvolvidas no Parque Ararigóia é um legado dessa longa trajetória das políticas públicas da cidade.

Este parque também contém uma Unidade Recreativa, e a comunidade, além de participar das atividades, contribui, por meio da Associação de Usuários, para a manutenção do espaço. Sua estrutura conta com um ginásio poliesportivo, sala para a prática de atividade física, sala de musculação, pracinha para as crianças, quadra externa, campo de futebol, vestiários e cancha de bocha. Segundo Flor (2013), Forell e Stigger (2016), os primeiros indícios de uma ação política da comunidade do parque em prol dos seus direitos ao lazer ocorreram a partir da instalação do campo de futebol em 1940, e da relação estabelecida entre a comunidade e o governo para apropriação e manutenção deste espaço. Essas disputas fortaleceram a participação comunitária através da Associação de Usuários e, ao longo dos anos, vão norteando e garantido a ação e a manutenção das políticas públicas de esporte, recreação e lazer neste local.

O trabalho de campo foi realizado no ano de 2022, entre os meses de março a dezembro. No entanto, devido à minha relação com algumas dessas mulheres, fui convidada a participar de alguns eventos em 2023, como o Projeto Verão, que ocorreu em fevereiro de 2023 no Parque Ararigóia, a inauguração das quadras de beach tennis no Parque Alim Pedro em 26 de março de 2023, e a nomeação dos Prefeitos de Praça, que ocorreu na praça Amigos do Verde, localizada ao lado do Alim Pedro, em 16 de abril de 2023.

Durante esse período de imersão, estive acompanhada de um pequeno caderno, presente da coordenadora do Parque Alim Pedro, onde foram realizadas anotações sobre o campo. Nos momentos iniciais, o texto continha muitas dúvidas, nomes desconhecidos, sistemas que eu não compreendia. Com o passar dos dias essas inquietações deram espaço para o percurso das ações das mulheres, suas relações, movimentações e agenciamentos. Essa sistematização foi possibilitando a

visualização da forma como as/os sujeitas/os humanos e não humanos vão se colocando, e ao mesmo tempo, sendo colocados em ação, dada a capacidade de agenciamento das políticas públicas de esporte, recreação e lazer da cidade de Porto Alegre e dos elos de suas redes.

2.2 ENTRANDO EM CAMPO

A entrada em campo foi como um ritual de passagem. Como em outras cerimônias que caracterizam períodos importantes de nossas vidas, esses momentos nos transportam para novas fases repletas de desafios, incerteza e conquistas. Meus primeiros passos nesta rede das políticas públicas de esporte, recreação e lazer e no cotidiano das mulheres que passo a seguir, colocam *à prova* todas as minhas certezas e conhecimentos, o que me leva a buscar formas criativas de agir e me comportar neste novo ambiente para superar os desafios do vinculamento.

O primeiro momento exige a elaboração de um relatório que contenha os dados e intenções da pesquisa para ser enviado ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PROPESQ/UFRGS. A resposta do Comitê solicitou um novo documento com autorização do Comitê de Ética em pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre (CEP-SMSPA), o Termo de Anuência, contendo a assinatura da Gerente Pedagógica da SMELJ, Ana Luisa Madruga de Rodrigues, consentindo para a realização das observações participantes, produção de diários de campo e entrevistas nos dois parques públicos da cidade. Essa solicitação trouxe mudanças significativas para o trabalho, como a inserção da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) na Plataforma Brasil como instituição coparticipante da pesquisa e parte desta rede da qual passo a fazer parte antes mesmo de entrar em campo.

Seguimos para a próxima etapa, minha orientadora, o Termo de Anuência da Prefeitura¹¹ e eu, para a tão esperada "entrada em campo". Neste momento, já possuíamos um documento oficial que nos autorizava a realizar a pesquisa nos dois locais públicos, Alim Pedro e Ararigbóia, e a registrar o cotidiano das atividades e

¹¹ Ver Apêndice 1.

funcionamento desses locais e de suas/seus funcionárias/os antes mesmo de conhecer as mulheres que ali atuavam.

Em outras formações políticas da Prefeitura de POA, talvez, esse documento pudesse ter outro significado uma vez que a SME pautava a formação pedagógica de suas/seus professoras/es na produção acadêmica. Contudo, a extinção da SME e as mudanças na pasta exercida pela atual secretaria, SMELJ, são acionadas como as principais causas para o enfraquecimento do setor pedagógico responsável pela formação contínua das/dos profissionais. Atrelado a isso existe ainda um processo de resistência nesses espaços, uma vez que, para as mulheres que ali atuam, todo esse processo está associado ao desmonte das políticas públicas de esporte, recreação e lazer.

Desta forma, entendo que esta foi uma típica entrada de "cima para baixo", quase uma imposição, uma vez que o actante (o documento) nos vinculava à rede da SMELJ, me obrigando a passar por um novo processo de convencimento para que as gestoras dos dois parques aceitassem contribuir com o trabalho.

Esse processo de convencimento iniciou com uma conversa inicial com as coordenadoras dos dois parques e em momentos distintos, onde pude expor o objetivo da pesquisa e a maneira como pretendia realizar as observações nos parques. Nas duas conversas, foi necessário acionar um posicionamento político de esquerda, além do reconhecimento do trabalho da SME e consequentemente do trabalho delas como agentes forjadas neste espaço. Além disso, para que fosse possível estabelecer uma relação de confiança foi necessário acionar o grupo de estudo GESEF/UFRGS e o seu fundador professor Marco Paulo Stigger, reconhecido por elas como um importante pesquisador das políticas públicas de esporte, recreação e lazer da cidade.

Ainda assim, a fala da coordenadora do Parque Alim Pedro no meu primeiro dia de observação, deixa claro seu incômodo e os esforços que deveria empreender para realizar a pesquisa e estabelecer vínculos com a comunidade. Ao me apresentar para o grupo de trabalho Sandra fala: "Ela vai estar aqui todas as manhãs mesmo sem ser convidada [risadas], é que ela já tem um convite permanente" (Fala da coordenadora do parque Alim Pedro, D.C., 22/03/2022).

Cada aproximação tem as suas peculiaridades, o que nos diz muito sobre esses espaços de lazer e os sujeitos ali inseridos (Stigger; Myskiw; 2020). Nesta pesquisa não foi diferente, as relações e vinculamento com a rede de mulheres

atuantes nos dois parques ocorreu de formas distintas, entre pesquisadora e agentes. Por essa razão, os próximos descrevem as dinâmicas das relações, as vivências e experiências das mulheres em seus momentos de lazer assim como a descrição das particularidades de cada local.

2.2.1 O parque Alim Pedro

A primeira visita ao parque Alim Pedro aconteceu no dia 15 de março de 2022. Como pesquisadora foi importante nessa etapa acionar alguns capitais para esse acesso, como a participação no GESEF/UFRGS, grupo do professor Marco Paulo Stigger e o fato da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao qual sou vinculada, ter participado ativamente dos movimentos contra a extinção da antiga Secretaria de Esporte, Recreação e Lazer de Porto Alegre em 2017. Ainda assim, nesse primeiro dia de campo Sandra, coordenadora do parque, me recebeu com um sorriso no rosto e com o meu projeto na ponta da língua. Explicou novamente que a “ação política” que eu procurava estudar no parque já não estava mais presente nas conversas e atitudes das mulheres integrantes desses espaços de lazer e que o cenário atual era de esvaziamento de desmonte.

Sandra lembrou o tema da minha pesquisa, e o fato de que aqueles grupos de mulheres [que atuaram no movimento #SOMOSTODOSETODASSME] já não existiam mais como no tempo da Flávia¹². Frisou novamente que na verdade eu estava lá para ver o desmonte da secretaria [SME]. "Então ela vai ficar aqui para ver o que acontece e o desmonte no esporte. E já vamos aproveitar que ela é da educação física e já vai pro pau" (Coordenadora do parque Alim Pedro, D.C., 22/03/2022).

A extinção da SME, o afastamento social determinado à sociedade por conta do alto índice de contágio do vírus SARS-CoV-2 e o retorno tímido das atividades da Unidade Recreativas, conforme Sandra, estavam entre os fatores que contribuíram para o enfraquecimento dos grupos que se mobilizaram em prol da SME. Contudo a aposentadoria e/ou o afastamento de professoras/es após a extinção da secretaria, o que ela frequentemente acionou como um fator relacionado ao desmonte do esporte, e a razão principal para a ausência de um movimento político dessas mulheres.

¹² BIELAWSKI, F. R. T. N.. **As vivências de lazer com os idosos do Parque Alim Pedro: Um estudo Etnográfico** 2018. Dissertação (Mestrado Profissional) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano. Porto Alegre, p. 109, 2018.

Voltamos a falar do meu projeto. Ela retomou a história de que aquelas mulheres e turmas, que atuaram no movimento #SOMOSTODOSETODASSME, já não existiam mais, que com a perda dos professores ficava difícil ter um grupo unido, e que acabaram perdendo a identidade de grupo “sem um professor para chamar de seu, sem alguém que esteja realmente dentro da turma, e não tendo que resolver problemas como canos quebrados, pessoas precisando de atenção e outras coisas, é difícil manter o vínculo e ter mulheres engajadas” (Sandra, D.C., 15/03/2022).

Durante todo o período em que estive acompanhando Sandra foi possível observar que, o início das aulas, as conversas cotidianas com as usuárias, os tempo e espaços de confraternização, assim como nas reuniões com o grupo de trabalho, colaboradoras/es e agentes governamentais eram aproveitados para ressaltar a redução no número de professores e as consequências dessa falta para a continuidade da oferta e qualidade do serviço. Segundo ela, antes da extinção da SME o parque oferecia aulas de dança, ginástica em diferentes horários e aulas de iniciação esportiva para as crianças. A atuação dessas/es professoras/es estabelecia na comunidade uma relação de pertencimento com o local, onde crianças, jovens e adultos compartilhavam não só um espaço, mas uma vida juntos.

Neste período, a Unidade Recreativa possuía apenas dois professores que ministravam aulas de ginástica para terceira idade e algumas aulas de iniciação esportiva, futebol e vôlei, para crianças. Também contava com o trabalho voluntário de outros dois professores que auxiliavam em eventos pontuais, com atividades rítmicas e de ginástica chinesa. Com o quadro reduzido, Sandra se desdobrava com as questões administrativas, com a atuação como professora e com as atividades sociais como o grupo de crochê, jardinagem e os rituais de comensalidades.

A Unidade Recreativa gerida por uma professora concursada da SMELJ é conhecida por suas/seus usuárias/os como complexo. Sua pequena estrutura se organiza da seguinte forma: dois vestiários com chuveiros e sanitários, uma cozinha, uma sala de ginástica com banheiro, a sala dos professores e mais um banheiro para o uso interno, um pequeno depósito e um local de recepção. Apesar deste espaço representar a materialidade das políticas públicas que acontecem no parque, as relações, atividades, acordos e reuniões se estendem e se fortalecem em seu entorno, nos bancos embaixo das árvores, quadras, campo de futebol, salão da igreja, biblioteca pública do bairro entre outros. Essa é uma característica marcante deste parque e desta comunidade que embora pareçam estar divididas em diferentes grupos compartilham suas vidas e trajetórias de forma comunitária.

Durante o período que estive participando das atividades da Unidade Recreativa, poucas vezes vi Sandra utilizar o complexo para reuniões. Em minhas anotações, apenas duas vezes elas ocorreram distantes das áreas abertas do parque. A primeira delas foi uma reunião que tinha como pauta as demandas do Orçamento Participativo, realizada com as delegadas responsáveis pelo parque e a segunda com a Secretária da SMELJ. Em nenhuma das ocasiões fui convidada a participar do evento. Todas as outras atividades que presenciei aconteceram na estrutura externa do parque, aulas, eventos esportivos, reuniões com as/os colaboradoras/es¹³ e os rituais de comensalidade, principais estratégias de Sandra para manter seus vinculamentos e o parque sempre ativos.

Os rituais de comensalidade acontecem diariamente no parque e tive a oportunidade de participar deles todas as vezes em que estive no parque, sempre com grupos diferentes. Sua complexidade dependia do grupo e/ou ocasião, em algumas situações havia uma mesa posta com quitutes para o café, e em outras apenas um 'cafezinho', contudo o cuidado era sempre o mesmo. Sandra preparava o espaço, arrumava a mesa com toalhas, pratos, xícaras quentes e flores. Este ambiente acolhedor, familiar, rotineiro, mostrou-se importante para o estabelecimento de vínculos entre professores, coordenadora e funcionárias/os, entre a coordenadora e o grupo de mulheres que se reúne nas terças à tarde para confeccionar roupas de crochê para doação, entre a coordenadora e suas/seus "colaboradoras/es", e entre a coordenadora e usuárias/os do parque.

Ao longo dos dias fui percebendo esse ritual de duas formas distintas. Em um primeiro momento compreendendo essa configuração como uma estratégia, uma oportunidade para discutir temas que importam para o parque como as demandas do O.P., a falta de materiais, a ausência de professoras/es, as negociações e acordos com a Secretária da SMELJ e seus adjuntos e a organização dos eventos realizados no Alim Pedro. Outras vezes compreendia o ritual como um carinho, um cuidado, uma forma de agradecer a contribuição de todas/os que participavam da vida ativa do parque ao lado de Sandra. Ouso dizer que foram esses rituais de comensalidade que me capturaram, oportunizaram minha inserção nessa rede do

¹³ O termo colaboradores é utilizado de forma frequente entre essas usuárias e coordenação do Alim Pedro para identificar o grupo de usuárias/os que contribuem para a gestão do local. Essa gestão compartilhada foi acionada diversas vezes durante o trabalho de campo para marcar a relação que se estabelece entre as/os agentes governamentais e não governamentais como ocorria na atuação da SME.

parque uma vez que eles passo a compreender esses eventos não só como um campo de pesquisa, mas como uma oportunidade de confraternizar e de compartilhar esses tempo e espaços de lazer da comunidade. Estar próxima, ouvir e compartilhar os interesses comuns acabaram abrindo muitas portas para que eu pudesse transitar neste campo. Assim com o passar dos dias seguir as políticas e as mulheres que atuavam no parque foi relativamente fácil uma vez que Sandra havia me inserido nesta rede e demonstrava prazer neste nosso transitar.

Combinamos logo no início da pesquisa, Sandra e eu, que eu acompanharia a turma da manhã de ginástica. A escolha por essa turma se deu devido ao elevado número de participantes, em torno de 35 à 40 pessoas, ao fato da maioria da turma possuir mais de 60 anos, e esse ser um dos principais marcadores quando iniciei a pesquisa, e ao fato da turma ser composta majoritariamente por mulheres, apenas cinco homens participaram das aulas neste período da pesquisa. Mas essa turma também possuía outra característica importante para o trabalho: a longevidade na atuação das mulheres como usuárias dos serviços públicos de esporte, recreação e lazer oferecidos pelo parque.

Assim, passei a acompanhar as aulas de ginástica nas manhãs de terça-feira e quinta-feira durante o ano de 2022. Iniciei as atividades me inserindo na turma como aluna, porém, e conforme fui me aproximando das/dos funcionárias/os do parque, fui deslocada para auxiliar nas aulas sempre que necessário. A minha atuação como pesquisadora foi acionada pela coordenadora em momentos específicos do campo, como justificativa da minha presença no local, para as usuárias e para a Secretária da SMELJ, nas reuniões com agentes governamentais e do O.P. e nas conversas com o grupo de colaboradoras/es. Fui chamada algumas vezes para compor o grupo de usuárias/os no O.P., na Conferência Municipal, e nas festas oficiais, onde a SMELJ estava presente. Sandra sempre deixou claro o valor do coletivo e da lotação desses espaços, assim como o valor da minha posição como pesquisadora.

Hoje, compreendo esse movimento de Sandra como uma troca. Suas vivências e experiência atuando em espaços públicos-políticos, como o O.P. e conferência municipais, e a sua formação e atuação na SME, secretaria que valorizava o conhecimento científico como produtor de uma ação cidadã, tornaram possível a compreensão da possibilidade de atuar como mediadora neste processo. No decorrer da pesquisa, Sandra mostrou-se empenhada em contribuir para a

pesquisa indicando leituras acadêmicas sobre a história dos serviços públicos de esporte, recreação e lazer da cidade, sobre a participação cidadã e Orçamento Participativo. Fez relatos extensos sobre sua participação nas Conferências Municipais nas gestões da Frente Popular, sobre o Projeto Verão, que ocorria no mesmo governo, além de oferecer documentos relativos a esses eventos.

Suas recordações expressavam um saudosismo da época em que a SME era considerada referência nacional, mas também representavam uma denúncia de desmonte. A aproximação com Sandra, sua disponibilidade para me guiar nesta trajetória onde se fez necessário a aprendizagem de uma nova linguagem, símbolos e configurações, foi o que possibilitou meu deslocamento neste campo de forma confortável e tornou possível a pesquisa. Mas essa ação de Sandra de aproximar as pessoas do debate político não se restringe apenas ao campo acadêmico, ela se estende para a comunidade que se sente chamada a participar.

Cada usuária contribui da forma que deseja, como se sente mais confortável, ajudando nos jardins, nos rituais, nos eventos, na organização do espaço e das aulas, esse ato de compartilhar vidas e trajetórias também se estende para as atividades fora do parque. As mulheres que segui dedicam parte de suas vidas para participarem das atividades umas das outras, como na igreja, nos momentos de doenças e nas confraternizações fora do espaço do Alim Pedro. São essas participações que cotidianamente vão tornando possíveis as relações e os compromissos que são estabelecidos para o senso de comunidade existente entre elas. Como é possível observar neste relato de campo:

A aula de hoje tinha 20 alunas/os, e apenas 3 deles eram homens. O grupo tem se mostrado bastante coeso, as pessoas faltam pouco e demonstram ter uma relação extra classe. Essas pessoas ocupam outros espaços do parque além das aulas, para conversas e trocas entre amigas, confraternização, artesanato, etc.. A Iolanda chegou hoje com novas placas para os jardins, Márcia trouxe algo que tricou para crianças carentes, Elisabete e outra senhora, são as responsáveis pelo empréstimo do salão da igreja. Cada uma dessas pessoas parece ter um papel importante na manutenção do parque e para a vida do bairro. Hoje após o alongamento, Elisabete avisou que no próximo final de semana será realizada a festa junina da igreja e que estavam todos convidados já que a arrecadação de verba é importante para a manutenção da igreja. O professor sugeriu que ela colocasse no grupo do Whatsapp o lembrete da festa e eu sugeri que na próxima aula ela utilizasse o momento do início da aula para divulgar o evento porque esse é o momento em que todas estão mais atentas. O professor concordou (D.C., 21/06/22).

Assim como neste exemplo, foi possível observar que fazer parte de um grupo longo proporciona um vínculo entre essas mulheres que se estende para outros tempos e espaços de lazer. As trocas ou acordos firmados entre elas, como a utilização do salão da Igreja para as aulas nos dias de chuva, deslocam suas ações para diferentes pontos do bairro que acabam se beneficiando com isso. Além disso, a aproximação do professor com as alunas e a valorização demonstrada por Sandra por toda dedicação das usuárias é outro fator que importa neste processo de socialização.

Ao utilizar a estratégia de seguir as políticas públicas de esporte, recreação e lazer assim como as mulheres que atuam nestes espaços, fui percebendo que esta aproximação entre as mulheres e esse processo de socialização vai sendo acionado por Sandra como consequência de um trabalho construído coletivamente.

Dentro deste coletivo a ação de quatro mulheres passaram a ter destaque nesta pesquisa uma vez que as mesmas além de terem participado do movimento #SOMOSTODOSETODASSME contribuem ativamente na manutenção das políticas públicas no parque. Entre elas estão as três delegadas do Orçamento Participativo e a coordenadora do espaço, Sandra, Camila, Márcia e Iolanda. Essas mulheres fazem parte de um grupo que articula com outras esferas governamentais, como no O.P., para garantir a segurança, saneamento e manutenção do parque. Ao seguir essas mulheres e me apropriar das questões relativas ao parque, passei a entender que o Orçamento Participativo é a ferramenta que possibilita a manutenção das políticas públicas e das atividades oferecidas neste espaço, mesmo com as rupturas e incertezas deste campo.

Entre elas estão as novas propostas governamentais referentes aos espaços públicos da cidade e seus processos de concessão e adoção, que tem como objetivo arrecadar investimentos financeiros e a atuação de voluntárias/os para a manutenção das praças e parques da cidade. Este foi o principal debate da Unidade Recreativa durante o tempo em que estive por lá. Para evitar a abertura deste processo de adoção, ou a ação de um novo agente neste espaço designada/o pela Prefeitura de POA, a/o Perfeita/o de Praça¹⁴, Sandra, Camila, Márcia e Iolanda, delegadas do O.P. precisaram ampliar suas redes, estabelecendo novos contatos, buscar novos acordos em arenas políticas, como o O.P., reuniões com a

¹⁴ Segundo o Decreto Municipal Nº 21.073, de 17 de junho de 2021, o Prefeito da Praça é um cargo voluntário que tem como função principal auxiliar o município nos cuidados com o bem público.

subprefeitura e na Conferência Municipal. Sandra neste período mostrou-se determinada a justificar a ausência da necessidade da ação desta/e nova/o agente, uma vez que ela e seus colegas da SMELJ já eram reconhecidos no espaço como “a prefeitura na praça”. Esse trânsito de ações estendeu-se para além dos limites do parque e atingiu diferentes instâncias governamentais. Em um e-mail enviado para a SMELJ Sandra destaca que:

Tomando o Alim Pedro como exemplo: O Parque tem 2 delegados titulares e 2 suplentes (no Op), e um grupo de colaboradores, todos perfeitamente integrados com a coordenação do Parque. Temos também uma relação de parceria com a Subprefeitura. ‘EU SOU PREFEITURA NO LOCAL’ e posso afirmar que os objetivos do Decreto, não se fazem necessários no Alim Pedro. OBS.: Minha sugestão é que para as nossas Unidades ao invés de “Prefeito(a) de Praça, se dê posse/VALORIZE o “GRUPO DE COLABORADORES”. SIM!! com pompa - com a presença de Prefeito e Secretários (Trecho do e-mail, enviado para a SMELJ por Sandra em 27/04/2022)

A valorização da participação das/dos colaboradoras/es nas atividades e demandas do parque ecoam entre os discursos corriqueiros do dia a dia. Assim como Sandra, que autodenomina “a prefeitura na praça”, suas/seus colaboradores não cansaram de repetir que “Aqui não tem um prefeito, todos somos prefeitos” (fala do Cláudio para o diretor de esportes da SMELJ quando questionado sobre o prefeito da praça D.C., 09/04/2022). Essa disputa política é percebida por algumas agentes deste campo como a desvalorização do trabalho comunitário e desmonte do esporte, no entanto, é percebida por outras como um momento de oportunidade, uma forma de aproximação com a prefeitura, facilitando a manutenção das políticas exercidas no parque. Este processo de disputa se manteve ativo durante o período da pesquisa e as resistências de Sandra mostraram-se eficazes, até aquele momento, para distanciar possíveis interessadas/os na adoção do parque.

A convivência com as mulheres que atuam neste espaço de lazer, como usuárias, funcionária, colaboradoras e/ou delegadas do O.P, trouxe questões importantes para esse estudo. A primeira delas está relacionada a forma como elas significam esse espaço como uma extensão do lar. A jardinagem, os rituais de comensalidade, o cuidado com o outro e o partilhar da vida fazem parte do cotidiano destas mulheres que se esforçam para mantê-lo. Os homens não participam da aula, mas desfrutam desse momento de lazer conversando e interagindo com o restante da comunidade no mesmo espaço das aulas. Sentados próximos à quadra conversam com as participantes das atividades, fazem brincadeiras, “gracinhas”

para chamar atenção das mesmas e atuam na resolução de alguns problemas como o acionamento de instâncias políticas junto com as mulheres. O parque está sempre aberto para suas/seus usuárias/os e a maior parte das atividades acontece ao ar livre, as famílias se misturam e todos colaboram com o cuidado das crianças e animais de estimação. As atividades são planejadas para que se tenha uma continuidade dessa apropriação, Sandra sempre pontua que esse é um espaço de educação para o lazer, e tem como objetivo proporcionar aprendizagem que possibilitem uma prática de lazer para a vida toda, um espaço de socialização.

2.2.2 O parque Ararigbóia

Minha primeira visita ao local foi no dia 17 de março de 2022 e assim como no parque Alim Pedro, minha orientadora me acompanhou neste primeiro dia para que pudéssemos realizar uma apresentação formal e breve exposição da pesquisa.

Ao chegar no parque para essa conversa inicial nos direcionamos para a sala da coordenação, localizada na entrada do complexo da Unidade Recreativa. Neste primeiro momento percebo que a porta, vermelha, que dá acesso à sala da coordenação e professoras/es estava fechada, contudo, havia uma pequena janela que dava acesso ao interior da mesma. Ana, a coordenadora desta Unidade Recreativa, atendia uma usuária do espaço quando chegamos e todo o atendimento foi realizado através desta pequena janela. Aguardamos esse atendimento inicial de Ana para que pudéssemos nos apresentar.

Iniciamos a conversa expondo a pesquisa e seus objetivos, os processos já realizados como a aprovação dos comitês de ética, ressaltando a participação da Prefeitura de POA neste processo e o interesse de realizar o trabalho de campo nesta Unidade. Em nenhum momento dessa conversa, Ana demonstrou interesse em sair da sala para nos apresentar o parque e suas instalações, permanecendo “protegida” pela janela. Minhas primeiras impressões sobre este comportamento de Ana foram:

Neste primeiro momento foi possível observar a desconfiança da coordenadora, uma insegurança em relação ao campo esperado, e por uma “repressão” política. Ana, nessa conversa inicial quando fala da antiga SME, evita falar em um partido específico, conta sobre o funcionamento anterior, reclama da atual secretaria, mas demonstra ter medo de uma repressão política do ouvinte. Segundo ela: ‘A gente não fala hoje em dia [referindo-se a atuação dos partidos de esquerda na SME] porque a gente não sabe né, antes os funcionários públicos, as pessoas que trabalhavam

lá com a gente, estavam lá na greve, mas a gente acreditava no partido e acreditava naquele governo, hoje em dia eu tenho colegas meus que são bolsominions e fica difícil (D.C., 17/03/2022)¹⁵.

A fala da coordenadora retrata neste momento, suas percepções sobre as rupturas na secretaria da qual faz parte, da insegurança causada por elas e das repressões oriundas do cenário político brasileiro que tem atacado os cidadãos partidários da esquerda. Por essa razão, mesmo após termos nos posicionado a favor de suas causas, passo a ver sentido no distanciamento e na proteção que a janela oferece a Ana. Sobre a insegurança relativa ao campo de pesquisa, que esta fala discorre, se dá pelo objetivo que foi exposto a Ana no início da pesquisa. Quando entrei em campo vislumbrava encontrar grupos de mulheres que se organizavam para uma ação política. Contudo, com as observações e vivências neste espaço fui percebendo que não havia um movimento público em prol do direito ao lazer, mas que as movimentações políticas das mulheres ocorriam no cotidiano do parque através das críticas, ações, agenciamentos e acordos presentes em suas relações. Contudo elas mostraram um desalinhamento de interesses entre as mulheres e nem sempre estavam explícitas.

Um dos fatores que dificultou a observação dessa movimentação política está relacionado à forma como este espaço público se organiza. Sendo este um espaço público e partindo da compreensão que a comunidade do Ararigbóia tem participado ativamente na gestão das políticas públicas de esporte, recreação e lazer da cidade, como pesquisadora, espera encontrar um espaço de compartilhamento. No entanto, o cenário que encontrei foi outro.

Neste parque existe um campo de futebol, uma quadra poliesportiva, um ginásio, uma sala de aula, uma sala de musculação, dois vestiários, uma pracinha para as crianças e uma quadra de bocha. Além destes espaços “comuns”, existem aqueles espaços onde poucas pessoas têm acesso como a sala da coordenação e professores, com seu banheiro próprio, uma cozinha e dois almoxarifados onde são guardados os materiais. Todos esses espaços têm barreiras de acesso como portas e telas, com exceção da pracinha e quadra poliesportiva, e só são liberadas para o público quando estão sendo utilizadas para as aulas. Esta estrutura física e a forma como foi materializada a política pública neste espaço proporciona um lazer vivido

¹⁵ O termo bolsomonions foi utilizado durante a atuação da gestão Federal de 2019 a 2022, para se referir de forma pejorativa aos cidadãos que apoiavam esta gestão de maneira aficionada.

numa lógica de prestação de serviço¹⁶, onde não pareceu haver uma preocupação com a continuidade e com o processo de socialização, ao menos nos horários em que estive presente no parque.

A sala da coordenação, espaço onde a gestão do parque se organiza, está sempre de porta fechada e somente as/os professoras/es e membros da Associação podem ultrapassar essa barreira, demonstrando assim que este é um espaço para poucos. As poucas vezes em que fui convidado a entrar neste espaço me senti invadindo um local ao qual eu não pertencço.

No Ararigbóia a direção fica protegida por uma porta vermelha e uma janela. Para ter acesso a Ana, coordenadora do espaço, é necessário adentrar seu casulo. Já faz um mês que estou aqui e só vi ela duas vezes, sendo que uma delas foi com a Raquel no primeiro dia de visita ao parque onde realizei uma apresentação formal da minha pesquisa e intenções (D.C., 03/05/20220).

Com o passar dos dias, fui percebendo que essas barreiras organizavam esta comunidade em grupos distintos e que cada um deles vivenciou este espaço de uma forma diferente. Havia aquelas mulheres que participavam da gestão do parque junto com a coordenadora da SMELJ, as que se encontravam somente com seus grupos durante as aulas e aquelas que transitavam entre os grupos, como as responsáveis pela Associação de Usuários. Muitas dessas mulheres não se conheciam, mesmo participando das atividades desde a inauguração do parque, contudo todas aquelas de que me aproximei se reconheciam como parte integrante desta rede.

As barreiras impostas pela estrutura e o distanciamento entre as integrantes do parque tornaram meu processo de vinculamento desafiador, uma vez que não me sentia reconhecida pela gestão do parque mesmo após frequentar 10 aulas no local. Em um dos meus relatos de campo lembro do momento em que fui efetivar minha matrícula como aluna do parque, para me aproximar da turma que estava observando, e percebo que Ana demonstra que minha presença não tem relevância neste local.

¹⁶ O termo prestação de serviço foi utilizado pela coordenadora do parque Alim Pedro em diversas situações para se referir a uma oferta de serviço que se estabelece sem vínculo, em termos de responsabilidade de uma cidadania participativa e ativa. Segundo ela, a oferta de serviço realizada pela Secretaria responsável pelo esporte, recreação e lazer deveria visar a prática de lazer como um processo educativo que se estende ao longo da vida através, principalmente, dos vínculos estabelecidos entre a/o usuária/o.

Depois da aula fui até a secretaria para me matricular na aula de Lisbela. Ana está em reunião com os professores, fala sobre uma conta de luz que está atrasada e alguém sugeriu que a associação pagasse. Ela deu risada, por entender que a Associação não teria condições de efetuar o pagamento. Nesse momento ela olhou para mim e perguntou se eu esperava para falar com ela. Lisbela disse que eu queria me matricular como aluna. Ana pediu que eu me retirasse e esperasse fora da sala. Quando retornei para fazer a matrícula, dei meus dados e ela pareceu nem lembrar quem eu era realizando minha matrícula como fosse somente aluna do espaço (D.C., 05/05/2022)

A estratégia de me matricular como aluna foi sugerida pela professora Lisbela. No início da pesquisa ficou acordado que eu passaria a observar as aulas de Lisbela, professora da Unidade Recreativa, colega do Programa de Pós-Graduação da UFRGS e funcionária da SMELJ. A escolha por essa turma se deu pela proximidade com a professora, e por acreditar que esta seria uma oportunidade de adentrar uma dessas portas, uma vez que nesta primeira visita não fui convidada a conhecer o espaço e a coordenadora em nenhum momento saiu da sala onde estava protegida pela janela. A turma da professora Lisbela era composta por 19 mulheres e 1 homem. Este grupo em especial demonstrou pouco interesse em se organizar como um coletivo o que dificultou meu processo de imersão, as possibilidades de acessar diferentes agentes e de perceber as múltiplas formas de mobilização, articulação de interesses e acordos entre essas mulheres.

Essa dificuldade de coletivização entre as alunas da turma de Lisbela, assim como as demais mulheres que participavam das atividades no turno da tarde, está atrelada a forma como elas vivenciam o espaço da Unidade Recreativa. Este, em momento algum demonstrou ser um local de socialização, mas um local de trânsito. As mulheres chegavam no horário da aula, ou atrasadas, sentavam-se em frente a porta da sala esperando sua liberação no início das aulas e ao término das atividades deslocavam-se novamente para suas casas.

O afastamento também foi percebido no percurso da aula. Os locais estavam sempre demarcados por uma lógica de atuação e/ou interesse, sendo que mais próximo da porta estavam as mulheres que de alguma forma mostraram descontentamento com a atuação da professora, deixando a aula sempre antes do seu término, mais ao centro aquelas alunas que encontravam mais dificuldades em realizar as atividades se aproximando mais da atenção da professora e mais distantes da porta as alunas “novas”, grupo do qual eu fazia parte.

As alunas que permaneciam próximas da porta da sala, são remanescentes de uma outra turma que havia nesse horário antes da pandemia do COVID-19 e da professora Lisbela assumir as atividades. Havia uma forte identificação deste grupo com o antigo professor da turma e a troca trouxe desafios para Lisbela que teve que lidar com as frequentes manifestações de descontentamento das mulheres. Entre essas manifestações estavam as conversas durante as aulas, a não execução das atividades, bocejos altos, o abandono da sala antes do término das aulas, entre outras, tornando os embates entre professora e alunas frequentes.

Tú é a prof. E longe de nós querer dizer como deve ser a aula, mas a gente queria um alongamento e depois o exercício (Fala da representante de turma questionando o planejamento da aula de Lisbela, D.C., 05/04/2022).

Na chegada, a Lisbela perguntou para uma das alunas o que ela estava achando das aulas, se estava muito puxado. Ela respondeu que não porque o outro professor (aquele com o qual a turma se identificava) fazia as aulas mais puxadas. Lisbela disse que eles tinham propostas diferentes, que eram aulas diferentes (D.C., 07/04/2022).

Hoje a Clélia pediu para a Lisbela baixar o volume do som porque estava muito alto na opinião dela e ela estava com dificuldade de escutar as instruções da aula. O aparelho estava do meu lado da sala e não percebi o volume tão alto assim, eu estava escutando bem as instruções da Lisbela, a professora baixou o volume, mas não gostou nada da intervenção. Na aula de hoje Clélia saiu antes mesmo do relaxamento (D.C., 30/06/2022).

Como as alunas chegavam na hora marcada da aula e com frequência saíam antes dela terminar, encontrei dificuldades para me aproximar dos grupos “fechados” para eventuais conversas. Também procurei trocar de lugar na sala para me aproximar das alunas mais antigas, contudo sempre que me aproximava elas cessavam as conversas e se afastavam de mim. Minha visível aproximação com a professora pode ser um dos fatores que influenciaram neste distanciamento.

Estive no parque às terças-feiras e quintas-feiras à tarde. A aula começa às 14 horas e termina às 15 horas e 15 minutos. Após essa atividade aguardava o horário da caminhada orientada às 17 horas, ministrada pela Lisbela, sentada nas arquibancadas do ginásio observando as movimentações das mulheres que atuavam na Associação de Usuários e da coordenadora do parque uma vez que já havia entrado em contato com essas mulheres, e algumas delas em especial as que compunham a Associação, haviam demonstrado interesse na minha pesquisa.

Como o período de observação do transitar das mulheres e a participação nas aulas não estavam me proporcionando uma interação/aproximação efetiva, desta forma optei por aceitar a sugestão da professora Lisbela e me matricular,

tornar oficial minha participação no parque, nas aulas como usuária. Esta estratégia visou o acesso às mulheres da Associação e um maior acolhimento do grupo em que estava inserida. A estratégia funcionou. Como aluna me candidatei a representante de turma, cargo que me deu acesso às reuniões com a gestão do parque e Associação e me aproximou de algumas alunas da turma.

Lisbela sugeriu que eu me matriculasse na turma como aluna. Acreditamos neste momento que a contribuição voluntária para a Associação me aproximaria deste grupo. Lisbela concorda e sugere que eu me candidate a regente da turma que estava sem representante porque a anterior havia saído. Quando a Turma chegou, Lisbela avisou as mulheres que eu me candidatava a regente e elas ficaram felizes e agradecidas (D.C., 05/05/2022).

Essa representação, abriu outras portas no parque, porque passei a compor o coletivo que se organizava para a realização de eventos e dos debates sobre as questões relacionadas ao uso e funcionamento do parque. Como regente da turma estive presente em três reuniões: duas delas para a organização da festa Junina, evento tradicional no bairro, e outra para debater questões relacionadas à utilização do parque no período em que o vírus SARS-CoV-2 voltava a fazer parte da nossa rotina.

As reuniões proporcionaram dados importantes para a pesquisa, como o fato de todas as turmas serem representadas por mulheres, com exceção da bocha onde só havia homens atuando, as relações que foram se estabelecendo ao longo dos anos e influenciam nas decisões, as estratégias estabelecidas entre a coordenadora da Unidade Recreativa e Associação para aproximar interesses assim como o distanciamento e descarte de ideias daquelas pessoas que demonstraram resistências a ação da gestão do espaço.

Essas percepções, já foram possíveis na primeira reunião sobre a festa Junina. A coordenadora do parque iniciou seu discurso com a denúncia de que a estrutura da Secretaria relacionada ao esporte, recreação e lazer havia mudado com essa nova gestão. Entre os fatos expostos para essa denúncia estava a terceirização dos serviços e da oferta de materiais que eram utilizados na festa como o palco, brinquedos infantis, mesas e cadeiras. Segundo a coordenadora, após a extinção da SME, esses materiais haviam sido distribuídos entre as Unidades Recreativas, e o setor de eventos da secretaria atual encontrava-se esvaziado, o que impossibilitava a realização da festa como nos anos anteriores. Além disso, não haveria pagamento de horas extras para aquelas/es funcionárias/os

que se disponibilizassem a trabalhar no final de semana, assim as turmas deveriam se organizar para que o trabalho fosse realizado pelas usuárias e se não houvesse uma organização muito forte das turmas ela não via possibilidades em realizar a festa. As alunas debateram entre si apoiaram a decisão da Associação que demonstrou interesse em ficar responsável pela organização do evento naquele momento.

Com o passar dos dias, uma nova reunião foi marcada para tratar do cancelamento da festa, pautada no argumento de que Porto Alegre estava registrando novos focos de disseminação de variantes do vírus SARS-CoV-2. Nesta reunião, a Associação tornou pública a concordância com a decisão da gestão de cancelar a festa e argumentou a favor da desistência para as usuárias. A votação desta decisão foi quase unânime, o único voto contra foi o de Marta, que alegou que a manutenção das aulas e a ausência de uma nova imposição para o uso de máscaras demonstravam que o argumento da disseminação de novas variantes não fazia sentido. Essa reunião me levou a crer que, por trás das portas, pelo menos daquelas que eu pude acessar, acordos foram estabelecidos e havia pontos de resistência.

Neste período, Lisbela me apresentou para uma das mulheres que naquele momento fazia parte da Associação de Usuários e posteriormente desligou-se dela para atuar como Prefeita de Praça¹⁷. Marta frequenta o parque desde a adolescência, contudo só passou a fazer parte do grupo voluntário que colabora com a manutenção do espaço em 2008 quando passou a se envolver no projeto social que atendia as crianças em situação de vulnerabilidade de uma vila próxima ao local. Ela vem acompanhando, como membro da Associação, a ação das políticas públicas no local desde então. A relação entre Marta e Lisbela inicia-se logo após a pandemia quando Marta começa a frequentar as aulas de caminhada orientada, ministradas por Lisbela, e Lisbela passa a contribuir de forma voluntária no projeto social.

Desde o dia em que fomos apresentadas Marta demonstrou interesse e respeito pela pesquisa que vinha realizando, buscando contribuir de forma efetiva com a minha apropriação de dados e aproximação com os debates políticos. Nossa

¹⁷ O Decreto N° 21.073, de 17 de junho de 2021, intitula a/o cidadã/ão que participa de forma voluntária na gestão das áreas públicas de lazer da cidade de Porto Alegre, auxiliando o município nos cuidados com o bem público e buscando parceiros que possam, também, contribuir com a conservação do espaço de Prefeitos de Praça.

aproximação foi imediata e pouco a pouco fui me desvinculando das aulas de Lisbela para seguir os passos desta mulher que ‘faz fazer’¹⁸. As conversas eram destinadas sempre aos temas da pesquisa, as políticas públicas, suas ações e responsabilidades no parque, uma vez que ela já havia sido nomeada como Prefeita da Praça. As críticas e desavenças entre a gestão do parque e Marta eram constantes, e estavam direcionadas a forma como cada uma delas atuava e a disputas políticas como é possível observar no excerto dos meus diários de campo:

Marta aproveitou a caminhada de hoje para criticar o trabalho que a coordenadora do parque vem realizando junto com a SMELJ. Segundo ela, as mudanças no cotidiano da Unidade Recreativa como a ausência de mais estagiários que pudessem auxiliar os professores e as manutenções no local estavam relacionados ao trabalho de Ana que segundo Marta o “voltou ainda mais preguiçosa da pandemia” (D.C.,10/05/2022).

Na reunião Ana comenta com o grupo presente que “hoje a Prefeita da Praça parece ter mais força política que a coordenadora do parque, já que a prefeita tem um acesso facilitado na SMELJ”. Ana reclama que quando ela precisa solicitar alguma manutenção deve ligar para 156, como uma pessoa ‘comum’ sendo atendida sem privilégios, enquanto a Prefeita tem acesso direto ao Whatsapp dos conselheiros que têm dinheiro e poder para resolver os problemas(D. C., 12/05/2022).

Enquanto acompanhava Marta, fui convidada por ela a transitar ao seu lado por diferentes universos. Essa trajetória iniciou com a sua candidatura e eleição como Prefeita de praça. Até aquele momento esse tema estava em debate nas conversas e na rotina do parque, contudo eu ainda não havia me apropriado de seu conteúdo e foi Marte que me indicou os primeiros passos. Assim passei a seguir as principais plataformas midiáticas da prefeitura de Porto Alegre em busca de informações, uma vez que até este momento havia poucos dados científicos sobre a função e as possibilidades de ação das/dos Prefeitas/os de Praças nas políticas públicas da cidade. Essas movimentações acabaram trazendo outros dois agentes para essa pesquisa: a Secretaria Municipal de Parcerias (SMP) e a Laura, prefeita de uma praça distante do Ararigbóia.

Particpei com Marta de reuniões com a Associação de Usuários, para a organização e manutenção da Unidade Recreativa, da reunião para a eleição de um novo tesoureiro para a Associação, de uma reunião sobre as possibilidades para a utilização do campo de futebol. Esta última reunião contou com a participação de

¹⁸ Latour (2012) utiliza essa expressão para se referir a capacidade dos sujeitos humanos e não humanos, produzirem novas ações e efeitos em um contexto social através das conexões, interações e influências que eles exercem na sua rede de relações sociais.

membros da comunidade, em sua maioria mulheres, com os agentes da SMELJ, Secretária e funcionários responsáveis pela organização de campeonatos e projetos que envolvem os campos públicos da cidade e da coordenadora do parque. E do Projeto Verão, proposto por ela e apoiado por diferentes entes governamentais para atender as crianças que participam do projeto social do qual Marta faz parte.

Nestes eventos foi possível perceber as diferentes estratégias utilizadas por Marta para dar continuidade às atividades que ela e o parque exerciam no período em que a SME atuava na cidade. Nas reuniões com o grupo de gestão do Ararigbóia, Associação e coordenação, Marta assumia um papel de resistência. Suas disputas com a Associação e coordenação do parque estavam relacionadas a forma como essas agentes vinham, segundo ela, abandonando os princípios que regiam a atuação da Associação e dos serviços públicos referente ao atendimento das carências sociais. No entanto, quando presenciei sua atuação na reunião referente ao campo de futebol e Projeto Verão, foi possível identificar seu papel como mediadora dessas atividades, uma vez que a realização desses eventos só foi devido às conexões e influências que Marta exercia sobre os membros destas redes.

Com isso fui percebendo que, suas redes se estendiam para além do espaço físico do parque, atingindo outros adotantes de espaços públicos, entes governamentais e membros da comunidade. Contudo os vinculamentos me pareceram por vezes instáveis, passando por períodos de afastamentos e aproximações, estabelecidos mais pelos interesses da comunidade do que pelos seus próprios interesses, uma vez que a população usuária do parque passou a ver o cargo de Marta como uma ferramenta facilitadora para acessar as instâncias governamentais, percepção compartilhada por Marta também.

Sobre a minha atuação nesta rede, do Ararigbóia, entendo que não passei de mera espectadora. A aproximação com Marta impossibilitou meu contato com as outras gestoras da Unidade Recreativa e Associação, visto que durante todo o percurso esse espaço se mostrou como um campo de disputas. Referente a atuação de Marta como Prefeita de Praça, entendo que estive ao seu lado muito mais como um “ombro amigo”, ouvindo suas críticas, denúncias e desafios, do que como uma agente. Desta forma o desligamento do parque, após o período de observação, foi tranquilo e ousado dizer que imperceptível para a maior parte das mulheres que compartilharam as aulas e espaço comigo, com exceção de Marta.

2.2.3 Percepções sobre os campos

Fazer parte da rotina destes dois parques, estabelecendo relações, acompanhando as movimentações e deslocamento das ações, estando atenta às críticas e denúncias das mulheres, assim como aos constrangimentos e à produção de um repertório de ação criativo para (re)organizar esses espaços públicos, onde as políticas públicas de esporte, recreação e lazer se materializam, trouxeram outras inquietações para a pesquisa referentes à forma como as mulheres se relacionam entre si e com as Unidades Recreativas.

No que diz respeito à forma como essas mulheres compreendem esses espaços, considero que alguns apontamentos são importantes neste momento da escrita. O primeiro deles está relacionado a forma como as duas comunidades vivenciam seus tempos e espaços de lazer.

O Parque Alim Pedro é um espaço de convivência comunitária. Neste lugar as mulheres se reúnem para relembrar suas trajetórias de vida, além da construção e organização das principais estruturas do bairro, como o parque, escolas, igreja, delegacia, entre outros. As usuárias compartilham não só as atividades, mas suas vidas e suas histórias se misturam com as histórias do bairro, já que a maioria delas são mães, filhas e netas das/dos primeiras/os proprietárias/os do bairro. Diariamente, usuárias, coordenadora, delegadas do Orçamento Participativo se reúnem para conversar sobre o cotidiano e as demandas da Unidade Recreativa, mesmo nos dias em que não há atividades no parque. Uma convivência que permanece há aproximadamente 30 anos, como relatou uma delas em entrevista. A comunidade cresceu utilizando este local para a fruição do seu lazer, e para elas, este parque é significado como uma extensão de seus lares.

Já no Ararigbóia, encontrei dificuldades para perceber uma relação que se estendesse para além da oferta dos serviços. Durante a maior parte do tempo em que estive no parque, os espaços estavam vazios ou trancados por portas, impondo barreiras que se mostraram desafiadoras para uma convivência entre as usuárias, Associação e coordenação do espaço. Essas barreiras também se demonstram potentes quando pensamos em um distanciamento entre as usuárias e as políticas públicas, dificultando assim o estabelecimento de redes. A estrutura organizacional do parque também se mostrou ineficaz para os processos de socialização, embora na cidade seja considerada uma referência na prestação de serviço. Essa condição

oportuniza o investimento da prefeitura que oferece neste local diferentes oportunidades de fruição do lazer.

A ausência de pessoas nos espaços físicos do parque foi justificada por suas usuárias, em conversas informais, devido à segurança do local. Embora o parque esteja situado em um bairro de classe média alta da cidade, as mulheres relataram que desde sua criação esse é um espaço utilizado para o tráfico de drogas e, em alguns momentos de sua história foi utilizado como ponto de prostituição¹⁹. Atualmente, durante as tardes, o território é ocupado pelas crianças de uma comunidade carente situada próxima ao bairro, o que também pode contribuir para a percepção de insegurança das moradoras do bairro.

Além destes fatores presentes no cotidiano das/os moradoras/es próximos ao parque, em alguns finais de semana, o campo de futebol é utilizado para os jogos do Campeonato Municipal de Várzea organizado pela SMELJ, deslocando assim um grande número de comunidades periféricas para o local. A utilização do espaço pela Prefeitura da cidade para a realização dos jogos, no ano de 2022, assim como a adoção do campo, foi palco de disputas entre comunidade e SMELJ, com debates direcionados à apropriação pública e privada do local. Com exceção de Marta, nenhuma outra mulher com quem conversei durante todo o período de campo associou sua trajetória de vida à história do parque.

Estar presente na rotina desses dois parques e fazer parte do dia a dia dessas mulheres, revelou formas distintas de vivenciar as políticas públicas da cidade em cada um dos locais. Apesar de estão comum, SMELJ, e da afetação das mesmas normativas estabelecidas pela Prefeitura de POA, me parece ao fim da pesquisa, que a trajetória de vida das mulheres que compõem essas redes é um dos fatores que determinam a significação dos espaços por suas usuárias.

Enquanto no Aim Pedro mulheres de todas as idades, crianças e demais membros da comunidade compartilham tarefas, cuidados familiares e atividades de lazer, acompanhadas pela gestora, espaço que proporciona um ambiente familiar pautado pela lógica do cuidado, onde segundo Mol (2008) a relação profissional extrapola os cuidados com o corpo e passa a se atentar necessidades e particularidades das relações e contexto social de cada usuária. No Ararigbóia a relação que as mulheres apresentaram com o parque acompanhou as ações da

¹⁹ Relatos de Marta na entrevista realizada no dia 15/02/2023.

coordenadora do parque. Pautada na lógica da prestação de serviço, foi possível perceber um esforço da gestão do parque para a diversidade e manutenção das atividades, que beneficiam a qualidade da saúde física de suas usuárias, contudo esta lógica apresenta um distanciamento das relações pessoais e da preocupação de estabelecer vínculos.

O outro fator que destaco para que possamos pensar sobre as diferenças nos processos de significação e fruição destes tempos e espaços públicos de lazer, está relacionado às estruturas físicas onde se materializam os serviços públicos de lazer. No Alim Pedro, como já mencionado anteriormente, a estrutura do complexo é pequena e contém poucas salas, o que me leva a pensar que ela não foi planejada para comportar todas/os as/os usuárias/os da Unidade Recreativa, uma vez que quase não comporta nem os poucos funcionários que ali atuam. Essa particularidade do local impõem a gestão do parque a busca de alternativas para o atendimento da comunidade. Atualmente as aulas da turma que observei acontecem na área externa da Unidade, devido ao número elevado de alunas/os matriculados. Para que essas aulas não deixem de acontecer nos dias de chuva, a coordenadora conseguiu junto às mulheres responsáveis pelo salão paroquial, a utilização do mesmo quando necessário. Essa estratégia de acionar agentes e conexões estabelecendo novas redes, é utilizada pela gestora em parceria com suas/seus colaboradoras/es por anos. Existe aqui um trabalho de manutenção dos vinculamentos, hoje estabelecidos com a igreja, mas que em tempos anteriores se estendeu para a Associação de Moradores e biblioteca pública para a utilização de seus espaços.

Diferente desta estrutura, o complexo do parque Ararigbóia é grande e imponente. Ele possui salas bem equipadas, quadra coberta e espaço amplo para atender um grande número de pessoas simultaneamente. Essa condição só foi possível com a ação da Associação de moradores e gestão do parque que durante anos vem realizando um movimento colaborativo com a Prefeitura da cidade para a aquisição de bens e funcionários, via Orçamento Participativo. Eventualmente a comunidade parece ter participado desses movimentos, conforme relatos, porém atualmente essa rede tem se mostrado restrita aos membros da Associação, gestão e Prefeitura, dificultando assim as usuárias da possibilidades de de uma ação participativa. Além disso, a forma como a comunidade participa das atividades e acordos relacionados às demandas e manutenção de seus complexos é um fator

importante para que possamos pensar em um estabelecimento de vínculos ou um desvinculamentos entre as mulheres nos parques que frequentam.

Ao me aproximar dos ensinamentos de Velho (2001), percebo que as Unidades Recreativas como espaços capazes de potencializar a ação dos atores sociais, facilitando a circulação das mediadoras, aproximando relações e idéias, provocando diálogos entre os órgãos oficiais e grupos comunitários. São nesses espaços que a ação governamental acontece e é posta à prova, por meio das ações governamentais e comunitárias, e por essa razão são espaços de disputas onde o lazer passa a estar constantemente em crise.

Mas este não é o único elemento atuante na estruturação das redes. A Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, a presença ou ausência de uma Associação, a participação no Orçamento Participativo e a política Prefeitas/os de Praça, como gestora deste espaço também influenciaram nos fluxos dessas redes durante a pesquisa. Acompanhar esse fluxo durante o campo foi desafiador. Quando iniciei minha pesquisa de campo, percebi que havia um número infinito de redes sendo promulgadas nestes espaços em relação às políticas públicas de esporte, recreação e lazer, e que certamente não seria possível acessar todas elas, o que tornou necessário a delimitação de um grupo como ponto de partida.

2.3 O INÍCIO DAS RELAÇÕES: REDES EM CONSTRUÇÃO

Desta forma, busquei em um primeiro momento, acessar as mulheres idosas que haviam participado do movimento em prol da SME no ano de 2017. Essa escolha se deu por entender que elas possuíam uma forte articulação política nos espaços em que estavam situadas. Contudo, fui percebendo que, assim sinalizado pelas duas coordenadoras dos parques, essas mulheres haviam se distanciado das Unidades Recreativas e as remanescentes haviam estabelecido outras relações e interesses, uma vez que os processos transitórios das políticas apresentavam outras controvérsias em campo.

A forma como transitei pelo campo e as relações já estabelecidas anteriormente oportunizaram uma aproximação inicial no parque Ararigbóia com a professora Lisbela, que posteriormente me apresentou a Marta a Prefeita de Praça. Já Alim Pedro, a recepção da coordenadora do parque, Sandra, e seu interesse na pesquisa foi o que possibilitou a aproximação com as usuárias do parque e do grupo

de colaboradoras/es do espaço, onde estavam inseridas as delegadas do Orçamento Participativo, Camila e Márcia.

Essa aproximação não ocorreu de forma fluida como eu esperava no início do trabalho. Para merecer a confiança dessas mulheres, precisei adotar diferentes estratégias, como a exposição da minha posição política, vinculada à plataforma de esquerda, os estudos realizados pelo GESEF/UFRGS e minha trajetória acadêmica. Além disso, no Alim Pedro, foi necessário comprovar a minha aproximação com os costumes do bairro, como moradora e usuária deste espaço. No Ararigbóia, contei com o apoio da Professora Lisbela que me orientou no campo, propondo novas estratégias e facilitou o meu transitar. A atenção que dediquei à trajetória de vida dessas mulheres, assim como às suas disputas e críticas, também foi fundamental para que essa relação de confiança se estabelecesse. Contudo, é importante ressaltar que ao longo do trabalho de campo fui percebendo que as minhas escolhas também impossibilitaram o acesso a outras mulheres e a outras formas de vivenciar e agir em relação às políticas públicas de esporte e lazer da cidade.

Apesar disso, esse investimento mostrou-se significativo em campo, uma vez que aquelas mulheres que passei a seguir se mostravam solidárias com a temática da dissertação e buscavam contribuir de alguma forma, fornecendo atas de reuniões, acesso a documentos eletrônicos, organizando materiais como panfletos, cards e documentos relacionados à ação da SME e da atual SMELJ, além de indicações de leituras. Neste percurso também fui convidada a participar de reuniões e apresentada a membros da SMELJ. Essa colaboração permaneceu até a etapa final da dissertação. Contudo, no momento em que estavam previstas as entrevistas, percebi o afastamento de algumas mulheres.

Esses afastamentos ocorreram por diferentes razões. Uma das mulheres se distanciou por entender que as minhas relações poderiam causar conflitos de interesses e dar protagonismo à nova estrutura política da cidade, fato esse que se mostrava distante dos interesses de algumas mulheres. Em uma ocasião, ela expressou esse desconforto dizendo que estava preocupada com o que eu iria publicar e como eu contaria esta história, sugerindo que o trabalho deveria ter como foco os serviços públicos da cidade, ao invés da atuação de outras mulheres. As duas delegadas do O.P. ligadas ao Alim Pedro enfrentaram graves problemas de saúde, e seus longos tratamentos acabaram nos afastando. Já no Ararigbóia, o afastamento ocorreu durante o percurso, assim que me aproximei de Marta. Nesse

campo as disputas por territórios são mais intensas e ao assumir um dos lados, ficou perceptível o distanciamento da coordenadora e Associação do parque.

Assim, ao final da pesquisa pude contar com a contribuição de apenas 4 mulheres para a realização de entrevistas. Três dessas mulheres estiveram ao meu lado durante todo o processo da pesquisa, contribuindo com ideias, críticas e denúncias, e atuando como mediadoras nos processos que envolviam a ação participativa. São elas: a professora concursada da SMELJ, Lisbela; a mulher que atuou na Associação de Usuárias/os do parque Ararigbóia e hoje está como Prefeita de Praça do mesmo parque, Marta; e a delegada do Orçamento Participativo que representa o parque Alim Pedro, Camila.

O rastreamento das plataformas digitais da Secretaria Municipal de Parceria, local onde estão situados os dados sobre a política dos Prefeitas de Praça, sugerido por Marta, assim como as publicações realizadas pela mídia local, me levaram a rastrear as ações de uma quarta mulher que estava distante fisicamente do meu campo de pesquisa, mas aproximava-se da principal controvérsia do campo, a adoção de espaços públicos de lazer. O acompanhamento de suas ações, críticas e redes se deu de forma virtual durante o período da pesquisa, pois não havia a possibilidade de acompanhar de perto mais uma praça. Contudo, quando entrei em contato com ela para solicitar um encontro, Laura demonstrou satisfação em poder participar da pesquisa e grata pelo reconhecimento do trabalho que vem realizando na praça Walter Schultz.

As entrevistas foram realizadas em locais previamente combinados e selecionados por elas, onde se sentiam seguras e confortáveis para discorrer sobre sua atuação. Os constrangimentos e os desconfortos impostos pela (des)(re)organização dos espaços públicos imposta pela atuação da SMELJ e da Secretaria Municipal de Parcerias, além das disputas internas, mostraram-se significativos para as mulheres do Ararigbóia que optam por realizar a entrevista distante do parque. Diferente delas, as relações e vínculos estabelecidos no Parque Alim Pedro e na Praça Walter Schultz demonstram que, embora existam críticas e denúncias, esses são espaços seguros para as suas representantes, que escolhem suas praças de origem para a conversa.

O tempo de entrevista variou entre 1 e 3 horas, conforme a disponibilidade das entrevistadas. No projeto inicial, havia elaborado um esboço dos temas que

mais interessavam à pesquisa para a realização das entrevistas²⁰. No entanto, no decorrer das entrevistas, esse esboço serviu muito mais como um lembrete dos tópicos do que como um roteiro, já que os relatos se deram de forma discursiva, e a entrevista tinha como objetivo valorizar o que elas entendiam como importante em suas trajetórias, processos de críticas e as justificações e sustentações de seus argumentos. Desta maneira, os temas tratados durante as entrevistas priorizaram os interesses e denúncias das agentes entrevistadas, e não da pesquisadora da pesquisadora.

A etapa final deste processo etnográfico se deu com a descrição dos dados empíricos construídos no campo durante a pesquisa, enfatizando as situações conflituosas e a maneira como as mulheres comunicam suas ações e percebem essa experiência. Desta forma, os capítulos que seguem contêm dados sobre a história das políticas públicas de esporte, recreação e lazer de Porto Alegre, a trajetória da ação participativa e suas possibilidades, assim como as controvérsias apontadas pelas mulheres neste cenário. Como já anunciado anteriormente, procurei realizar essa análise me aproximando da sociologia pragmática, levando em consideração o que, no momento da pesquisa, foi pertinente para essas mulheres.

Para acompanhar a movimentação das relações e ações das mulheres dos dois parques e das políticas públicas, foi necessário a produção de três diários de campo diferentes. Estes diários, até um certo momento da pesquisa, foram analisados separadamente para que fosse possível acompanhar o trânsito dessas mulheres e de suas ações. Essa análise individual resultou na produção de quatro artigos que compõem essa dissertação e que, posteriormente, serão publicados em periódicos científicos.

Segundo Nassi-Calò (2016), a escolha por esse tipo de produção alternativa tem oferecido vantagens para a disseminação do conhecimento científico, uma vez que os artigos publicados em periódicos científicos passam por uma rigorosa avaliação, têm uma maior visibilidade e são citados com mais frequência. Ainda segundo a autora, o Brasil está entre os países que têm optado pela realização desta produção alternativa, onde os artigos podem ser publicados no decorrer da

²⁰ Ver Apêndice 03.

pesquisa, e ao término do curso, passam a compor a dissertação junto com a introdução, conclusão e revisão da literatura.

O Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no qual estou inserida como aluna, tem como exigência comprovação da produção intelectual para o encaminhamento da dissertação à defesa de mestrado e compreende que os periódicos acadêmicos são os principais meios de divulgação da produção científica. Essa obrigatoriedade de produção foi o que motivou a escrita alternativa desta dissertação.

No entanto, essa opção apresenta desafios frente à escrita antropológica, uma vez que esta se dá de forma descritiva. Por essa razão, optamos, minha orientadora e eu, por organizar a dissertação da seguinte forma: introdução, percurso metodológico e o capítulo 3, no qual há a intenção de demonstrar elementos históricos das políticas públicas de esporte, recreação e lazer da cidade apontados, pelas mulheres como fatos importantes para suas ações e trajetórias. Estes capítulos demonstram minha trajetória em campo, as relações, percepções e as questões comuns para os dois parques, como a trajetória dessas mulheres nas redes das políticas públicas de esporte, recreação e lazer.

A partir do capítulo 4, denominado de 'Processos de justificação, disputas, denúncias e acordos: a política em ação e suas controvérsias', os subcapítulos estão em formato de artigo, para futuras submissões em periódicos acadêmicos, e cada um deles aborda as disputas e controvérsias acionadas pelas mulheres em seus campos de atuação. Destaco também a presença de algumas repetições de informações no texto, uma vez que são essenciais para a argumentação dos artigos, visto que serão publicados de forma independente.

Desta maneira, dou continuidade à escrita que compreendo ser importante para contextualizar todos os debates elencados a seguir. A escolha de iniciar a análise apresentando os elementos históricos que contribuíram para o fortalecimento das ações participativas das comunidades e Associações de Porto Alegre se dá pela forma como esses elementos foram sendo acionados pelas mulheres durante a pesquisa, uma vez que a rede das políticas públicas de esporte, recreação e lazer que está sendo promulgada também é constituída por acontecimentos passados.

3. (RE)CONSTRUINDO O CAMPO DA AÇÃO: HISTÓRIA, TRAJETÓRIA E ASSOCIAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE, RECREAÇÃO E LAZER DE PORTO ALEGRE

Fundada em 26 de março de 1772, com um território de 495,390 km² e uma população estimada de 1.488.252 pessoas (IBGE - 2021)²¹, a capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, conta com um total de 680 praças e 9 parques²². No cenário nacional, a cidade tem se destacado como uma pioneira na oferta de serviços públicos de esporte, recreação e lazer da América Latina. A justificativa de uma cidade desenvolvida a partir dos espaços públicos de lazer e dos benefícios a eles atrelados, como saúde, educação, segurança, entre outros, além da estratégia de fortalecer a participação popular através das ações e relações estabelecidas entre agentes governamentais e comunidades, a partir da oferta e formulação de espaços e serviços públicos de lazer, favoreceram a apropriação desses espaços pela população.

Desde que a cidade passou a oferecer e planejar serviços públicos de esporte, recreação e lazer, passou por processos de construção, estruturação e negociação. Esses processos estão ligados a interesses, governamentais e populacionais e às necessidades que foram surgindo ao longo dos anos, como a modernização da cidade, as mudanças na estrutura populacional e as transições governamentais, e são pautados por diferentes vieses como higienistas, utilitaristas, assistencialistas, educacionais, entre outros.

As capacidades de agenciamento das/dos agentes governamentais vinculadas/os a esta rede vêm estabelecendo estratégias para oferta destes serviços públicos, associando distintas coligações e secretarias, como a Diretoria Geral de Obras e Viação, a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte. Assim, os interesses e acordos traçados entre os grupos e agentes, governamentais e não governamentais, humanos e não humanos, demonstram a plasticidade na materialização desta política e, conseqüentemente, produzem efeitos na ação participativa da população.

²¹Informações site IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>. Acesso em: 24/05/2021.

²²Informações retiradas do site da Prefeitura de Porto Alegre “Conheça Porto Alegre, Prefeitura de Porto Alegre”, <https://prefeitura.poa.br/gp/projetos/conheca-porto-alegre>. Acesso em: 21/05/2021.

Em 1926, o movimento de modernização da cidade, com o alargamento das vias públicas e ampliação dos espaços urbanos, como praças e parques que deveriam proporcionar às crianças, jovens e adultos vivências de sociabilidade, lazer, entretenimento e recreação, surge o primeiro Jardim de Recreio, na praça Alto do Bronze, idealizada por Frederico Guilherme Gaelzer (Feix, 2003; Tondin, 2018; Forell, 2014). Esse ato pioneiro, que antecede à própria Constituição Federal de 1988, onde o lazer passa a ser considerado um direito social²³, segundo Feix (2003), visava o desenvolvimento da cidade a partir dos espaços públicos de lazer e dos benefícios atrelados a eles, como saúde, educação e segurança. Como destaca Feix (2003), esse foi um marco importante para a institucionalização do serviço público de esporte, recreação e lazer, uma vez que o mesmo passa a ser planejado a partir da ação governamental, garantindo a democratização da recreação pública.

Nesse período, a proposta da Prefeitura da cidade já envolvia a ação participativa das comunidades para a manutenção dos espaços e práticas, por meio de parcerias com o setor privado. Essa relação entre os agentes governamentais, população e setor privado encontra-se desde então em constante movimentação, uma vez que, segundo Forell e Stigger (2016), a garantia deste serviço estava atrelada ao engajamento da população, que agia de forma voluntária e articulada em 'Conselhos de Praças' para dialogar com o poder público e o setor privado. Essa articulação associativista é quem garantia os recursos para a manutenção além de atuar como intermediária nas relações entre governo e população.

Nos anos seguintes, o movimento de institucionalização do serviço público de esporte, recreação e lazer segue a seguinte trajetória, conforme descrito por Feix (2003) e Tondin, (2018): em 1942, foi criado o Departamento Municipal de Educação Física, subordinado ao gabinete do Prefeito, visando qualificar os espaços públicos de lazer da cidade e os profissionais que atuavam nestes espaços; em 1950, criou-se o Serviço de Recreação Pública (SRP), formalizando a responsabilidade do Governo Municipal; em 1957, o SRP passou a integrar a estrutura da Secretaria Municipal de Educação e Assistência (SMEA), que em 1963 passou a se chamar Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), e o SRP tornou-se um órgão desta nova secretaria; em 1977, o SRP se transformou em Divisão de Esportes e

²³A partir da Constituição Federal de 1988 o Estado passa a ser responsável pela formulação e implementação de ações que garantam o acesso de toda população às práticas esportivas e de lazer a partir da redução das desigualdades. Ver artigos 6º e 217 da Constituição Federal.

Recreação Pública (DERP), e durante o período de 1987 até 1993, esteve sob a responsabilidade da Supervisão de Esporte e Recreação Pública (SERP), órgão vinculado à secretaria Municipal de Educação (SMED). Foi somente em 1993, que os serviços de esporte, recreação e lazer passaram a ter a sua própria secretaria, a Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer (SME). A normatização dos serviços prestados e as leis a ele atrelado passam a dizer à população as possibilidades de apropriação e atuação nestes espaços, assim como os limites desta ação, agindo desta maneira no cotidiano das/dos usuárias/os.

Esse processo de institucionalização foi acionado pelas mulheres em diferentes ocasiões no campo, como forma de expressar o entendimento de que esse serviço só se fez/faz possível através das relações e vínculos estabelecidos entre as/os agentes. Segundo elas, essas transições e articulações vão produzindo aprendizagens relativas à compreensão dos constrangimentos impostos no campo, as possibilidades de atuação, a construção de críticas, julgamentos e argumentos, que passam a compor a ação participativa da população, assim como a instituição de uma identidade coletiva.

Um exemplo desta ação participativa e identidade coletiva está relatada no trabalho de Molina (2007). Ao analisar a forma como uma comunidade periférica de Porto Alegre se apropria de um espaço público destinado à operacionalizar políticas públicas de esporte, recreação e lazer, nos anos 70 e 80, transformando o mesmo em um instrumento de discussão e desenvolvimento social amplo, a autora destaca que a ação participativa comunitária no campo do lazer passa a ser compreendida pela população como uma oportunidade de participação na gestão da política e luta por direitos.

Segundo Molina (2007), ao criar o Projeto Centro de Comunidade, justificada pelo desenvolvimento comunitário através de estratégias de participação popular, o governo proporcionou à população periférica a oportunidade de debater e solucionar outros problemas sociais além do lazer, como saúde, educação, saneamento e segurança. Essa movimentação no lazer trouxe aprendizagens significativas para a população usuária do espaço e para representantes de grupos religiosos, clube de mães, associação de moradores, que viram no espaço uma oportunidade de reivindicação, proporcionando impactos na vida pessoal, social e na organização dessa comunidade.

Os trabalhos apresentados até este momento demonstram que a aproximação entre comunidade e governo passa a ser possível a partir da existência de espaços públicos que aproximam grupos com interesses comuns e contraditórios. A convivência e o processo de socialização oportunizados por esses locais e agentes atuantes têm se mostrado significativos no processo de compreensão das necessidades próprias e do outro, na aproximação de interesses, na consciência de uma potência coletiva, no estabelecimento de acordos e na produção cognitiva de um repertório de ação. É essa capacidade de produzir uma identidade coletiva que me leva a crer que esses espaços de lazer fazem parte da rede de esporte, recreação e lazer como mais um elo.

3.1 O FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES

Entre os anos de 1989 até 2004, a relação entre a população da cidade e suas praças e parques passa a ganhar outro significado. Com a intenção de desvincular o lazer de uma ação assistencialista, como a oferecida pelos Centros de Comunidade (Molina, 2007), o governo da Frente Popular (1989 até 2004)²⁴ passa a fomentar, através de mecanismos de participação popular como fóruns, reuniões e o Orçamento Participativo (OP)²⁵, debates sobre a importância do lazer como um direito social. Além disso, entre os objetivos deste governo, estava a descentralização da oferta dos serviços, buscando garantir espaços e atividades para as comunidades mais distantes do centro da cidade.

Para dar conta dessas demandas, em 1993, o governo da Frente Popular (FP) criou a Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer (SME), com o objetivo de colocar na agenda governamental as reivindicações da população visando a qualificação da oferta de espaços e serviços de lazer. Conforme Santos

²⁴ Coligação de partidos de esquerda que governaram a cidade. Essa coligação era formada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Verde (PV) e Partido Socialista Brasileiro (PSB). A proposta de governo visava uma administração pautada pela participação popular e o atendimento das camadas menos privilegiadas da cidade.

²⁵ Implementado em agosto de 1989, instrumento do governo da FP para a definição de investimento e tomadas de decisões por parte da população da cidade. Segundo Santos (2003, p. 43) Ele discutia a peça orçamentária em uma esfera pública não estatal, modificando a forma de relação entre estado e sociedade civil, considerando a população como um ator integrante da administração pública, visando a melhoria das condições básicas através das políticas sociais e setoriais.

(2003), essa institucionalização dos serviços públicos de esporte, recreação e lazer de Porto Alegre se dá em resposta a um movimento nacional, na década de 1980, do processo de democratização do esporte e responsabilização do Estado. Importa dizer aqui que, em um país onde ainda convivemos com diversas desigualdades sociais, especialmente na área do lazer, a instituição de uma secretaria e de políticas públicas de esporte, recreação e lazer oferece a possibilidade de equidade na oferta dos serviços, atendendo aos interesses de toda a população, em especial aqueles que pouco acessam esse serviço, como as periferias. Esse ato é especialmente importante para as periferias, e para grupos vulnerabilizados, como mulheres, negros, comunidades LGBTQIA+, entre outros.

Assim, segundo Tondin (2018), o governo da Frente Popular procurou incluir um grupo de atores heterogêneos, população, universidades, clubes esportivos e sociais, nos debates sobre a importância e a necessidade da criação de uma secretaria, e na formulação de “eixos e diretrizes” alinhados às necessidades da população. Essa estratégia, segundo o autor (Tondin, 2018), possibilitou o planejamento de políticas públicas de esporte, recreação pautadas na inclusão de diversos segmentos da sociedade, promovendo o acesso ao esporte e ao lazer de maneira ampla e democrática.

Desta forma, houve um importante processo de descentralização da oferta dos serviços públicos de lazer, expandindo o atendimento das Unidades Recreativas (UR's)²⁶, que passaram de 17 para 35, para as áreas onde anteriormente esse serviço público não chegava, como as regiões periféricas da cidade. As ampliações dos canais de comunicação entre gestores e comunidades, estabelecidos nas UR's fortaleceram associações comunitárias e associações de usuários e proporcionaram espaços/tempos de lazer qualificados e direcionados às necessidades e interesses da população atendida (Forell; Stigger, 2016; Stigger *et al.*, 2019). Segundo Rodrigues e Marcellino (2011), neste período “os gestores comunitários, ao invés de técnicos, passam a ser compreendidos também como intelectuais capazes de ação

²⁶ As Unidades Recreativas são centros de atendimento, geridos atualmente pela Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude, que ofertam atividades de esporte e lazer, orientadas por profissionais da área da Educação Física, de forma gratuita para a população porto-alegrense. Durante o período da SME, onde a proposta era a descentralização deste serviço, chegou-se ao número de 35 UR's atendendo diversas regiões da cidade. Para mais informações sobre as UR's ver <https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos/atividades-fisicas-esportivas-recreativas-e-de-lazer>. Acesso em: 05/10/2023.

e de transformação pelo seu envolvimento nas decisões políticas junto com os demais gestores do município” (p. 31).

Este novo cenário, proposto a partir da atuação de uma secretaria, que pautava a democratização do serviço público, fundamentado no fortalecimento de associações e da participação comunitária, assim como das/dos agentes que atuavam em campo, foi acionado pelas mulheres que passei a seguir nesta pesquisa como um fator importante para a produção de seus repertórios de ação, assim como para a elaboração de críticas frente a atuação da SMELJ. Segundo elas, para além da oferta, havia uma preocupação com os processos de formação que qualificavam o trabalho docente através de uma equipe pedagógica que desenvolvia leituras e debates, conforme relatado pela professora Lisbela:

Quando eu entrei a gente tinha muita coisa, né, ainda tinha reuniões pedagógicas que isso foi instituído lá quando era supervisão ainda, das pessoas terem que estudar, das pessoas terem que ler, né. Então, a mãe [servidora da SMED], o Stigger e a Heloísa que faziam parte ali da equipe pedagógica, pautaram muito isso, que tivesse um espaço de formação, que tivesse reunião pedagógica toda semana, assim como tinha na SMED, que a SME também tinha e que esse espaço formativo, que se discutisse textos. Então, durante muito tempo a secretaria teve isso, quando eu entrei na secretaria, a gente tinha um seminário sempre, traziam pessoas de fora para a gente ouvir, para discutir. Eu me lembro que uma vez, eu acho que até, eu não sei se foi na secretaria, que eu ouvi o Roberto Damatta ao vivo pela primeira vez. Mas várias sabe. De se estudar lazer, de estudar Marcelino. Enfim, de ser um espaço não só de uma prática, mas também de uma reflexão sobre essa prática. Logo que eu entrei ainda existia isso, quando secretaria, a gente virou referência nacional, até mundial, porque a secretaria fazia várias coisas pensando na população de periferia, pensando numa descentralização. Isso já vinha desde lá da SERP, de pensar a descentralização desses espaços de lazer, de trabalhar a autonomia das comunidades, a gente no Brincalhão [ação da SME] tinha os agentes comunitários, a gente fazia a visita nos locais primeiro para ver como é que fazia as articulações, tudo isso tinha assim (Entrevista prof^o Lisbela, 31/01/2023).

A fala de Lisbela aponta para um serviço de referência prestado pela secretaria, não apenas para as comunidades, mas também para os profissionais que atuavam nas Unidades Recreativas e Projetos Sociais. Para Stigger *et al.* (2019), dois pontos merecem ser destacados nesta história: o primeiro deles é a oferta desse serviço à comunidade desde antes da Constituição de 1988, garantindo o lazer como um direito constitucional, a partir dos Jardins de Recreio; e o segundo ponto diz respeito ao movimento criado pelo governo da Frente Popular,

incentivando a participação da população na condução dos serviços destinados ao esporte e lazer.

Contudo, é importante destacar que durante o período de atuação da SME, foi necessário investir em ajustes, acordos, alinhamento de interesses e no processos de aprendizagem da população, uma vez que, conforme Amaral (2005), apesar da movimentação governamental, a população não considerava o esporte e o lazer como prioridade na destinação de recursos do O.P.. Esses acordos também ocorreram entre os agentes governamentais que atuavam no campo do esporte e lazer. Conforme Myskiw *et al.* (2021) o acordo para a criação de uma nova secretaria tinha como objetivo a ampliação da oferta de serviços, sem que o orçamento já existente fosse alterado. Desta forma, Stigger *et al.* (2019) relatam que, mesmo durante o governo da Frente Popular, importantes processos de desinvestimentos realizados pelos atores governamentais já demonstravam turbulências na oferta e manutenção destas políticas públicas. Esses desinvestimentos e turbulências persistem durante toda a trajetória das políticas públicas de esporte, recreação e lazer, demonstrando que este campo de disputas está constantemente em crise.

Todos esses fatores tornaram o processo longo e conturbado. Segundo Santos (2003), a garantia de políticas públicas que priorizasse a população menos favorecida, ampliando o acesso às atividades de esporte e lazer, necessitou de importantes articulações com departamentos governamentais e associações de moradores e comunidades, para democratização do acesso e do poder de decisão da população referente ao esporte e lazer.

A política social desenvolvida pela SME, preocupada com a descentralização do atendimento, com o planejamento de atividades, projetos e estruturas qualificadas que atendessem especialmente a população vulnerabilizada, e o fortalecimento da participação popular através de estratégias que buscaram aproximar a comunidade da gestão governamental, foi acionada pelas mulheres como um importante processo de formação para suas trajetórias nos espaços públicos de lazer. Com a extinção da SME, as ações das Prefeituras que seguiram governando a cidade têm demonstrado o distanciamento dos interesses sociais, e a oferta de serviços, antes planejada com a participação popular, passa a ser centralizada nos interesses do setor privado.

3.2 DA POLÍTICA SOCIAL À GERENCIALISTA: UMA NOVA FORMA DE COMPREENDER OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER DA CIDADE DE PORTO ALEGRE

Até o ano de 2004, as políticas públicas de esporte, recreação e lazer da cidade se materializaram através de acordos baseados nas necessidades e interesses dos agentes governamentais e não governamentais. Prestes a completar um século de serviços públicos planejados com e para a população portoalegrense, este ciclo de debates é interrompido no ano de 2017 com a ascensão de um governo que possuía um projeto de centralização administrativa e redução de custos. Desta forma, entre as primeiras ações governamentais, estava a redução do número de secretarias, incluindo a SME. Isso resultou na retirada do esporte, recreação e lazer do status de Secretaria, direcionando suas atividades para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte (SMDSE).

Conforme Santos (2003) destaca, assim como o processo de democratização brasileira influenciou as políticas adotadas pelo governo da Frente Popular, o surgimento de um movimento nacional neoliberalista trouxe mudanças significativas para o cenário das políticas públicas em Porto Alegre.

Com o surgimento do pensamento neoliberal, no final do século XX, as transformações políticas e econômicas ocorridas com o processo de globalização, implicaram na redução das responsabilidades do Estado e ampliação de espaço para o mercado livre. Em razão dos avanços tecnológicos, o tempo livre e o lazer não são mais utilizados para o descanso, mas transformados em tempo produtivo para o lazer de consumo. Esta mudança cultural retira do Estado responsabilidades pela formulação de políticas públicas, transferindo as para o capital privado (Santos, 2003, p. 56).

Assim, segundo o autor, nesse período há um processo nacional de diminuição da máquina pública, justificada pela incapacidade econômica do Estado de manter todos os serviços públicos que estavam em andamento, especialmente as políticas sociais. Esse movimento acaba repassando para a população a responsabilidade de buscar alternativas capazes de manter e garantir seus direitos, um trabalho voluntário em busca de parcerias.

Pautada nesse viés político neoliberalista, a secretaria responsável por garantir direito ao esporte e lazer passa a ser então o primeiro alvo da equipe que assume a gestão da prefeitura de Porto Alegre. Durante as observações

participantes, uma das justificativas acionadas pelas mulheres foi de que esse ataque a SME ocorreu devido a representatividade atrelada às gestões da Frente Popular e ao modelo político idealizado pelos partidos de esquerda que anteriormente governaram a cidade.

Assim, em 1º de janeiro de 2017, Nelson Marchezan Junior (PSDB), ao assumir a prefeitura da cidade, envia para o congresso um projeto de lei com o propósito de extinguir a SME. O anúncio da possível extinção da secretaria coloca à *prova* a continuidade dos serviços públicos de lazer e abre uma série de debates na cidade de Porto Alegre sobre a importância da atuação da secretaria na garantia do direito ao esporte e lazer. Durante este processo uma denúncia de injustiça coletiva, ou de ordem geral, pautada na possível perda de direitos com a ausência da SME, é instaurada por um grupo de atores heterogêneos denominado #SOMOSTODOSETODASSME. Segundo Boltanski (2000) a denúncia pública de uma injustiça, não precisa apelar necessariamente para uma reparação, mas ela designa um culpado, um responsável, que pode ser um sistema ou um grupo dependendo da situação ou coletivo que a desencadeia. No entanto, para que esta denúncia seja percebida como coletiva o denunciante deve possuir a capacidade de associar e mobilizar diferentes pessoas ao seu protesto, garantindo que essas pessoas compreendam que ela/ele não está somente dizendo a verdade, mas que esta verdade merece ser dita.

Conforme Silveira *et al.* (2022), a extinção produziu um momento de indeterminação ao estabelecer um alerta para a possível perda de direitos. Este fato produziu engajamentos e mobilizações que tomaram visíveis as críticas, argumentação e os recursos utilizados por agentes atuantes para atingir o interesse público. O movimento #SOMOSTODOSETODASSME, agrupou um grande número de agentes, representantes das comunidades, professoras/es e funcionárias/os da SME, professoras/es e alunas/os universitárias/os, políticos e entidades esportivas. Segundo Myskiw *et al.* (2023), as aprendizagens oriundas dos processos de crítica e julgamentos, assim como a construção de repertórios de ação e de uma identidade coletiva, foram produzidos durante o processo de debate sobre a proposta governamental, a partir das relações, situações que ocorriam no cotidiano da disputa. No entanto, conforme observado pelas/os as/os autoras/es, essas aprendizagens e a produção de uma rede de associações entre as/os agentes, não foi capaz de garantir a manutenção da secretaria, mas produziu um movimento.

Para compreender a importância desse movimento em favor do esporte e lazer, é necessário lembrar que a trajetória da recreação pública da cidade de POA foi construída e performada pelas ações e relações estabelecidas entre diferentes agentes e de seus interesses. Essa articulação, tem demonstrado que, embora haja uma fragilidade na continuidade de suas ações, uma vez que a mesma ainda permanece atrelada aos interesses governamentais, as políticas públicas de esporte, recreação e lazer têm mostrado seu potencial na mobilização de outras/os agentes em prol de interesses coletivos, como no movimento #SOMOSTODOSETODASSME. Entre as/os agentes mobilizados, segundo Tondin (2018), encontram-se as/os gestoras/es e as/os educadoras/es da SME.

As ações que sobrevivem a esse desmonte estão alicerçadas na atuação dos professores e no seu processo de formação dos profissionais que atuam no campo do lazer, e na "articulação comunitária", com a promoção de ações 'com' e não somente 'para' a comunidade. Essa postura política/pedagógica dos antigos gestores e dos educadores da SME construiu uma base que possibilitou/impediu que muitas das ações não fossem totalmente extintas (Tondin, 2018, p. 115).

Em sua pesquisa, Silveira (2020) relata que a manutenção dessas ações resultou em momentos de conflito entre os agentes governamentais e o grupo das/dos professoras/es e servidoras/es que já atuavam na SME. O primeiro ano de extinção, segundo o autor, foi um ano de incertezas. Enquanto as/os servidoras/es seguiam com suas atividades, rotinas e acordos nas comunidades, as/os agentes governamentais estavam empenhadas/os em otimizar o volume de atendimentos através de eventos e atividades pontuais, reduzindo assim os custos com materiais, professoras/es e locações. Esse desalinhamento de interesses trouxe para o campo momentos de disputas. As negociações e as imposições instituídas pelo grupo do governo, segundo Silveira (2020), foram respondidas com resistência por parte das/dos servidoras/es, que ao final da disputa, adotam a estratégia retomar as atividades, evitando assim perder todo o trabalho já desenvolvido com as comunidades, na esperança de que um novo governo viria e novas relações seriam estabelecidas entre eles.

Após a extinção da SME, o atendimento à população passou por um período conturbado. As mudanças orçamentárias e estruturais dos serviços anteriormente ofertados levaram à redução de projetos, ao fechamento de UR's, à desmobilização de centros comunitários e à realocação de professoras/es, anteriormente cedidos

pela Secretaria Municipal de Educação (SMED), que possuíam um forte vínculo com as comunidades. Para Camila, usuária e representante da Unidade Recreativa do Alim Pedro no O.P.. Essas ações causaram momentos de instabilidades e incertezas relativos à manutenção das atividades e dinâmica social.

Abalou bastante a estrutura né, porque era um ritmo que já estava acostumada com aquela rotina, com aquela dinâmica. E aí de repente tira o tapete e agora vai ser assim, aí as pessoas se desestruturam, é difícil isso também né (entrevista Camila, 22/10/2023)

Essas modificações nas ações exercidas pela prefeitura foram identificadas pelas mulheres como estratégias para o enfraquecimento do serviço público e das ações comunitárias, além do engrandecimento da atuação do setor privado visto que este agente passa a atuar de forma mais significativa nos espaços públicos da cidade e na oferta de atividades. Essa instabilidade também trouxe consequências para a vida particular de profissionais que atuavam nas Unidades Recreativas, como relata a professora Lisbela:

Passei por uma crise de depressão desde que o governo Marchezan assumiu. As pessoas dizem assim: "Ah, foi o doutorado que te enlouqueceu". Não! Foi o governo Marchezan, né. O governo Marchezan fez um estrago muito grande na minha saúde mental. Então, aí eu tive que ir para o psiquiatra, eu tive que tomar remédio, coisa que eu nunca.... Quando eu entrei no município eu me apavorei porque os professores todos tomavam tarja preta e eu disse "Meu Deus, o que é isso?!" E eu achei "não, bem capaz, não vou fazer isso", mas no governo Marchezan eu acabei tendo que recorrer a isso." (Entrevista com a professora Lisbela, 31/01/2023).

Além desses fatores a pandemia da COVID-19 trouxe uma situação inusitada para a maioria da população, com a implementação do distanciamento social. Os espaços públicos da cidade foram fechados, e as aulas passaram a ser ministradas através de diferentes plataformas digitais, limitando o acesso e desorganizando os vínculos já estabelecidos. Para grande parte da população mundial este foi um período desafiador de isolamento e perdas.

Nos anos seguintes ao término dos governos da Frente Popular, trouxeram transformações para o cenário das políticas públicas de esporte e lazer da cidade. A descontinuidade dos serviços ofertados pela SME, dada as rupturas políticas e o desmonte da secretaria, reacendeu na comunidade a necessidade de novas mobilizações. Essa ação governamental motivou professoras/es, gestoras/es e comunidades a se organizarem a favor da manutenção da secretaria e dos projetos

por ela executados. A capacidade cognitiva das/dos agentes, baseada em conhecimentos anteriormente adquiridos (*expertise*), possibilitou a reorganização dos acordos coletivos e a aproximação de diferentes grupos ligados ao setor, viabilizando assim, a manutenção das atividades.

3.3 O CENÁRIO ATUAL E A RETOMADA DA SECRETARIA

Em 1º de janeiro de 2021, Sebastião Melo (MDB) assume a prefeitura de Porto Alegre e traz para o cenário da cidade novamente a secretaria responsável pelo esporte e lazer, por meio do Decreto Nº 20.912, de 28 de janeiro de 2021. A atual Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ) tem sustentado suas ações através do gerenciamento de atividades e parcerias propostas pelo setor privado, distanciando-se desta forma das ações norteadoras da SME e impactando a forma como a população vivencia seus espaços e tempos de lazer.

Neste contexto, considero importante refletir sobre as intenções e motivações que levam o atual governo a retomar a secretaria. Conforme Myskiw *et al.* (2019), a bandeira do esporte e as ações decorrentes das políticas públicas do setor atuam de forma tangível no cotidiano da população, tornando-se assim um importante dispositivo político mobilizador da opinião pública. Durante o período que antecedeu as eleições de 2020, o coletivo que esteve nas arenas políticas lutando pela manutenção da SME voltou a se reunir, compreendendo que as eleições representam janela política importante para demarcar interesses, e visando a retomada da secretaria. Foram realizadas, então, reuniões em espaços públicos e debates online, com a presença das/dos candidatas/os, para expor os interesses do coletivo e buscar o compromisso pela retomada da secretaria.

Após essa movimentação política, a gestão que assume a prefeitura retoma a pasta, conforme o prometido, porém com uma nova identidade. A Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ), responsável pela oferta dos serviços de recreação pública, tem ancorado suas ações na lógica de mercado, ofertando eventos em locais estratégicos da cidade, como a região central, que atualmente passa por um forte processo de revitalização financiado pelo setor privado. A Orla do Guaíba é um exemplo deste tipo de investimento. O projeto de revitalização tem como pilar a organização e requalificação deste espaço através de projetos voltados ao esporte e ao lazer. Paralelo a isso, as poucas Unidades

Recreativas restantes atuam com o auxílio de emendas parlamentares e parcerias com o setor privado. Segundo Fedozzi (2022) esta estratégia tem como objetivo:

O objetivo maior dos atores dominantes na escala local é o de transformar as formas de organização e distribuição da produção imobiliária, seja pública ou privada, em valorização capitalista do espaço. Nesta inserção, as grandes metrópoles precisam se transformar em empreendimentos capazes de gerar atratividade de capitais nacionais e estrangeiros, sendo as cidades “vendidas” como um bom empreendimento. Essa transformação da cidade em mercadoria requer mudanças políticas e institucionais capazes de adequar o território da cidade e sua legislação urbana ao modelo empreendedor, que passa a ser entendido como o único possível, além de ser supostamente capaz de beneficiar todos os/as moradores/as (Treco do texto publicado pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) no Observatório das Metrópolis)²⁷.

O interesse na mercantilização do esporte, recreação e lazer, tem direcionado a atenção da secretaria para pontos estratégicos da cidade, onde o alto valor comercial da região desperta o interesse do setor privado. Entre estes locais estão as praças e parques, que passam a ser concedidos a empresas que vinculam sua identidade aos espaços de lazer e a pontos turísticos da cidade. Como contrapartida, essas empresas realizam serviços de zeladoria, benfeitorias e eventos esportivos e culturais, onde sua marca está sempre em evidência como parceira da cidade. Essa manobra governamental, referente à manutenção e oferta de serviços e locais destinados ao lazer, vem indicando que, ao contrário do que era proposto pela SME, onde os interesses e necessidades da população norteavam as propostas governamentais, atualmente, elas estão pautadas pelos interesses e necessidades da prefeitura e de suas/seus colaboradoras/es que deixam à deriva a oferta dos serviços públicos nas áreas periféricas, distantes dos interesses comerciais. De acordo com Santos (2003), esta estratégia governamental tende a agravar os problemas de acesso e garantia do esporte e lazer como um direito social, pois a população deixa de ser a razão direta do planejamento e oferta das atividades.

Mas este não é um interesse exclusivo da atual gestão, Silveira (2020) já apontava os desafios do governo Marchezan, onde as/os agentes governamentais, responsáveis pela oferta dos serviços públicos de lazer, demonstraram maior interesse nos grandes eventos disponibilizados pelo setor

²⁷ Para mais informações acessar <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/a-omla-do-guaiba-quais-transformacoes-e-para-quem/>. Acesso em: 31 outubro, 2023

privado por ter um baixo custo, um volume maior de atendimentos e mais visibilidade. Enquanto o grupo de servidoras/es buscavam autonomia para manter os atendimentos nas comunidades valorizando as particularidades, a gestão compartilhada e os resultados alcançados ao longo de seus percursos.

Com o passar dos anos, a ausência da contratação de professoras/es formados e o elevado número de estagiárias/os, funcionárias/os temporárias/os, desestabilizam o trabalho de fortalecimento das comunidades, fundamentado pela atuação das/dos professoras/es que atuavam como mediadoras/es, a partir de um processo de vinculação às redes comunitárias, abrindo portas para a atuação de novas/os agentes nesses locais.

Neste novo cenário posto pela gestão de Melo, a Secretaria Municipal de Parceria (SMP) emerge como uma nova agente na rede de esporte, recreação e lazer. É através das ações desta secretaria que a manutenção dos espaços públicos de lazer da cidade tem sido realizada. Entre as suas estratégias políticas adotadas estão os programas 'Faça por você, faça pela cidade'²⁸, 'Adote uma praça'²⁹ e o 'Prefeito da Praça'³⁰, que delegam aos cidadãos e empresas privadas a responsabilidade de cuidar, fiscalizar e manter esses espaços públicos. Essas iniciativas facilitam o processo de concessão de praças, parques e áreas urbanas da cidade.

O ato de delegar a população a zeladoria desses espaços, através de parcerias com o setor privado, que investe em pontos específicos da cidade, aponta para o interesse da prefeitura em terceirizar a responsabilidade do Estado na formulação e implementação de ações que possam garantir o acesso equitativo de toda população às práticas esportivas e de lazer. Isso reforça a percepção das mulheres que atuam nesses espaços, de que esse é um direito para poucos.

Os argumentos defendidos pelas/os agentes interessadas/os nesse processo de concessão e adoção, incluindo a prefeitura, mídia e setor imobiliário, giram em torno da necessidade de modernização e embelezamento da capital, bem como da garantia da qualidade de vida. Segundo a própria prefeitura, os investimentos

²⁸Informações retiradas do site da Prefeitura de Porto Alegre <https://prefeitura.poa.br/taxonomy/term/5921> Acesso em: 02 outubro, 2021.

²⁹Informações retiradas do site da Prefeitura de Porto Alegre, https://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p_secao=161. Acesso em: 02/10/2021.

³⁰ Ver informações em:

<https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos/prefeito-da-praca#:~:text=O%20Prefeito%20da%20Pra%C3%A7a%20%C3%A9,cuidados%20com%20o%20bem%20p%C3%ABblico>. Acesso em: 24 julho, 2022.

financeiros das empresas e voluntários possibilitam a abrangência de um número maior de espaços e/ou reformas. Nesse processo de captura da população, a mídia tem exercido um papel fundamental no engrandecimento da causa. A aproximação de interesses entre imprensa, prefeitura e setor privado produzem discursos favoráveis aos investimentos deste setor, como podemos observar na Figura 1.

Figura 1: Porto Alegre: A capital das parcerias



 **parcerias.portoalegre** 

ARTIGOS

PORTO ALEGRE: A CAPITAL DAS PARCERIAS

ANA PELLINI
Secretária de Parcerias
de Porto Alegre 

Espaços públicos revitalizados, mais limpos, coloridos, iluminados e seguros. Famílias desfrutando de momentos de lazer, empreendedores oferecendo seus produtos. Essa é a transformação que o programa Seja Parceiro de Porto Alegre vem fazendo na cidade. Já passamos da marca de cem praças adotadas. Os chamados verdes complementares, que são canteiros e rótulas, somam 143 adoções.

O bom uso está afastando o mau uso. Áreas degradadas são transformadas.

A prefeitura também vem recebendo doações e qualificando lugares importantes para a cidade. O Muro da Mauá, antes coberto de pichações, tornou-se um novo ponto turístico. A pintura de um dos principais símbolos de Porto Alegre, o Mercado

O bom uso está afastando o mau uso. Áreas degradadas são transformadas

Público, teve as tintas doadas por um parceiro. O Viaduto Jayme Caetano Braun foi recuperado, teve uma área adotada e ganhou um novo atrativo: uma placa com um QR Code que dá acesso a uma playlist com poesias do

artista. E que incrível ficaram as pinturas do Viaduto Tiradentes, que traz a temática dos pets e foi adotado por uma empresa do ramo. Essas são amostras do que está acontecendo na cidade, com pessoas e empresas assumindo papel ativo na melhoria de diversos locais.

Por meio do programa, podem ser adotadas praças, parques urbanos, áreas verdes, passarelas, passeios, fachadas de prédios públicos, monumentos, viadutos, pontes, equipamentos esportivos, canteiros e rotatórias. Além da adoção da totalidade do espaço, pode-se optar por equipamentos específicos como, por exemplo, banheiros, bancos, quadras de esportes etc. Os interessados podem enviar e-mail para apoiepoa@portoalegre.rs.gov.br. Seja você também parceiro de Porto Alegre!

Fonte: Imagem postada no Instagram da Secretaria Municipal de Parcerias no dia 11/10/2023 referente a reportagem do jornal Zero Hora³¹.

A exposição nas grandes mídias da cidade das benfeitorias da ação governamental também é utilizada como ferramenta para o processo de captura das/dos agentes que atuam como voluntárias/os nos projetos da SMP.

No período em que estive observando a atuação das mulheres nas Unidades Recreativas do Alim Pedro e Ararigbóia, foi possível perceber um direcionamento de suas ações e denúncias especificamente para projeto referente à Prefeitura de Praça pelos seguintes motivos: a atuação de voluntárias/os em espaços públicos de lazer, onde existem Unidades Recreativas geridas por servidoras/es públicos com formação; e a (re)(des)organização destes espaços a partir do distanciamento das ações de uma plataforma de governo de esquerda, justificada pelo processo neoliberal, onde a/o indivíduo/a é responsável pela garantia de seus direitos. Os motivos pelos quais esta controvérsia esteve em evidência podem ser observados na fala de Lisbela, professora de uma da Unidade Recreativas.

Então, eu acho que é bem... Não é controverso, eu não sei a palavra, agora as palavras tão fugindo da minha cabeça. Mas enfim, eu não gosto dessa palavra Prefeito da Praça, e eu acho que ela é... Eu acho que a gente tinha que ter, como tinha antigamente, as lideranças comunitárias que faziam a agência comunitária. Não sei como é que era o nome exatamente, mas eu acho que sim, que precisa ter e eu acho que tem lugares que a própria comunidade dá conta sozinha. Porque, a gente não tem perna, principalmente com o número que a gente tá né. Por exemplo, lá no Morro Santana tem lá, na Figueira, uma praça bem legal que a comunidade se estrutura e dá conta. Eu acho que a gente podia ajudar muito mais, então eu acho que tem que ter essa relação e tem que ter essa autonomia também da comunidade para ter. Eu acho que esse nome prefeito da praça e a forma como ele está organizado agora, ele é uma jogada política, né, de barganha política. "Ah então tá, sabe, ah então são os meus amigos, eu, Melo, fiz aí os prefeitos da praça. Então, vão sentar direto comigo". É usado dessa forma sabe, então eu acho isso muito complexo. Acho que tem uma disputa, por exemplo, eu vejo ali uma disputa entre a coordenadora da praça e a prefeita da praça, o negócio é assim, né...É são, e é muita vaidade, então eu acho que isso é complexo assim, tem que ver como se lida com isso, né. Porque, eu acho as pessoas têm que ser aliadas, eu acho que tem que saber. Só que não é uma pessoa sabe, não pode ser um prefeito que não foi um prefeito eleito também, como é que tu vai ter um prefeito da praça sabe assim. Porque o Melo nomeou sabe, né, porque alguém foi lá assim "ah me candidatei, eu quero" (Entrevista prof° Lisbela, 31/01/2023).

Segundo o Decreto Municipal N° 21.073, de 17 de junho de 2021, o 'Prefeito da Praça' é um cargo voluntário que tem como função principal auxiliar o município nos cuidados com o bem público. Desta forma, pessoas físicas e jurídicas, como empresas, associações de bairros, escolas, condomínios, entre outras, são convidadas a contribuir com a manutenção de praças, parques urbanos, equipamentos esportivos, áreas verdes, passarelas, passeios, fachadas de prédios

públicos, monumentos, viadutos, pontes, canteiros e rotatórias. Seu trabalho é cuidar dos equipamentos públicos, dos serviços de manutenção realizados no local pelas/os parceiras/os da prefeitura e comunicar problemas como iluminação, pichações, depredações e desgastes estruturais. Essas/es voluntárias/os devem se mostrar alinhados aos interesses da Prefeitura, investindo na busca por parceiras/os que possam, também, contribuir com a conservação do espaço.

Segundo a cartilha elaborada pela SMP, ‘Seja parceiro de Porto Alegre’³², “A gestão municipal quer deixar a Capital gaúcha cada vez mais bonita e agradável para se viver, por isso convida a todos para somarem-se ao poder público nesse movimento” (p. 03). A importância deste serviço é reforçada pelo discurso do Prefeito Sebastião Melo a cada nova nomeação de Prefeitas/os de Praça.

Não nos cansamos de agradecer à sociedade pelo apoio fundamental na preservação de parques e praças. Sozinha a prefeitura não consegue dar conta de tudo. Esta aliança do bem mobiliza nossa Capital a ser um lugar melhor de se viver (Prefeito Sebastião Melo no evento de nomeação que atingiu a marca de 93 voluntárias/os em 23/04/2022)³³.

Entre as estratégias utilizadas pela prefeitura para vincular as/os novas/os agentes a esta rede estão os eventos públicos de nomeação, sempre realizados com a presença do prefeito da cidade e seu secretariado, o canal exclusivo de comunicação com a prefeitura via Equipe Central do Cidadão, onde são recebidas e direcionadas as demandas para as demais secretarias, um crachá, idêntico ao utilizado pelos funcionários concursados da prefeitura, com a indicação de seu cargo e a assinatura do Pacto de Governança, documento assinado por gestores da prefeitura e representantes da comunidade, firma a relação de compromisso da/do voluntária/o com a prefeitura e sociedade³⁴.

Além disso, a forte exposição midiática relativa ao reconhecimento governamental e populacional ao trabalho realizado por essas/es voluntárias/os, assim como a participação em eventos realizados pela prefeitura e suas/seus

³² Ver mais informações em: https://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/ppp/usu_doc/cartilha_04032020.pdf. Acesso em: 31 de outubro 2023

³³ Informações retiradas do site da prefeitura. <https://prefeitura.poa.br/gp/noticias/porto-alegre-atinge-marca-de-93-prefeitos-de-pracas-voluntarios>. Acesso em: 31 de outubro 2023

³⁴ Para mais informações acessar: https://www2.portoalegre.rs.gov.br/ppp/default.php?reg=325&p_secao=1120. Acesso em: 31 out. 2023.

parceiras/os com o objetivo de divulgar as ações governamentais, lançam essas/esses Prefeitas/os como importantes figuras públicas da cidade. O que me leva aos seguintes questionamentos: Quem são essas/es agentes? Como eles se tornam Prefeitas/os de Praça e o que motiva essa ação?

As pesquisas realizadas no site oficial da Prefeitura mostram que as/os Prefeitas/os de Praça são um grupo heterogêneo de sujeitas/os que demonstram identificação com os espaços adotados e que, de alguma forma, já contribuíam para a manutenção desses locais antes mesmo de atuarem como voluntárias/os. São, em geral, membros da comunidade, de associações comunitárias, usuárias/os dos serviços públicos de lazer, delegadas/os do Orçamento Participativo, que se candidatam para exercer a função a partir de projetos individuais e/ou comunitários.

Segundo as/os próprias/os Prefeitas/os de Praça, as justificativas para essa atuação voluntária estão pautadas na possibilidade de aprimorar sua contribuição com o espaço a partir da aproximação com os agentes governamentais e com a comunidade, como podemos observar em suas falas no momento de nomeação.

Seguirei cuidando da Praça e colaborando com o poder público. Essa iniciativa da prefeitura é maravilhosa porque dá voz a lideranças da comunidade (Prefeito da Praça Dom Sebastião)³⁵.

Pensei logo em agir. Imaginei para mim: 'vou ter que revitalizar esta praça para meus filhos e as demais crianças usarem'. Montei um grupo de mais ou menos dez a 12 pessoas que me ajudaram na aquisição das tintas e dos materiais necessários. Pintamos ela e a deixamos mais aprazível (Lisiane Camargo Prefeita da Praça Walter Schultz)³⁶

Convido outros coordenadores de feiras, assim como eu que há três anos estou na organização da Multifeira - que ocorre aos sábados nesta praça -, que ajudem a cuidar do espaço público (Camila Malabarba Vidal Prefeita da Praça Praça Largo Doutor Adair Figueiredo)³⁷

No entanto, ao transitar pelo campo e me aproximar das/dos voluntárias/os em eventos como o Orçamento Participativo, as Pré-conferências e Conferência Municipal, foi possível perceber que essa ação, por vezes, extrapola a intenção de filantropia. Para boa parte das 'Prefeitas/os', parece haver a intenção de participar

³⁵ Ver reportagem em: https://www2.portoalegre.rs.gov.br/ppp/default.php?reg=325&p_secao=1120 . Acesso em 31 out. 2023.

³⁶ Ver reportagem em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/prefeitos-de-pra%C3%A7as-t%C3%AAm-trabalhos-reconhecidos-nas-comunidades-de-porto-alegre-1.829545> Acesso: 31 out. 2023.

³⁷ Ver reportagem em: <https://prefeitura.poa.br/smp/noticias/faca-pela-cidade-prefeita-da-praca-convida-moradores-cuidarem-do-espaco-publico> Acesso em 31 out.2023.

ativamente de uma rede onde poucos têm acesso, a gestão municipal, tornando-se assim uma figura pública.

A candidatura para o cargo pode ser feita de duas formas: autoindicação ou da indicação da comunidade ou associações. Neste percurso, as/os interessadas/os devem entrar em contato com a Secretaria Municipal de Parcerias manifestando o interesse no cargo, preenchendo um formulário com seus dados pessoais e expondo sua motivação. A análise desta candidatura é realizada no Orçamento Participativo, referente à sua região, pela Secretaria de Governança Local e Coordenação Política (SMGOV). Desta forma, uma vez que a candidatura é proposta a partir da exposição das motivações pela/o candidatas/os e precisa ser aprovada pelas/os sujeitas/os que atuam como representantes das regiões, vou compreendendo que a concretização do projeto só se faz possível a partir de um alinhamento de interesses e a instauração de acordos entre diferentes agentes.

Na busca de compreender quais interesses estão em jogo, assim como as possibilidades de aderências ao programa e a instauração de acordos, procurei durante a pesquisa mapear os espaços públicos de lazer da cidade de Porto Alegre, as Unidades Recreativas e os locais de aderência da população à proposta da Prefeitura de Praça (Silva *et al.*, 2023)³⁸. Nesta ocasião foi possível observar que até o momento da busca 259 voluntárias/os atuavam como Prefeitas/os de Praça na cidade. Contudo até a escrita final desta dissertação, já haviam 300 voluntárias/os atuando em espaços públicos de lazer, mostrando que os investimentos da prefeitura e sua rede tem se mostrado potente na captação da população³⁹.

Dado ao fato desta controvérsia estar em evidência no momento da pesquisa, afetando a rotina das Unidades Recreativas e gerando desconforto nas agentes, capaz de produzir novas estratégias de ação, novas redes, críticas, denúncias e justificações, iniciei a busca por informações no site oficial da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude. Contudo, ao analisar esse conjunto de páginas, foi possível perceber um distanciamento entre as ações das/dos Prefeitas/os de Praça e das/dos agentes da SMELJ, devido à ausência de informações referentes ao projeto e ao destaque dado à atuação das Unidades Recreativas.

³⁸ Essa pesquisa ocorreu no mês de março de 2023 e os dados foram apresentados e publicados no XXIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e X Congresso Internacional de Ciências do Esporte, realizado em Fortaleza no ano de 2023

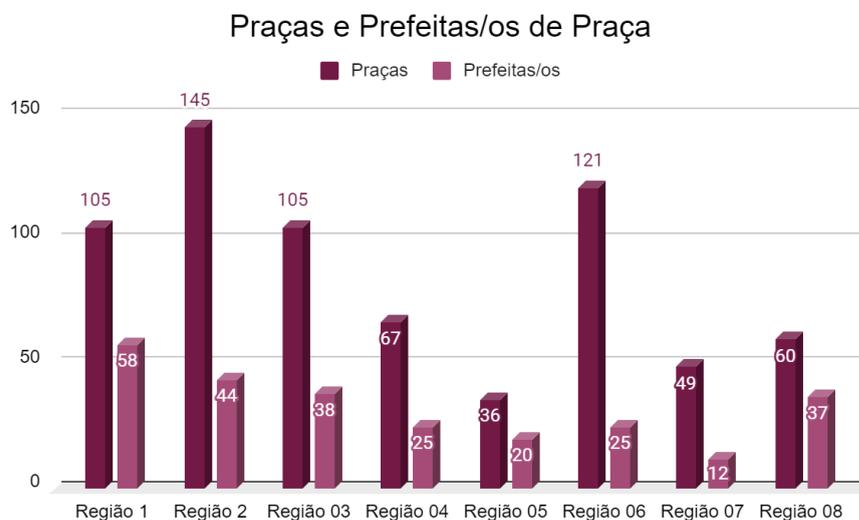
³⁹ Ver informações em: <https://prefeitura.poa.br/smp/prefeitos-nomeados>. Acesso em: 31 out. 2023.

Foi necessário, assim, estender a busca para o site oficial da prefeitura e da Secretaria Municipal de Parceria, locais onde a atuação das/dos Prefeitas/os de Praça passam a ter maior destaque. Além das notícias sobre as nomeações e atuações, também encontra-se disponível no site da SMP a listagem de todas as praças e parques da cidade que estão disponíveis para adoção, assim como a relação das Prefeitas/os e seus locais de referência. Este movimento da prefeitura e de suas secretarias é uma das causas apontadas pelas mulheres que atuam nas Unidades Recreativas, como evidência do desmonte das políticas públicas de esporte, recreação e lazer, uma vez que as mesmas passam a ser tratadas como mercadorias.

Outro fator que aponta para a legitimidade dessas percepções está relacionado às Unidades Recreativas. O mapeamento das Unidades Recreativas da cidade revelou que o processo de descentralização, realizado pelo governo da Frente Popular e, conseqüentemente pela SME, passou por um retrocesso após a extinção da secretaria. No auge de sua atuação, a SME atingiu a marca de 35 Unidades Recreativas, localizadas em diferentes regiões da cidade. Entretanto, atualmente, esse número foi reduzido para apenas 17 Unidades, e sua maior concentração está na região central da cidade, com 5 Unidades Recreativas.

A escassez de atendimento, a ausência de infraestruturas capazes de ofertar atividades de esporte, recreação e lazer, além da terceirização da manutenção dos espaços públicos destinados ao lazer na cidade, proporcionam condições para as diversas formas de mobilização popular, seja ela coletiva, particular, combativa ou cooperativa.

O mapeamento das praças e parques da cidade, assim como a análise da atuação das/os voluntárias/os que atuam como Prefeitas/os desses espaços, apontam dados significativos para compreender os motivos que levam a população a aderir à política de adoção dos espaços públicos de lazer, as possíveis intenções e a forma e a forma como essas/es indivíduos/os mobilizam suas comunidades. O Gráfico 1 ilustra a relação entre o número de Prefeitas e Prefeitos de Praça e o total de praças nas oito regiões propostas pelo Plano Diretor da cidade de Porto Alegre.

Gráfico 1:

Elaboração própria da autoria⁴⁰

Levando em consideração que as políticas de adoção e concessão dos espaços públicos locais, são justificadas pela prefeitura como necessárias para a manutenção dos espaços públicos de lazer, a relação apresentada aponta questões importantes referentes ao interesse populacional e governamental para as ações participativas.

O primeiro dado que merece destaque diz respeito à maior concentração de Prefeitas/os de Praça na região 1, região central da cidade. Como já mencionado anteriormente, esta é a região onde a prefeitura tem investido esforços, juntamente com suas/seus parceiras/os, no processo de revitalização e embelezamento da cidade. Este local, que abriga a Orla do Guaíba e os principais pontos turísticos de Porto Alegre, é palco de eventos esportivos e políticos e local de maior investimento midiático. Essas características provocam a problematização dos interesses desta ação voluntária, uma vez que a prefeitura não precisa dessas/es agentes para

⁴⁰ O mapeamento do Plano Diretor da cidade, foi utilizado como referência por entender que o mesmo possibilita uma visão atual de como a cidade vem sendo planejada a partir de uma organização que leva em conta características sociais, culturais e regionais. Desta forma ficou definido 8 regiões: Região 01 (Centro); Região 02 (Humaitá/ Navegantes/Ilhas e Noroeste); Região 03 (Norte e eixo Baltazar); Região 04 (Leste/ Nordeste); Região 05 (Glória/ Cruzeiro e Cristal); Região 06 (Centro-Sul e Sul); Região 07 (Lomba do Pinheiro/ Partenon) e Região 08 (Restinga/ Extremo-Sul).

realizar a manutenção dos espaços. Assim, o maior volume de Prefeitas/os de Praça nesta região, sugere que a ação participativa está ligada a um projeto pessoal, uma busca por um status político e/ou social.

Por outro lado, na região 5 e 8, locais distantes dos holofotes dos eventos esportivos e dos interesses das grandes empresas, é possível observar uma forte aderência da população à política, atuando como Prefeitas/os de Praça, uma vez que a relação entre o número de praças e o número de Prefeitas/os quase se aproxima. Esses são locais marcados pela desigualdade social, que se acentua no campo do lazer com o recuo dos atendimentos nos espaços públicos e com o baixo investimento da prefeitura e suas/seus parceiras/os na região.

A aprendizagem adquirida nos anos de atuação da SME nestes locais, fortalecendo associações e proporcionando mecanismos de participação popular, proporcionou experiências e aprendizagens que oportunizam a compreensão dos limites, recursos, assim como a mobilização de argumentos e justificativas para resolver problemas no campo do lazer entre os diferentes atores. Desta forma, a aderência da população à política de adoção pode estar ligada à oportunidade de aproximação com os entes governamentais, e desta forma, à possível garantia da manutenção das atividades de lazer pautadas pelos interesses comunitários.

Além destas questões, é importante destacar que essas políticas de adoção e concessão estão muito distantes das propostas do governo da Frente Popular e da SME quando se referem à participação popular. Para a SME, a participação popular estava fundamentada no fortalecimento das relações estabelecidas entre a população e governo, aproximando professoras/es, agentes comunitários, delegadas/os O.P., agentes governamentais, entre outros, e na produção de políticas públicas construídas a partir dos interesses e demandas das comunidades, em especial daquelas que historicamente encontram-se desamparadas deste direito. No cenário atual, outros interesses estão em pauta, como os mercadológicos, políticos e os relativos à opinião pública. O engrandecimento da ação individual e o distanciamento das ações coletivas causam instabilidade em um campo já estabelecido. Desta forma se faz necessário um novo repertório de ações, tanto por parte dos agentes governamentais quanto não governamentais, para estabilizar este sistema.

O resgate histórico das políticas públicas pautadas pela participação comunitária e as rupturas causadas nesta lógica após a extinção da SME tornou-se

necessário neste capítulo por dois motivos: o primeiro deles diz respeito aos processos de justificação das ações das mulheres investigadas, uma vez que as acionam o processo histórico para argumentar sobre suas ações e criticar a nova política desenvolvida na cidade; e a segunda se dá pela necessidade de trazer elementos do cenário político atual e as relações que vêm compondo a rede das políticas públicas de esporte, recreação e lazer de Porto Alegre. A seleção desses dados foi pautada nos debates e relatórios produzidos pelas mulheres que atuavam nos parques observados durante a pesquisa. O capítulo seguinte é constituído por elementos empíricos que demonstram os processos de transformação que afetam as políticas públicas de esporte, recreação e lazer da cidade de Porto Alegre, a partir das redes e relações que atuam nesse sistema.

4. PROCESSOS DE JUSTIFICAÇÃO, DISPUTAS, DENÚNCIAS E ACORDOS: AS POLÍTICAS EM AÇÃO E SUAS CONTROVÉRSIAS

A experiência na cogestão da cidade através da participação comunitária produziu importantes aprendizagens, como a mobilização de argumentos, o entendimento sobre os limites e oportunidades de ação, assim como um repertório de recursos utilizados cotidianamente pela população. Essas aprendizagens adquiridas em situações anteriores são testadas, avaliadas, resgatadas em cada nova situação, ou momento de prova, para que possam ser colocadas em prática na busca de novos acordos coletivos e estabilização dos sistemas.

As políticas hoje vigentes, assim como as anteriores, não se caracterizam como um fato terminado. Como foi possível observar no resgate histórico, elas estão em um constante processo de construção e negociação, e para que possamos compreender esse movimento, é necessário acompanhar os passos das pessoas que atuam, planejam e modificam essa estrutura. A sequência deste trabalho trará dados obtidos através da pesquisa de campo, que nos ajudarão a pensar nas possibilidades de manutenção e oferta dos serviços de esporte, recreação e lazer a partir da ação e percepção das mulheres inseridas neste campo.

Desta forma, os próximos subcapítulos desta escrita estão estruturados em quatro artigos. Cada um desses artigos abordará elementos específicos para a compreensão: dos modos de justificação das mulheres presentes nos textos acadêmicos; das denúncias, ações e estratégias realizadas pela coordenadora do Parque Alim Pedro para manter as atividades do parque nos mesmos moldes da antiga SME; da maneira como as políticas públicas de esporte, recreação e lazer em ação, possuem agência nas ações da professora, coordenadora e comunidade do Parque Ararigbóia; e, por fim, na maneira como as associações dos elementos heterogêneos das atuais políticas públicas de esporte, recreação e lazer da cidade proporcionam às mulheres Prefeitas de Praça a construção de redes de associações e justificando suas ações e críticas baseadas em suas trajetórias no lazer.

4.1 ARTIGO 1

Informação suprimida para garantir a exclusividade exigida no processo de submissão em periódico científico.

4.2 ARTIGO 2

Informação suprimida para garantir a exclusividade exigida no processo de submissão em periódico científico.

4.3 ARTIGO 3

Informação suprimida para garantir a exclusividade exigida no processo de submissão em periódico científico.

4.4 Artigo 4

Informação suprimida para garantir a exclusividade exigida no processo de submissão em periódico científico.

5. PERCEPÇÕES FINAIS

Quando iniciei a pesquisa, estava imersa em um universo de leituras e vivências acadêmicas relacionados à Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer da cidade de Porto Alegre (SME), e aos debates que emergiram no momento de sua extinção. Entre esses debates, estava a formação de um coletivo de atores que ocuparam os espaços públicos da cidade em prol da manutenção da secretaria, a importância da ação participativa e dos processos coletivos na construção das políticas públicas de esporte, recreação e lazer e a relevância das/dos agentes que exercem o papel de mediadoras/es nas Unidades Recreativas. Além disso, ficou claro neste período a importância da ação governamental para a garantia do esporte e lazer como um direito social.

O cenário dessa produção foi a crise instaurada na cidade após mudanças políticas que impactaram as estruturas e atividades da SME, já estabelecidas e reconhecidas pela população como referência na promoção do bem-estar e qualidade de vida das/os porto-alegrenses.

A SME foi criada em 1993 por uma coligação de partidos aliados à plataforma de esquerda e durante o período em que estava atuando, procurou oportunizar e incentivar a ação participativa da população através de diferentes dispositivos políticos. Essa estratégia objetivava a descentralização da oferta e do atendimento dos serviços públicos de lazer, a partir de atividades, projetos e estruturas que atendessem especialmente a população vulnerabilizada da cidade. Este movimento fortaleceu a participação popular por meios de projetos de formação que aproximaram a população das/dos agentes governamentais.

No ano de 2017, a SME foi extinta. Essa ação demonstra que os interesses governamentais começam a se distanciar dos interesses sociais, uma vez que as rupturas das/nas políticas públicas de esporte, recreação e lazer, trouxeram consequências significativas para a vida das/dos usuárias/os desses serviços públicos. Entre as consequências desta ação estão a diminuição orçamentária, a perda de professoras/es, o fechamento de Unidades Recreativas e as parcerias com a iniciativa privada. Essas ações, pautadas em interesses mercadológicos e políticos, limitaram as possibilidades de fruição do lazer, que voltaram a ser concentradas na região central da cidade.

O processo de extinção produziu o movimento de um coletivo de atores que, desde então, passaram a se mobilizar em defesa da secretaria, aproximando interesses, estabelecendo acordos e produzindo uma rede de associações capaz de sustentar provas que garantisse a manutenção da secretaria. Neste movimento, as mulheres idosas usuárias dos espaços públicos de lazer da cidade, assim como as professoras, coordenadoras e membros de associações comunitárias, passaram a ocupar um espaço de protagonismo nas ações públicas. Isso demonstra que o esporte e o lazer são significativos em suas vidas, uma vez estão entre as camadas vulnerabilizadas da sociedade e, conseqüentemente, sofrem com a falta de assistência relativa aos seus direitos sociais.

Ao iniciar a pesquisa, foi necessário o exercício acadêmico de buscar na literatura os processos de justificação produzidos por pesquisadoras/es em meio às ações políticas de mulheres idosas em seus espaços/tempos de lazer. Os trabalhos selecionados mostram que o lazer na vida das mulheres idosas se caracteriza como um momento de instabilidade, onde novos vínculos, acordos, interesses e realidades passam a fazer parte de seu cotidiano, possibilitando críticas e reflexões sobre suas vivências e as diferentes possibilidades de estarem no mundo.

O gênero foi acionado nos textos como uma prova, um marcador de desigualdade, uma vez que produz uma trajetória constituída pela dupla jornada de trabalho, as implicações da maternidade, o não acesso a espaços de exercício de tomadas de decisão e ao lazer. Nesta literatura, também foi possível identificar que as políticas públicas de esporte, recreação e lazer passam a ser acionadas pelas mulheres como a garantia da possibilidade e continuidade de acesso às práticas de esporte e lazer.

Essas produções acadêmicas vão ao encontro com o que vivenciei durante o período de extinção da secretaria. Neste momento em que o serviço estava sendo colocado *à prova*, as mulheres, idosas em sua maioria, que participaram do movimento compreendiam que a ausência de uma secretaria poderia trazer riscos às atividades que elas realizavam sem seus momentos de lazer. Esse risco tornou-se tangível, uma vez que sem a atuação da SME, algumas Unidades Recreativas foram fechadas, projetos foram encerrados, e professoras/es foram deslocadas/os de suas turmas e Unidades. O baixo orçamento destinado aos tempos e espaços de lazer da cidade provocou o abandono e o sucateamento de locais antes vistos como referência na área.

A retomada da secretaria no ano de 2021, agora com uma nova nomenclatura Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ), tem alterado as dinâmicas dos espaços públicos de lazer, organizando suas ações através das parcerias com o setor privado. Essa nova rede vem demonstrando limitações referentes às possibilidades de fruição do lazer como um direito social, visto que o setor privado e a prefeitura acentuam os investimentos nas áreas centrais da cidade devido ao seu alto valor comercial.

O desinteresse comercial do setor privado e da prefeitura nas áreas periféricas da cidade tem provocado na população um movimento de reorganização desses espaços a partir de ações coletivas e individuais para garantir a continuidade do serviço ofertado pela antiga SME. Esse processo de resistência mostrou-se potente nos últimos anos, garantindo a manutenção do serviço. Contudo, tem provocado novas ações governamentais que visam capturar outras/os agentes e conexões capazes de comprovar a eficácia de suas propostas.

Entre as estratégias de captura da sociedade estão as políticas de concessão e/ou adoção das praças e parques de POA, gerenciadas pela Secretaria Municipal de Parcerias. Durante o percurso desta pesquisa, a política dos Prefeitos de Praça esteve no foco dos debates elencados pelas mulheres nas Unidades Recreativas, e por essa razão, tornou-se parte fundamental deste trabalho. As/Os Prefeitas/os de Praças, são cargos de confiança criados pela atual gestão para atuar de forma voluntária junto ao poder público na manutenção e melhoria das praças às quais estão associadas. O que torna esse fato relevante para as mulheres é que, em alguns desses locais, o trabalho já vem sendo realizado por funcionárias/os da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude.

Levando em consideração os processos de coletivização realizados a partir do protagonismo das mulheres no movimento contra a extinção, a manutenção do serviço mesmo com a ausência da SME, e a retomada da Secretaria com suas novas propostas, esta pesquisa teve como objetivo compreender de que maneira a rede da Política Pública de esporte, recreação e lazer da cidade de POA se mantém atuando a partir do protagonismos de mulheres.

A escolha por realizar a pesquisa a partir dos princípios da Sociologia da Crítica, ou Sociologia Pragmática, trouxe para o campo uma nova forma de olhar para as disputas, denúncias e ações coletivas. Ao me distanciar de estruturas e conceitos preestabelecidos, me aproximo da ação das agentes, dos processos de

engajamentos das mulheres, das capacidades individuais de construir seus próprios casos, críticas e denúncias. O processo etnográfico permitiu a aproximação necessária para que fosse possível visualizar as particularidades, as construções individuais e a forma como cada indivíduo experiencia se relaciona com o campo. Neste percurso, escolhi 'seguir' a trajetória de quatro mulheres que atuam como protagonistas em espaços públicos de lazer, assim como as políticas públicas relacionadas ao esporte, recreação e lazer da cidade, visto que as mesmas transformam e são transformadas pelos elementos que compõem as diferentes redes que atuam na cidade.

Uma dessas redes está situada no Parque Alim Pedro. Neste espaço, a coordenadora do parque utiliza a denúncia pública do desmonte do esporte e lazer como estratégia para manter o serviço e as atividades no parque no mesmo modelo que a SME proporcionava, utilizando como argumento o reconhecimento da população a esse serviço. As relações construídas pela coordenadora e suas/seus usuárias/os estão alicerçadas nos laços afetivos, na história do parque e no sentimento de pertencimento compartilhado pela coordenadora e comunidade.

A manutenção dessa rede exige um trabalho diário de aproximação e cuidado, materializado nos rituais de comensalidade. A relação com a comunidade e com as delegadas do Orçamento Participativo, que auxiliam na gestão do parque de forma voluntária e colaborativa, é o que vem garantindo a manutenção do espaço, via prefeitura, evitando assim a atuação do setor privado. Neste local, há um esforço da coordenadora, para que a comunidade ocupe todos os espaços, evitando assim a atuação de agentes voluntários nomeados pela prefeitura, os Prefeitos de Praça, e a reorganização do espaço a partir dos interesses de outros agentes distantes da SMELJ.

No Parque Ararigbóia, a rede é constituída por interesses diversos que convivem a partir de tentativas de estabelecimentos de acordos e colocam em suspensões as relações já estabelecidas, como a da Associação de usuários do parque que atua no local há décadas com a coordenação da SMELJ e usuárias. Durante muito tempo essa rede, que atualmente é composta majoritariamente por mulheres, vem participando da gestão do parque junto com a coordenação da SMELJ.

A percepção da proposta de desmonte do serviço público por parte das usuárias, associações e funcionárias da SMELJ estabelece um momento de

incerteza neste espaço e abre assim a possibilidade de outras formas de participação. Assim, a (des)(re)organização da gestão dos espaços públicos é utilizada como forma de argumentação por voluntárias/os que passam a fazer parte da rede de políticas públicas como justificativa para resolver problemas no campo do lazer.

Ao considerar as ações governamentais que materializam as mudanças na gestão dos espaços públicos da cidade, a etnografia realizada nos dois parques possibilitou a aproximação com a política “Prefeitos da Praça”. A lei que incentiva a participação voluntária de agentes na manutenção e zeladoria das praças e parques tem proporcionado à população, especialmente às mulheres, a oportunidade de fazer parte da gestão da cidade atuando como Prefeitas/os de Praça. Ao seguir esta política, foi possível observar que, no período da pesquisa, das/dos 259 Prefeitas/os que atuavam na cidade, 108 eram mulheres, correspondendo a 41,69% do total. Esses números apontam para uma maior mobilização deste grupo que historicamente encontram-se distantes das arenas políticas, mas que percebem no cenário atual a oportunidade de uma ação pública em prol de seus interesses.

O mapeamento dos locais onde estão situadas as Unidades Recreativas, assim a atuação do trabalho voluntário realizado pelas Prefeitas de Praça, mostraram dois caminhos distintos de atuação. Um deles está ligado à falta de propostas governamentais para atividades nas regiões periféricas da cidade. A oportunidade de ter acesso facilitado às instâncias governamentais tem se mostrado como uma estratégia eficiente para garantir a manutenção do direito ao lazer. Já o outro caminho de atuação está relacionado à aproximação com a prefeitura e suas redes, e parece estar ligado à busca de um status político e/ou ascensão pública. Ao seguir as Prefeitas de Praça e as políticas em ação, foi possível perceber aproximação dessas mulheres a rede das políticas públicas, articulando com diferentes agentes para dar conta de seus interesses, embora apresentassem críticas e justificativas diferentes em relação à ação dos agentes governamentais.

A trajetória de vida dessas mulheres nos espaços de lazer, assim como as aproximações ou distanciamentos das gestões anteriores são acionados por elas como fatores importantes para o alinhamento ou desalinhamento com os interesses governamentais. Contudo, quando olhamos para suas ações, percebemos que, por vezes, há uma aproximação entre os ‘fazeres’, uma vez que nos dois casos foi

possível perceber um trabalho constante e alinhamento de interesses dessas mulheres com os vínculos de suas redes.

Durante este percurso etnográfico, as inquietações das mulheres passaram a constituir este trabalho. Os caminhos trilhados por elas através de suas vivências junto aos espaços públicos de lazer da cidade de Porto Alegre, foram me mostrando, durante a pesquisa, que as relações, experiências, ações e redes se estabelecem de forma distinta em cada um dos espaços observados. Ao fim deste trabalho, ao seguir as mulheres que atuam nos espaços públicos de lazer, pude perceber que as políticas públicas que atuam nestes locais, movimentam rotinas, relações, agem dentro dos coletivos, produzem redes, denúncias, justificativas e acordos entre as/os agentes. Foi possível perceber também que, embora distantes fisicamente, essas mulheres aproximam seus 'fazeres' ao construir redes, movimentar sistemas, realizar denúncias e coletivizar suas causas. Esses movimentos das mulheres estão relacionados às ações governamentais e das/dos demais agentes que atuam em suas praças e parques, especialmente no momentos de instabilidade.

Com relação às políticas em ação, foi possível perceber que as mesmas também passam por processos de produção de novos repertórios, estratégias e elaboração de provas que buscam comprovar e engrandecer suas causas. Assim como para as mulheres, esses processos acontecem de forma permanente e relacional, pois mesmo o governo e as políticas por ele estabelecidas necessitam ajustar suas ações, acordos e compromissos com os interesses das pessoas estão atuando em seu campo de atividade, mostrando assim que o poder não está estabelecido em um sistema, pessoa e cargo, mas que ele transita entre as/os agentes de diferentes redes conforme os mesmos vão resistindo as provações nos momentos de instabilidades.

REFERÊNCIA

ABU-LUGHOD, Lila; REGO, Francisco Cleiton Vieira Silva do; DURAZZO, Leandro. A Escrita contra a cultura. *Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 193–226, 2018. DOI:

10.21680/2446-5674.2018v5n8ID15615. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/15615>. Acesso em: 10 nov. 2023.

AMARAL, Sílvia Cristina Franco. Avanços e contradições da participação popular na definição de políticas públicas de lazer em Porto Alegre. *Movimento* (Porto Alegre), v. 11, n.3, p. 9-25, 2005. Acesso em: 10 nov. 2023.

BARTHE, Yannick; RÉMY, Catherine; TROM, Danny; LINHARDT, Dominique; BLIC, Damien de; HEURTIN, Jean-Philippe; LAGNEAU, Éric; BELLAING, Cédric Moreau de, LEMIEUX, Cyril. Sociologia pragmática: guia do usuário. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 18, n. 41, p. 84-129, Apr. 2016. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222016000100084&lng=en&nrm=iso. <https://doi.org/10.1590/15174522-018004104>. Acesso em: 05 abril 2021.

BIELAWSKI, Flávia Regina Tavares Nunes. **As vivências de lazer com os idosos do Parque Alim Pedro: Um estudo Etnográfico**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano. Porto Alegre, p. 109, 2018.

BOLTANSKI, Luc. Os executivos autodidatas. *Revista Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, v.24, n.1, p.5-25, jan./mar., 1984. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0034-75901984000100001>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BOLTANSKI, Luc. Aquello de que a gente é capaz. In: BOLTANSKI, Luc. **El amor y la justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción**. Buenos Aires: Amorrortu, 2000. p. 15-127.

BOLTANSKI, Luc. La denuncia publica. In: BOLTANSKI, Luc. **El amor y la justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción**. Buenos Aires: Amorrortu, 2000. p. 235-330.

BONALUME, Cláudia Regina; ISAYAMA, Hélder Ferreira. As mulheres na pesquisa *O lazer do brasileiro*. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*. Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 3-24, jan./abr. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/593>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CHATEAURAYNAUD, Francis. A *captura* como experiência: Investigações pragmáticas e teorias do poder. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 95, p. 329504, 2017. <https://doi.org/10.17666/329504/2017>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CHATEAURAYNAUD, Francis. A prova do tangível. Experiências de investigação e o surgimento da prova. *Blog do Sociofilo* [blogdosociofilo.com], julho de 2018.

Disponível

em: <https://blogdolabemus.com/2018/07/16/a-prova-do-tangivel-experiencias-de-inv-estigacao-e-o-surgimento-da-prova-parte-2-por-francis-chateauraynaud/>. Acesso em: 8 de julho de 2021.

CORRÊA, Diogo Silva. Novos rumos da teoria social a partir de três gestos da sociologia pragmática. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 36, n. 105, e3610505, 2021. <https://doi.org/10.1590/3610505/2020>. Acesso em: 05 Abril. 2021

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. COSTA, Manuela Franco Lopes da. **Vila do IAPI: Orientações para Conservação**. Porto Alegre: Letras e Vida: Secretaria de Cultura de Porto Alegre: Coordenação Cultural, 2014.

FEIX, Eneida. **Lazer e cidade na Porto Alegre do início do século XX : a institucionalização da recreação pública**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano. Escola de Educação Física. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 108. 2003.

FLOR, Isabel de Farias. **A Associação comunitária do parque Ararigbóia**. Monografia (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Porto Alegre, p.61.2013.

FORELL, Leandro. **Participando na cidade: um estudo etnográfico sobre a participação em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Parque Ararigbóia em Porto Alegre/RS**. Tese (Doutorado em Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, p. 180. 2014.

FORELL, Leandro; STIGGER, Marco Paulo. Gestão e Democracia: um estudo etnográfico sobre a apropriação das Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Parque Ararigbóia em Porto Alegre/RS. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 168–198, 2016. DOI: 10.35699/1981-3171.2016.1242. Disponível em: <https://bit.ly/3L8J6vS>. Acesso em: 12 abr. 2023.

GOELLNER, Silvana Vilodre; VOTRE, Sebastião Josué; MOURÃO, Ludmila; FIGUEIRA, Márcia Luiza Machado. Lazer e Gênero nos Programas de Esporte e Lazer das Cidades. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, 2010. DOI: 10.35699/1981-3171.2010.815. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/815>. Acesso em: 15 jan. 2024.

IGNÁCIO, Mauro Castro; FARIAS, Anderson da Silveira; SOUZA, Paloma Müller de. Participação popular nas demandas das políticas públicas em esporte e lazer: conquistas e desafios. In: **IX Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte, 2018, Lajeado-RS. Anais e Autores, 2018**

IGNÁCIO, Mauro Castro; STIGGER, Marco Paulo. Questões que provocaram investigações sobre participação popular em políticas públicas de esporte e lazer. In: **XX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e VII Congresso Internacional de Ciências do Esporte**, 2017, Goiania-GO. Anais e Autores, 2017.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, p. 7 – 17.

LATOURE, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. Bruno Latour: tradução de Ivone C. Benedetti; revisão de tradução: Jesus de Paula Assis. - São Paulo. Editora UNESp, 2000.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012, p. 41 – 47.

LATOURE, Bruno. Faturas/fraturas: da noção de rede à noção de vínculo. SEGATA, Jean; RIFIOTIS. **Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura**. Brasília: ABA Publicações; Joinville: Editora Letradágua, 2016, p. 67 – 90.

RODRIGUES, Rejane Penna; MARCELLINO, Nelson Carvalho. O Lazer nas Políticas Públicas Participativas de Porto Alegre: Estudo das Gestões Municipais de 1994 a 2004. LICERE - **Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 14, n. 3, 2011. DOI: 10.35699/1981-3171.2011.760. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/760>. Acesso em: 26 mar. 2023.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.1996.111579. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111579>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MARCUS, George Emanuel. Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal. **Alteridades**, vol. 11, núm. 22, julio-diciembre, 2001, pp. 111-127 Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Iztapalapa Distrito Federal, México

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: Notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 17, n° 49, junho/2002. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MELLO, Fabrício Cardoso de. As Transformações de Francis Chateauraynaud: Percepção e Reflexividade na segunda onda da sociologia pragmática francesa. **Sociologia & Antropologia**, V. 9, N. 1, P. 159–184, Jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752019v917>. Acesso em: 05 Apr. 2021.

MOL A. **The logic of care: health and the problem of patient choice**. New York: Routledge; 2008.

MOLINA, Rosane Maria Kreuzburg. A participação cidadã nos marcos das políticas de lazer: implicações e protagonismos. O caso do Projeto Centro de Comunidade, na cidade de Porto Alegre. **Movimento**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 11–37, 2007. DOI: 10.22456/1982-8918.2838. Disponível em: <https://bit.ly/3AuOpkn>. Acesso em: 25 abr. 2023.

MYSKIW, Mauro; MARIANTE, Flávio Py Neto.; STIGGER, Marco Paulo. Estranhando as necessidades da pesquisa: Reflexões sobre os posicionamentos de quem escreve sobre cultura. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 36, n. 2, supl., p. S297-S309, abr./jun. 2014. Acesso em: 25 abr. 2023.

MYSKIW, Mauro; ALVES, Denise Fick; IGNÁCIO, Mauro Castro; VEIGA, Victória Leite da; SILVEIRA, Luis Felipe; BOEHL, Walter Reys; STIGGER, Marco Paulo. Extinção da SME de Porto Alegre: discursos e enquadramentos do esporte, recreação e lazer na agenda do governo. In: STIGGER, Marco Paulo; e MYSKIW, Mauro. **Políticas públicas de esporte e lazer: Olhares e experiência na perspectiva de direito social**. Ijuí: Editora Unijuí, 2019, p.49-80.

MYSKIW, Mauro; SILVEIRA, Luis Felipe; PACHECO, Cindy Laupe Amaral; SILVA, Carolina Caneva da, Stigger, Marco Paulo; SILVEIRA, Raquel da. Esporte, Recreação e Lazer nos Jogos Políticos: Reflexões a Partir da Inserção numa Ação Coletiva em Porto Alegre. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 464–508, 2021. DOI: 10.35699/2447-6218.2021.34954. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/34954>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MYSKIW, Mauro; SILVEIRA, Luis Felipe; SILVEIRA, Raquel; STIGGER, Marco Paulo. O Movimento #SomosTodos e Todas SME: análise da mobilização contra a extinção da SME de Porto Alegre. In: STAREPRAVO, Fernando Augusto; CANAN, Felipe; HIRATA, Edson (Orgs.). **Política e Sociologia do Esporte**. Curitiba: ED UTFPR, 2023. p. 178-203

NASSI-CALÒ, Lilian. Teses e dissertações: prós e contras dos formatos tradicional e alternativo [online]. **SciELO em Perspectiva**, 2016 [viewed 17 October 2023]. Available from: <https://blog.scielo.org/blog/2016/08/24/teses-e-dissertacoes-pros-e-contras-dos-formatos-tradicional-e-alternativo/>. Acesso em: 15 de janeiro 2024.

PACHECO, Ariane Corrêa; STIGGER, Marco Paulo. “É lazer, tudo bem, mas é sério”: notas sobre lazer a partir do cotidiano de uma equipe máster feminina de voleibol. **Movimento**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 129–142, 2015. DOI: 10.22456/1982-8918.52205. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/52205>. Acesso em: 22 jul. 2022.

PACHECO, Ariane Corrêa. **Talento Esportivo: uma etnografia sobre as produções de talentos em práticas na Educação Física**. 2017. 177f. Tese

(Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD).

Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional - Movimento é Vida:

Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas: 2017. – Brasília: PNUD, 2017. 392 p.: il., gráfs. color. Disponível em:

<https://www.undp.org/pt/brazil/publications/movimento-e-vida-atividades-fisicas-e-esportivas-para-todas-pessoas-relatorio-nacional-de-desenvolvimento-humano-do-brasil-2017>

ROZENDO, Adriano da Silva; JUSTO, José Sterza; CORREA, Mariele Rodrigues. Protagonismo político e social na velhice: cenários, potências e problemáticas.

Revista Kairós-Gerontologia, v. 13, n. 1, 2011. DOI:

10.23925/2176-901X.2010v13i1p%p. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/4857>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SANTOS, Hamilton Toldo. **A democratização do esporte e lazer em Porto Alegre: um estudo das Políticas Públicas no período de 1989 a 2000.** 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

Silva, Carolina Caneva , Hostyn, Victória Leizer dos Santos; Silva, Amanda Corrêa Ricardo da. Somos Todas SME: A luta das mulheres por seus direitos ao lazer. In: **Anais II Colóquio Interdisciplinar em Estudos do Lazer, 2021, Belo Horizonte/MG**, 2021. p. 540-543.

SILVA, Carolina Caneva; BENEDITTO, Giovanni ; SOARES, Cauê; SANTOS, Marzo Vargas; ALLET, Andressa Vieira ; SILVEIRA, Raquel. Mapeamento dos espaços públicos de lazer: ações, participações e aderências. In: **Anais XXIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e X Congresso Internacional de Ciências do Esporte**, 2023. p. 01-07.

SILVEIRA, Raquel da. **Esporte, homossexualidade e amizade: estudo etnográfico sobre o associativismo no futsal feminino.** 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SILVEIRA, Luis Felipe; PACHECO, Cindy Laupe Amaral; STIGGER, Marco Paulo; MYSKIW, Mauro. Extinção da sme de porto alegre: quando o serviço se sobrepõe ao direito. In: IX Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte, 2018, Lajeado. **IX Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte**. Porto Alegre: CBCE, 2018. v. 1. p. 1-1.

SILVEIRA, Luis Felipe. **Projetos em Políticas Públicas de Esporte e de Lazer: o apagar das luzes da SME-POA**. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 342.2020.

SILVEIRA, Raquel da; PACHECO, Ariane Corrêa; SILVA, Carolina Caneva da; MYSKIW, Mauro. Women's leading role in the political struggle for leisure: an ethnographic study in Porto Alegre, Brazil. **Leisure Studies**, 2022: <https://doi.org/10.1080/02614367.2022.2070922>

STIGGER, Marco Paulo. **Administração de Parques Públicos e Democracia: um estudo de caso na área de políticas públicas para o lazer numa perspectiva democrática**. Dissertação de Mestrado em Educação Física. Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1992.

STIGGER, Marco Paulo. Políticas sociais em Lazer, Esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta. **Motrivivência**, n. 11, p. 83-98, 1998

STIGGER, Marco Paulo. Estudos etnográficos sobre o esporte e lazer: pressupostos teórico-metodológicos e pesquisa de campo. In: STIGGER, Marco Paulo; GONZÁLES, Fernando; e SILVA, Raquel da. **O esporte na cidade: estudos etnográficos sobre sociabilidades esportivas em espaços urbanos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p.31-50.

STIGGER, Marco Paulo. Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF): Uma trajetória meio-biográfica em diálogo com estudos do lazer. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 35-48, set./dez. 2015.

STIGGER, Marco Paulo; SILVA, Luis Felipe; SILVA, Bruna Brogni da; SOUZA, Paloma Müller de; MEIRA, Sheroll Bernardi; SILVA, Thiago Milan da; MYSKIW, Mauro. Investimento e desinvestimentos nas políticas públicas de esporte e lazer em Porto Alegre: da criação da SME a sua extinção. In: STIGGER, M. P.; e MYSKIW, M.. **Políticas públicas de esporte e lazer: Olhares e experiência na perspectiva de direito social**. Ijuí: Editora Unijuí, 2019, p.23-47.

STIGGER, Marco Paulo; MYSKIW, Mauro. Etnografia e estudos no/do lazer: aspectos da observação participante. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira; MELO, Victor Andrade. (Orgs.) **Pesquisa e pós-graduação em estudos do lazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

TONDIN, Gilmar. O esporte e o lazer como direitos sociais, ainda são políticas muito frágeis: avanços e retrocessos. In: Silva, Vagner Pereira da Silva; Silva, Dirceu Santos, (Orgs.). **Políticas públicas de lazer e esporte**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2018, p.99-118.

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Coordenação editorial: Ferrari, Florencia. Tradução: Dullei, Iracema; Pinheiro, Jamille; Valentini, Luísa. . São Paulo: Cosac Naify, 2014. 576p.

TRENTINI, Edson Bertuol; VENUTO, Maitê. Parques públicos, sociabilidades urbanas e políticas de lazer. In. Anais XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2009. Salvador: CBCE, 2009. Disponível em: <<http://congressos.cbce.org.br/index.php/Conbrace2009/XVI/schedConf/presentations>>.

WERLE, Verônica. Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer. **Motriz**, Rio Claro, v.16 n.1 p.135-142, jan./mar. 2010.

APÊNDICE 1

 **Prefeitura de Porto Alegre**
Secretaria Municipal de Saúde
Comitê de Ética em Pesquisa

TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL DA COORDENAÇÃO ONDE SERÁ REALIZADA A PESQUISA

Título da pesquisa: "Mulheres na cidade: A trajetória de mulheres em busca de seus direitos de lazer."

Pesquisador responsável: Carolina Caneva da Silva

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEFID-UFRGS)

A pesquisa proposta envolve:

utilização de dados de usuários e/ou dos serviços de saúde

participação de trabalhadores e/ou gestores da saúde

atividade em espaço físico da SMS e/ou da PMPA

realização de exames e/ou serviços de assistência à saúde com custos para o SUS

X outras atividades: abordagem metodológica qualitativa, com observação participante, elaboração de diário de campo e entrevistas

Eu Ana Luisa Madruga de Rodrigues, matrícula 158474/01, coordenador(a)

Coordenadoria da Rede de Urgências e Emergências

Coordenadoria da Rede de Atenção Primária em Saúde e Serviços Especializados Ambulatoriais e Substitutivos (CGAPSES)

Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde (CGVS)

Coordenadoria de Regulação de Serviços em Saúde (GRSS)

Comissão Multiprofissional de Ensino-Serviço e Pesquisa (COMESP) do Hospital de Pronto Socorro

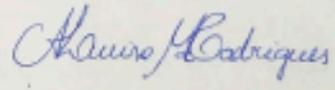
Associação de Planejamento (ASGEPLA)

Outra área/secretaria: Gerência Pedagógica/SMELJ

Estou ciente dos termos desta pesquisa e autorizo, após o parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, a sua realização.

Porto Alegre, 20 de dezembro de 2018.

Ana Luisa M. de Rodrigues
 Professora
 Matr. 158474/01
 CREF 773 - GRCS
 DGERL/SMDS/PMPA



Assinatura e carimbo
 Coordenação com atribuição delegada para essa autorização,
 conforme Art. 1, inciso XV da Resolução CNS no. 580/2018

TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre – CEP SMSPA
 Rua Capitão Montanha, 27 - 6º andar – CEP 90.010-040
 3289.5517 cep-sms@sms.prefpoa.com.br cep_sms@hotmail.com

APÊNDICE 2

Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Através deste você está sendo convidada a participar, como voluntária, da pesquisa que tem como título: Mulheres na cidade: A trajetória de mulheres em busca de seus direitos de lazer. Após ser esclarecida sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa, você não será penalizada de forma alguma. Dessa forma, peço que você leia este documento e esclareça suas dúvidas antes de consentir, com a sua assinatura, para a sua participação neste estudo.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do projeto: Mulheres na cidade: A trajetória de mulheres em busca de seus direitos de lazer.

Pesquisadora responsável: Raquel da Silveira

Pesquisadora: Carolina Caneva da Silva

Objetivo do Estudo:

Compreender de que maneira a rede das políticas públicas de esporte, recreação e lazer da cidade de POA se mantém atuando a partir do protagonismos de mulheres.

Procedimentos:

Participar de uma ou mais entrevistas, previamente agendada, a ser realizada num local combinado. Esta entrevista será gravada, transcrita e devolvida para sua confirmação das informações coletadas. Possibilitar a pesquisadora observar os momentos que fazem parte de sua rotina de lazer caso necessário, assim como eventuais movimentações em diferentes espaços públicos da cidade de Porto Alegre quando o mesmo tiver relação com o objetivo da pesquisa.

Riscos e Benefícios do Estudo:

1) Conforme Art. 19 da Resolução N° 510 de 07 de Abril de 2016, a pesquisadora estará atenta a possíveis riscos à saúde e integridade das participantes relacionados principalmente às lembranças que podem acarretar em algum mal estar. Caso ocorra a possibilidade do dano a entrevista será

interrompida e deverá ser discutida as providências cabíveis para o restabelecimento do bem estar da participante. Está garantido ao participante a assistência e a busca de indenização se assim desejar.

2) Você receberá cópia transcrita da sua entrevista para validar, retirar ou modificar as informações, a seu critério, antes do texto ser transformado em fonte da pesquisa. Será após leitura e análise da transcrição, poderá ser marcado um novo encontro em local previamente combinado, para possíveis alterações e/ou desistência da pesquisa sem nenhum prejuízo algum.

3) Este estudo irá contribuir na compreensão da luta de mulheres para garantir seus direitos sociais ao lazer, relatando estratégias, ações e as formas utilizadas pelas mesmas para defender esse direito.

4) Garantimos a preservação da identidade das colaboradoras, e que as mesmas ficarão sob a responsabilidade das pesquisadoras protegidas de utilização não autorizada. Asseguramos que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos. Você também tem garantia de poder retirar o consentimento a qualquer momento.

5) Conforme previsto no Art. 9 da Resolução N°580 do CNS, após finalizar a pesquisa será realizada uma apresentação pública para exposição dos resultados e diálogos com as(os) colaboradoras(es) da mesma. O encontro deverá ocorrer preferencialmente na forma presencial proporcionando um melhor diálogo entre o grupo participante e pesquisadoras, em data e horário previsto com antecedência para organização de todos e em local público de fácil acesso a ser combinado. Caso haja impossibilidade desse encontro presencial como ocorre atualmente, 2022, devido à necessidade de distanciamento causada pela pandemia do SARS-COV-2, ou outra adversidade, o encontro acontecerá de forma online e síncrona pela plataforma Google Meet.

6) Essa pesquisa já foi encaminhada e aprovada pelo comitê de ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, CAAE, n° 53241321.2.0000.5347.

Voluntariedade:

A recusa da participante em seguir contribuindo com o estudo será sempre respeitada, possibilitando que seja interrompido o processo de coleta de informações, a qualquer momento, se assim for seu desejo.

Novas informações:

A qualquer momento as participantes do estudo poderão requisitar informações esclarecedoras sobre o projeto de pesquisa e as contribuições prestadas, através de contato com a pesquisadora.

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO
COLABORADOR DA PESQUISA**

Eu, _____, CPF _____, concordo em participar do estudo: Mulheres na cidade: A trajetória de mulheres em busca de seus direitos de lazer, como sujeito colaboradora. Fui devidamente informada e esclarecida pelas pesquisadoras Carolina Caneva da Silva e Raquel da Silveira sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer sanção.

Assinatura da colaboradora entrevistada:

Data e Local: _____

Contatos e Questões:

Carolina Caneva da Silva.

E-mail: carolcaneva@gmail.com

Raquel da Silveira

raqufrgs@gmail.com

Fone ESEFID/UFRGS: (51) 3308-5853

CEP UFRGS: (51) 3308-3738

E-mail CEP UFRGS: etica@propesq.ufrgs.br

*o horário de atendimento do CEP/UFRGS é das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00

Comitê de Ética em Pesquisa SMS

Rua Capitão Montanha, 27 – 7º andar(Centro Histórico)

Fone: 32.89.55.17

E-mail: cep_sms@hotmail.com.br e cep-sms@sms.prefpoa.com.br

*Horário de atendimento externo: 8h até às 14h, sem intervalo.

Carolina Caneva da Silva
Mestranda - PPGCMH/UFRGS

Raquel da Silveira
Professora - PPGCMH/UFRGS

APÊNDICE 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Quem é você?

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Profissão/ocupação atual:

Cidade e o bairro onde nasceu?

Conte um pouco sobre vida adulta:

Quantas pessoas fazem parte da sua família?

Como é sua rotina familiar?

Onde reside atualmente?

Você conhece seus vizinhos? Existe algum tipo de relação entre vocês?

Existe algum espaço de lazer que compartilhem? Que espaço é esse? Como ele é compartilhado e quais são as atividades de lazer realizadas nesse espaço?

Conte sobre suas práticas de lazer:

Relate alguma lembrança da sua sua infância, brincadeiras, momentos de lazer e a importância dos espaços públicos de lazer da sua cidade/bairro?

Atualmente quais são as suas atividades de lazer? Como elas estão inseridas na sua rotina?

Sobre as relações familiares, como são as negociações familiares para usufruir desse tempo/espaço de lazer? Eles fazem parte dessa prática?Quais atividades realiza sem os familiares?

São necessárias negociações familiares para essas práticas (sozinha)?

Onde e quando essas práticas acontecem?

Como descobriu esse espaço de lazer?

Qual a importância desse espaço/tempo de lazer na sua rotina e vida?

Quais são os desafios encontrados para a prática?

Ao observar sua atuação/participação no parque (espaço de lazer), percebo que o mesmo é importante dentro de sua rotina não só de lazer como profissional, sendo assim acho importante conversar um pouco sobre essa relação. Então...

Atualmente qual é a sua principal atuação/participação/vínculo nesse espaço de lazer?

Suas relações/interações com outras pessoas aumentaram depois que passou a frequentar esses espaços?

As relações construídas a partir das suas ações no parque extrapolam esse espaço/tempo de lazer e/ou “profissional”?

Quem são essas pessoas?

O que elas fazem? Como é a relação entre vocês?

Porto Alegre tem uma importante história e trajetória dentro das políticas públicas de esporte. Desde o ano de 1926 os espaços públicos da cidade vem sendo pensados, pelos órgãos administrativos, a fim de proporcionar aos cidadãos a garantia do seu direito ao lazer, assim como a participação popular nessa empreitada.

Como ao longo dos anos vem percebendo a ação governamental nos espaços de lazer da cidade? (diferenças entre antigos governos a atual)

Você conhece a história do parque onde atua?

Me conta um pouco sobre a sua atuação na antiga secretaria (SME), como foi a transição após o período de extinção?

Sobre as políticas públicas de esporte e lazer da cidade, qual é sua percepção?

Você percebe mudanças entre as Secretarias? Quais são elas?

Pode me contar um pouco sobre o tempo em que Porto Alegre ficou sem a atuação de uma Secretaria de Esporte e Lazer? Como o trabalho teve continuidade? Quem foram, na sua opinião, os responsáveis por manter o serviço durante esse tempo? (protagonistas)

Percebeu dificuldades para a realização do mesmo? Quais foram as estratégias utilizadas pela comunidade e funcionários para a realização, ou continuidade do serviço?

Como foi a volta do serviço presencial em seu espaço de trabalho?

Descreva o atual cenário das Políticas Públicas de Esporte e Lazer da cidade.

Como tem percebido a ação governamental no seu parque atualmente?

Como ao longo dos anos vem percebendo a participação popular nos espaços de lazer da cidade? (diferenças entre antigos governos a atual)

Como Prefeita/professora/coordenadora, como você descreveria sua relação com a SMELJ?

Atualmente, como você percebe esses espaços públicos de lazer?

São adequados para a prática?

A oferta leva em conta as necessidades dos praticantes? É proposta por eles?

Se não por quem?

Ao longo dos anos você percebeu modificações na gestão, oferta e utilização desses espaços?

Caso a resposta anterior seja afirmativa, quais foram essas mudanças?

Como você vê a gestão desses espaços pela prefeitura?

Você já participou, ou participa de movimentos sociais/políticos relacionados a garantia ou manutenção do seu direito ao lazer?

Como é que hoje você está vivendo esse direito do lazer?

Hoje você está envolvida em alguma ação política? (prefeita da praça, OP, movimentos)

3ª Conferência Municipal de Esporte e Lazer de Porto Alegre, realizada entre setembro e novembro de 2022.

-Divulgação;

-participação;

-atuação do parque;

Sobre a atuação como professora.

Quais foram os principais fatores motivadores que te levaram a atuar na SME/SMELJ?

Para você qual é o papel/importância dos profissionais que atuam nos espaços de lazer da cidade?

Como é sua relação com os colegas dentro e fora do trabalho?

Você percebe modificações na sua forma de agir, pensar e se relacionar após o ingresso no serviço público?

Como você vê a participação da comunidade no espaço em que você trabalha?

Percebe a diferença ao longo dos anos?

Como o lazer em espaços públicos da cidade de Porto Alegre contribuiu para uma ação cidadã?

Sobre a política do “Prefeito da Praça”

Qual a sua opinião sobre a política do “Prefeito da Praça”?

O local onde você atua tem um “Prefeito/a”?

Como você percebe a relação “Prefeito”, funcionários públicos e comunidade?

A atuação da mesma é importante para o espaço?

Você pode dar exemplos dessa atuação? (Benfeitorias para o espaço)

Você percebe uma preocupação do mesmo com as atividades de lazer de sua comunidade? Como ela/e age para garantir esse direito, na sua opinião?

Essa ação está alinhada aos interesses da comunidade? E aos dos servidores públicos?

Por fim gostaria de saber um pouco mais sobre a atuação das mulheres no espaço onde atua.

Me conte um pouco sobre as mulheres que utilizam esse espaço. Quais são seus interesses, suas modalidades preferidas, como é a atuação das mesmas nesse espaço.

Você percebe alguma diferença entre a atuação das mulheres e dos homens nesse espaço?

Você diria que esse espaço tempo de lazer é importante para as mesmas?

Percebe mobilizações para a garantia e/ou manutenção do mesmo por elas?

Você gostaria de comentar algo que eu não tenha perguntado, algo relevante sobre o movimento, os espaços públicos de lazer e sobre as relações que surgiram e se mantêm ativas após o evento?